**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ATUÁRIA**

FELICIO OSHIRO

**O DESEMPREGO NO OLHAR DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

São Paulo

2014

FELICIO OSHIRO

**O DESEMPREGO NO OLHAR DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Economia Política da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Marques

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

091 Oshiro, Felício

O desemprego no olhar da sociedade contemporânea / Felício Oshiro; orientação Profa. Dra. Rosa Maria Marques. São Paulo: *s.n.*, 2014.

xii 125f.
Bibliografia

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

1. Economia 2. Desemprego. I. Título. II. Marques, Rosa Maria. III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária.

CDD 330

OSHIRO, Felício

O desemprego no olhar da sociedade contemporânea

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Economia Política da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em: ____/____/2015

Banca Examinadora

Rosa Maria Marques

Márcia Hespanhol Bernardo

Antônio Carlos de Moraes

Para a minha filha Celina e toda sua geração, que poderão questionar as suas heranças sociais e novamente construir um mundo mais solidário e feliz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Hsieh (Chê) e minha filha Celina, que durante o período do mestrado sobrecarregaram-se com tarefas que antes eram melhor divididas.

À Professora Rosa Maria Marques, minha séria e leal orientadora, que me apresentou reflexões e conceitos profundos, além do que se obtém pelas estatísticas, tirando-me do conforto de quem estava acostumado a lidar com números, computadores e suas aparentes neutralidade e objetividade.

À Professora Márcia Hespanhol Bernardo e ao Professor Antônio Carlos de Moraes, que participaram da banca de qualificação e muito contribuíram para melhorar conceitos, argumentos e o texto, originalmente longo e problemático.

Aos professores do programa de pós-graduação em Economia Política da PUCSP, que me ensinaram muito mais do que teorias econômicas. Mostraram o compromisso com a sociedade e pessoas, que a economia pode buscar a melhoria da vida humana e ir muito além de cálculos financeiros, de retornos ou de riscos. Também a ser amigo, por ousarem a romper uma relação tradicional de professor e aluno.

À Carmem Lúcia Batista, pela ajuda na revisão, multiplicado pelas versões apresentadas.

À Secretaria da Fazenda e à Escola Fazendária do Estado de São Paulo. Sei que fui um privilegiado e espero que outros servidores possam beneficiar-se da sinergia com a universidade, com seus questionamentos, rigor, ensinamentos e debates.

Aos amigos de escola, pelo entusiasmo, carinho e esperança, que me faz sentir tão bem. Aos funcionários, em especial à apoiadora, atenciosa e zelosa Sônia.

Eventuais qualidades deste trabalho são devido às críticas, esforços e tenacidade da professora orientadora e dos professores da banca de qualificação, mas as falhas são de minha responsabilidade, em função de meus limites, sobretudo na desafiadora tarefa de escrever.

*“Sólo le pido a Dios
que el dolor no me sea indiferente”*

León Gieco

OSHIRO, Felício. *Desemprego no olhar da sociedade contemporânea*. São Paulo. 2014. 125f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o desemprego no olhar da sociedade contemporânea. Inicialmente, aborda-se a visão dos pensamentos neoclássico, keynesiano e marxista sobre as causas do desemprego e seu papel no capitalismo. A seguir, baseado no pensamento de Robert Castel, Jérôme Gauthier e Christian Topalov, analisa-se a construção da categoria desempregado, enfatizando-se o lugar do “sem trabalho” na sociedade pré-industrial e industrial. Na terceira parte, discute-se o conceito de desemprego nas estatísticas do trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Todas as visões citadas influenciam as proteções sociais, a política econômica, a responsabilização pelo desemprego, a maneira de utilizar os avanços tecnológicos, além da segurança e das condições de trabalho dos empregados. A dissertação indaga sobre a construção dos índices de desemprego, sua comparabilidade e o risco de reduzir um fenômeno complexo a uma medida. Apresenta a preocupação de Castel sobre a precarização dos empregos em uma sociedade que foi alicerçada sobre a relação salarial. Por fim, sugere que as visões não são neutras e representam interesses de forças sociais, merecendo reflexões mesmo quando os índices apontam “desemprego baixo”.

Palavras-chave: Desemprego; keynesianismo; sociedade salarial; precarização dos empregos; coesão social, estatísticas de desemprego; exército industrial de reserva.

OSHIRO, Felicio. *The visions of unemployment in contemporary society*. São Paulo. 2014. 125f. Dissertation (Master in Economics) - School of Economics, Management, Accounting and Actuarial, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

ABSTRACT

This study aims to analyze the visions of unemployment in contemporary society. Firstly, it approaches the look of Neoclassical, Keynesian and Marxist about the causes of unemployment and its role in capitalism. Next, based on the thought of Robert Castel, Jérôme Gauthier and Christian Topalov, it analyzes the construction of the unemployed category, emphasizing the place of work without the pre-industrial and industrial society. The third part discusses the concept of unemployment in labor statistics by the International Labour Organisation (ILO), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Inter-Union Department of Statistics and Socio-Economic Studies (DIEESE) and Foundation System State Data Analysis (SEADE). These views influence social protection, economic policy, responsibility by unemployment, the way to use the technological advances, also in safety and working conditions of employees. This dissertation inquires about the construction of the unemployment rates, the comparability and the risk of reducing a complex phenomenon to a measure. In addition this study presents the Castel's concern about the precariousness of employment in a society that was based on the wage relation. Finally, this text suggested that the visions are not neutral and represent the interests of social forces, demanding reflection even when the indices indicate "low unemployment".

Keywords: unemployment; Keynesianism; wage society; precariousness of employment; social cohesion; unemployment statistics; reserve army of labour.

LISTA DE SIGLAS

ANFIP	Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
BIT	<i>Bureau Internationale du Travail</i>
CIES	Conferência Internacional de Estatística do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	<i>Statistical Office of the European Community</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FGTAS/SINE	Fundação Gaúcha Do Trabalho e Ação Social/ Sistema Nacional de Emprego
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice do Custo de Vida
ILO	<i>International Labour Organization</i> (Organização Internacional do Trabalho)
IPEA	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IS-LM	<i>Investment Saving / Liquidity preference Money supply</i>
MIT	Massachusetts Institute of Technology (Instituto Tecnológico de Massachusetts)
NAIRU	<i>Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment</i> (Taxa de Desemprego Não-Acelerando a Inflação)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	<i>Organisation de Cooperation et de Developpement Economiques</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TND	Taxa Natural de Desemprego

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 CAUSAS DO DESEMPREGO NO PENSAMENTO ECONÔMICO	16
1.1 O desemprego na perspectiva neoclássica	18
1.1.1 Curva(s) de Phillips	23
1.2 O desemprego nas ideias de Keynes	27
1.2.1 O desemprego na Teoria Geral.....	32
1.2.1.1 Emprego e investimento.....	38
1.3 Marx	40
1.3.1 O desemprego tecnológico	41
1.3.2 A aplicação das leis	51
1.3.3 O desemprego como condição de acumulação capitalista	52
1.3.3.1 A demanda por trabalhadores, os salários e a valorização do capital ..	53
1.3.3.2 Para o caso do decréscimo relativo do capital variável.....	55
1.3.3.3 Produção progressiva de um exército industrial de reserva	56
1.3.3.4 Formas da superpopulação relativa	61
CAPÍTULO 2 A IMAGEM DO DESEMPREGADO NA SOCIEDADE PRÉ- INDUSTRIAL E INDUSTRIAL	64
2.1 O conceito contemporâneo de desemprego e a ética do trabalho	71
2.2 A questão entre princípios e a virada liberal	78
2.3 Seguro social: alívio de tensão e redefinidor do conceito de desemprego.....	82
2.4 A sociedade salarial, a coesão social, a precarização e o futuro do trabalho....	85
CAPÍTULO 3 O CONCEITO DE DESEMPREGO E SUA MEDIÇÃO NO SÉCULO XX	97
3.1 Criação da OIT e de um conceito de desempregado aceitável.....	98
3.2 Visão da OIT e medindo o desemprego	100
3.3 Visão da OIT após a crise de 1929.....	103
3.4 O conceito de desemprego na década de 1980.....	104
3.5 A década de 1990 e o dimensionamento do crescente setor informal	107
3.6 O desemprego na proteção social dos países	111
3.7 Definição de desemprego do IBGE, do DIEESE e do SEADE	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
BIBLIOGRAFIA.....	122

INTRODUÇÃO

Antes da crise de 2008¹, as grandes empresas privadas solicitavam vários tipos de benefícios ao setor público: investimentos em infraestrutura que beneficiavam suas instalações; proteções tarifárias contra a concorrência estrangeira; encomendas prévias, especialmente de artefatos militares inovadores ou de tecnologia avançada; acesso à água; acesso a reservas minerais e biológicas; energia barata e financiamentos subsidiados. Dentre os argumentos mais frequentes para essas demandas, encontra-se “a geração de empregos” ou a simples “manutenção deles”, se em época de desemprego elevado. Um trabalho de convencimento complementar na imprensa e em outros grandes meios de comunicações, como a divulgação de análises alarmantes feitas por economistas e outros especialistas, legitimavam os grandes esforços monetários e fiscais realizados pelos Estados. A recorrente justificativa por empregos, gerados ou apenas preservados, evidencia a força desse tema, em especial junto à população.

Contudo, a interpretação do que é “desemprego” e, conseqüentemente, do que representa o desempregado, pode ser tão distinta quanto as principais correntes do pensamento econômico contemporâneo. Varia da negação do desemprego involuntário, situação em que as pessoas são responsabilizadas por sua condição de não ter trabalho, à vitimização dos desempregados, fator que implica ações coletivas ou estatais para amenizar o fenômeno, o incômodo e os efeitos sociais.

Nesse contexto, a teoria econômica associada ao *mainstream*, de fundamentação neoclássica, moldou não apenas a percepção do desemprego como também o legitimou, advogando sua inevitabilidade e pregando a necessidade de existência de competição entre trabalhadores e entre empresas. Isso porque a concorrência é vista por essa teoria como o método ideal que garante a melhor alocação de recursos e a máxima eficiência. Esse contexto também influenciou a divisão dos resultados do trabalho entre trabalhadores, financistas,

---

¹ Crise do *Subprime*, expressão financeira que significa créditos duvidosos que passaram a ter liquidez quando foram agrupados, securitizados e classificados como seguros por agências de avaliação de riscos). Essa crise afetou profundamente a confiança estadunidense e mundial, e seu desdobramento resultou na “crise do euro”, onde governos socorreram grandes instituições financeiras, absorveram “ativos tóxicos” e passaram a ser vistos como devedores duvidosos pelo próprio mercado salvo. O Brasil, em meio ao BRIC (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China), passou relativamente bem pela crise, apoiado em políticas que ampliaram seu mercado interno. Nos últimos anos, no entanto, a continuidade da crise mundial tem tornado cada vez mais difícil se manter à parte das turbulências internacionais.

empresários e governos. Dessa forma, afetou a velocidade de acumulação de capital e a quantidade de recursos necessários à manutenção e à reprodução dos trabalhadores.

Em face à essa realidade, o objetivo desta dissertação é analisar o olhar contemporâneo sobre o desemprego, tal como o título do trabalho indica. Sabe-se, no entanto, que há diferentes olhares, cada um deles inserido num quadro teórico explicativo das causas do desemprego. A definição de *desemprego* adotada corresponde à ideia de desemprego vigente na sociedade em questão, produto da relação de forças entre os diversos setores sociais interessados no tema. Sabe-se, ainda, que o conceito de desemprego é historicamente determinado, pois somente surge e é moldado no capitalismo e nele não se apresenta de forma igual em todos os países. Além disso, o próprio conceito de *desemprego* modifica-se ao longo do capitalismo, expressando entendimentos diversos.

Para buscar entender as diferentes visões sobre o desemprego presentes nas sociedades atuais busca-se, num primeiro momento, sistematizar as causas a ele atribuídas no pensamento das três principais correntes do pensamento econômico: neoclássico, keynesiano e marxista. Os argumentos da ortodoxia econômica, corrente majoritária, com seu pragmatismo anti-inflacionário e confiança no mercado², serão abordados na primeira parte do Capítulo 1. O humanismo reformador dos “heterodoxos”, que busca amenizar o desemprego com a realização de políticas sociais e de incentivos à atividade econômica, será representado por Keynes, cujo pensamento influenciou a ação de governos de todos os matizes durante os trinta anos gloriosos, isto é, durante o período que se segue ao fim da II Guerra Mundial. O pensamento de Keynes é visto na segunda parte do primeiro capítulo. Já as mudanças estruturais necessárias para marxistas e suas visões e atitudes diante de uma realidade capitalista heterogênea e conflituosa foram resumidas a partir da visão de Marx, na terceira e última parte do Capítulo 1.

Para resgatar a ideia de que o desemprego é um conceito criado no capitalismo e que este evolui no tempo, faz-se necessário apresentar um breve histórico da evolução da posição do trabalhador/desempregado no início da sociedade industrial e na contemporânea, principalmente a partir da contribuição de Robert Castels. Este autor nos auxilia a ver que fomos treinados longamente a ignorar os desempregados. Diante de pessoas sem emprego ou sem lugar (aquelas que “incomodam”) ou, ainda mais grave, diante das que não incomodam

---

² Entende-se como a expectativa de que o mercado obterá a melhor solução com o menor custo econômico.

(por serem discretas ou resignadas), nos perguntarmos “o que há de errado com elas?”³. Aprendemos a analisá-las, a indagar se são capazes, potencialmente capazes, ou incapazes, ao mesmo tempo em que buscamos as causas de sua desocupação em suas pessoas, em deficiências físicas, mentais ou de sua formação, em sua falta de “empregabilidade”. Como grupos humanos, já foram caracterizados e classificados pela caridade patronal organizada. Acreditou-se que eles eram frutos de fenômenos passageiros, superáveis pelo crescimento econômico, pelo controle dos riscos sociais⁴, pelo acúmulo de riqueza, pela repressão e banimento. Entretanto, nunca se conseguiu erradicá-los e nem foi possível ignorá-los, já que sempre foram muitos. Essas questões são tratadas no Capítulo 2 deste trabalho.

Na sequência, no Capítulo 3, é abordada a evolução do conceito de *desemprego* no século XX, com base na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nos sistemas de proteção social europeus (antes e pós da II Guerra Mundial). Também nessa parte é analisado como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e a Fundação Seade – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mediante a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) considera o *desemprego*.

Finalmente, nas Considerações finais, retomou-se a questão da necessidade da indústria capitalista ter mão de obra disponível e subordinada, e como esta necessidade criou o trabalhador desempregado, para Guité, Castel e Topalov. Em seguida, abordou-se a crise de 1929, que obrigou o reconhecimento do desemprego involuntário, sendo que as políticas de pleno emprego posteriores entenderam o desemprego novamente como uma questão social. Esta percepção é hegemônica até a década de 1970. O crescimento econômico dos 30 anos pós II Guerra Mundial facilitou a conciliação de interesses de empregados e de empregadores. Após este período, o ressurgimento do pensamento neoliberal trouxe de volta a percepção do desemprego como uma variável macroeconômica que não deveria ser mantida baixa pelos Estados, ao menos a qualquer custo.

---

³ Sentido de primeiro questionar a pessoa, o indivíduo, dispensando o questionamento à organização social ou ao coletivo.

⁴ Técnicas de assistência, que classificam bons e maus desempregados, apoiam uns (doentes, velhos, deficientes físicos) e reprimem outros; também a mecanismos de seguro para os não proprietários; a gestão de riscos e discriminações positivas (oposto à negativa, que rotula, desqualifica e persegue; a positiva procura dar acesso à educação, moradia).

CAPÍTULO 1 CAUSAS DO DESEMPREGO NO PENSAMENTO ECONÔMICO

O pensamento econômico influencia-nos profundamente, acentuado pela exposição nos meios de comunicação e pelos argumentos das decisões de governos. Legitimou, deu racionalidade e “certeza” às decisões políticas, aos planos econômicos, à legislação, às decisões de investimentos de empresas privadas; alterou a segurança e as condições de vida de todos os cidadãos. Também afetou a visão de quem eram os semelhantes, de quem tinha direitos, incluindo ou excluindo socialmente pessoas, de quem é visto como companheiro (etimologicamente, quem divide o pão) ou de quem é mais um competidor, ou simultaneamente os dois: companheiro e competidor.

A diversidade das abordagens sobre o desemprego e a consequente visão sobre os desempregados permitiram considerar estes de diferentes formas: de seres perigosos a vítimas, ameaça a ser controlada, consumidores “desperdiçados”, reserva para necessidades do capital, alguém desamparado, dentre outras. Convém discorrer sobre os principais grupos do pensamento econômico (neoclássico, keynesiano e marxista) que englobam as visões de grande parcela da sociedade, embasam grandes decisões políticas, constroem nossa percepção e polarizam interpretações acadêmicas.

Os neoclássicos, pregando a racionalidade e a consciência plenas dos atores econômicos, que visam maximizar lucros e utilidades, opõem-se às intervenções governamentais, entendendo que “o mercado” dará as melhores e as mais rápidas soluções. Por outro lado, acreditam que o Estado, além de respostas lentas, tende a apresentar a pior solução e a distorcer preços com suas intervenções e mecanismos de regulação. Nesse sentido, em oposição a Keynes e Marx, os neoclássicos veem o desemprego como sendo fundamentalmente voluntário. A frequente postura crítica a Keynes, ou mesmo aos “novos-keynesianos”, que admitem políticas fiscais e monetárias anticíclicas, podem constituir um dos critérios complementares do posicionamento no grupo de economistas. Devido ao grande número de adesões após a década de 1970, hoje podemos referir-nos aos neoclássicos como “*mainstream*”, corrente fortemente hegemônica e que conta com amplo apoio, sobretudo do capital financeiro. Dentre vários economistas neoclássicos, associamos os nomes como Hicks, Walras, Hayek, Robert Lucas, Thomas Sargent, Prescott, Friedman, Wicksell e Irving Fischer.

Já Keynes admitiu o subconsumo, o subinvestimento, a desigualdade entre a poupança e o investimento, o nível do emprego abaixo do pleno emprego e, conseqüentemente, a

existência do desemprego involuntário. Aspectos psicológicos, interiores às pessoas, porém observáveis ao afetarem os agregados econômicos, também foram considerados por ele, tais como o “*animal spirits*”⁵, as expectativas e a “preferência pela liquidez”. Uma corrente econômica importante inspirada em Keynes, os novos-keynesianos, que matematizaram parte de suas ideias, operacionalizou e influenciou a política econômica das principais nações capitalistas no período de vigência dos acordos de Breton Woods, do final da II Guerra Mundial até meados da década de 1970. Embora a Conferência de Breton Woods tenha rejeitado posições fundamentais de Keynes (como a criação de uma moeda escritural e mecanismos de balanceamento para o comércio internacional), o período dos “30 anos de ouro capitalista” foi rotulado como “período keynesiano”, pois admitia a intervenção “anticíclica” por parte do Estado e a busca pelo pleno emprego. Outra corrente keynesiana representativa, os pós-keynesianos, continuou as investigações das instabilidades das economias, defendeu a não neutralidade da moeda, entendeu que o investimento pode determinar a poupança (que não necessariamente deveria ser prévia a ele) e que os governos podem atuar evitando ou amenizando crises, mantendo o emprego próximo ao nível do pleno-emprego. Alguns nomes associados a novos-keynesianos são autores de famosos manuais de macroeconomia, consultores ou membros de governos: Gregory Mankiw, Olivier Blanchard e Ben Bernandke. Nomes associados aos pós-keynesianos: Joan Robinson, Paul Davidson, Victoria Chick, Pasinetti e Minsky. No Brasil, temos uma representativa comunidade de pós-keynesianos, incluindo José Luís Oreiro, João Sicsú e Fernando Cardim de Carvalho.

Keynes (2002, p 173), ao final de seu livro *As consequências econômicas da paz*, mostrou sua preocupação com a Revolução Russa, com o bolchevismo ou outras soluções por ele consideradas radicais. Por isso, propunha soluções que reformassem e limitassem os problemas mais graves do capitalismo. Apesar de prever ciclos e crises, Keynes, assim como Marx, temia as soluções revolucionárias e propunha reformas no capitalismo para viabilizá-lo.

Como visão alternativa e crítica, Marx e os pensadores que classificamos como “marxistas”, entendem o desemprego, sobretudo os elevados e persistentes, como “necessário” para o sistema de acumulação capitalista, um “exército industrial de reserva” à disposição do capital durante os ciclos de expansão e com seus efeitos sobre salários em qualquer fase dos ciclos (expansão ou contração), sobre o controle moral, político e cultural.

---

⁵ Segundo Silva (1996, p. 13), *animal spirits* é o que leva os empresários a tentar acumular, mesmo correndo riscos, sem uma previsão perfeita de retornos, a sair de um ativo líquido (a moeda) e ir para um ativo específico (uma máquina para produzir determinado bem) de menor liquidez.

Essa seria uma forma de o capital preservar o processo de exploração, a acumulação e a dominação de pessoas, de organizações e até mesmo de países.

De maneira contraditória, a acumulação de capital apresenta rendimentos decrescentes e conduz a crises de superprodução, podendo, em casos extremos, levar à destruição de parte do capital, tornando-o novamente raro e, como visto no pós-guerra, conseqüentemente elevando seu rendimento. Os keynesianos interpretam o mesmo fenômeno como uma insuficiência de demanda.

Marx, Engels, Rosa de Luxemburgo, Lenin, Trótski, Gramsci e outros marxistas, com grandes contribuições, influenciaram acadêmicos e políticos. Dentre os pensadores atuais, os franceses François Chenais, Michel Husson, Suzanne de Brunhoff, Claude Serfati e Dominique Lévy analisam a dominância financeira, na qual é salientada a captura de empresas, Estados e governos à sua lógica de curto prazo numa escala mundial, não mais apenas o “terceiro mundo”. A efervescência do pensamento marxista atual opõe-se a visões empobrecedoras “do fim da história” ou às visões que tentaram associar Marx com as crises russas de caráter capitalistas⁶ e influencia áreas do conhecimento como a Psicanálise, a Pedagogia, a Filosofia, a Arte e até a Teologia. O trabalho de autores como Adorno, Benjamin, Harbemas, Gramsci, Horkheimer, Paulo Freire, Leonardo Boff exemplificam essa interdisciplinaridade.

1.1 O desemprego na perspectiva neoclássica

Adam Smith, considerado um clássico do pensamento econômico, publicou em Londres, em 1776, o livro *A riqueza das nações*, livro que tornou-se famoso pela ideia da “mão invisível do mercado” e pela repetida expressão “não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p 74). Essa afirmação reflete a crença em resultados coletivamente bons, mesmo quando as pessoas buscam seus próprios interesses.

Smith opunha-se ao mercantilismo, à intervenção do Estado e entendia que o trabalho livre era a fonte de riqueza. Para ele, o Estado deveria se restringir a garantir a propriedade, os

---

⁶ Crise cambial e à moratória russa de 1998, precedida pelos ataques especulativos “aos tigres asiáticos” de 1997, e que, em janeiro de 1999, teve impacto no Brasil.

contratos, a justiça interna, a segurança externa e alguns serviços essenciais, “de utilidade pública”. Em outra obra, *A teoria dos sentimentos morais*, o autor enfatiza a importância da capacidade de se colocar no lugar do outro. Possivelmente complementar à *A riqueza das nações*, esse livro recebeu pouca atenção por parte dos liberais, apesar de ter sido considerado importante pelo próprio autor⁷.

Segundo Moraes (2001, p 15), David Ricardo aplicou o argumento de Adam Smith na análise econômica de países. Segundo o autor, a busca do interesse de cada país, com suas vantagens comparativas e num contexto de livre comércio, propicia a eficiência no uso dos recursos naturais e do trabalho humano, aumentando a disponibilidade de produtos e beneficiando os demais países. Além disso, as teorias liberais dos séculos XVIII e XIX eram mais adequadas ao capitalismo nascente, pois questionavam as corporações de ofício, o mercantilismo e o tipo de relação de trabalho então existente.

Associada aos nomes de Marshall, Jevons, Walras, Menger, a corrente ortodoxa neoclássica tradicional, segundo Eleutério Prado (2001), foi elaborada na última terça parte do século XIX. Esses economistas consideravam que, quando a economia se encontra em equilíbrio, os salários, os lucros e as rendas são determinados pelas interseções das ofertas e das demandas. A força de trabalho, os recursos naturais e os meios de produção foram denominados indistintamente como “fatores de produção”.

Contrapondo-se a teoria clássica à neoclássica, é possível constatar que esta última supõe que a economia é formada por agentes econômicos que possuem preferências, dotações de fatores (incluindo o capital) e considera que o “mecanismo de mercado” (na esfera da produção, circulação e repartição) atinge um “ótimo casamento” (ou quase isso) entre os usos dos fatores (recursos, incluindo a mão de obra) e a satisfação dos consumidores (PRADO, 2001, p 9-12).

Prado ainda observou que há várias versões da teoria neoclássica, quer no uso, no ensino ou na pesquisa econômica. Uma versão “macroeconômica”, que emprega agregados (produto nacional, consumo, renda, moeda, função de produção agregada etc.) e se pretende influenciada por Keynes, preocupa-se em regular o sistema econômico como um todo. Uma versão microeconômica, em que os fatores de produção são considerados homogêneos e os consumidores e as firmas tomam decisões individualmente, busca explicar os fenômenos

---

⁷ Dentre as evidências, está a revisão da obra até próxima da morte do autor. A importância e a pouca divulgação de *A teoria dos sentimentos morais* foi bastante ressaltado pelo Professor Rubens Sawaya, da PUC-SP, em aulas e colóquios.

microeconomicamente. Prado observou que a própria microeconomia, que predominou no final do século XX, tem duas versões: uma denominada de equilíbrio parcial (Marshall), analisando firmas e consumidores, e outra de equilíbrio geral (Walras), tratando os mercados em conjunto, com conceitos de equilíbrio intertemporal e de equilíbrio temporário. Nas duas versões, o capital é tratado como uma coleção de bens, como um agregado, devido à enorme heterogeneidade dos bens de produção, que acaba gerando uma condição ambígua e retirando o tempo do processo de produção (PRADO, 2001, p 12-3).

No Brasil, ainda segundo Prado, a reforma do ensino de Economia na década de 1970 centrou-se em Microeconomia e Macroeconomia, que levou a uma abordagem neoclássica quase sem alternativa. Uma carga de Matemática e de Estatística completou o perfil adequado à ortodoxia. Nos trinta anos seguintes, com a consolidação do capitalismo na segunda metade do século XX, se verificou o predomínio, nos currículos mínimos, do ensino neoclássico em graduação e pós-graduação. Entretanto, não há total predomínio da ortodoxia, verificável numa convivência relativamente harmônica entre a Sociedade Brasileira de Econometria (SBE), que tende à ortodoxia, e a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), com predomínio heterodoxo (PRADO, 2001, p 14). Além disso, a reforma curricular de 1984 dos cursos de Economia garantiu a pluralidade do ensino de todas as correntes do pensamento.

Assim, o pensamento neoclássico representa as ideias mais divulgadas no campo da Economia, sendo encontrado nos manuais de Micro e Macroeconomia adotados nas universidades e em grande número de artigos e de textos. Essa interpretação da realidade econômica voltou a ser majoritária depois do fim dos “30 anos gloriosos”. O pensamento neoclássico é aceito e defendido pela maioria dos economistas atuais, por isso, podemos associá-lo ao termo inglês “*mainstream economics*”⁸ ou ao termo ortodoxo. Entender essa visão esclarece muitas decisões de governos, bem como o discurso dos grandes grupos de comunicação e da maior parcela de economistas.

Os neoclássicos partem da ideia de que os empregadores e os trabalhadores, bem como os consumidores, são racionais e desejam maximizar os lucros e o consumo. Assim, eles primam por serem plenamente informados e as empresas atuam em um ambiente de competição; os indivíduos são egoístas e sem preocupações com a distribuição de riqueza;

---

⁸ *Mainstream economics* já foi associado a correntes como o novo-keynesianismo, síntese clássico-neokeynesianos, do pós-guerra (II Guerra Mundial) até a metade da década de 1970. Atualmente, o *mainstream economics* pode ser referido a economistas que trabalham com um modelo de equilíbrio walrasiano (do leiloeiro), também ao monetarismo. Certamente essas classificações podem não fazer justiça aos autores, que são mais complexos, porém, acabam sendo úteis para o debate econômico moderno.

não há rigidez de preços e salários. Os trabalhadores oferecem sua mão de obra apenas quando o salário for suficientemente adequado, acima de seu “salário de reserva” ou da “desutilidade” marginal do salário. Já os empresários demandam trabalho, isto é, estão dispostos a contratar, quando o salário for inferior ao produto marginal do trabalho. Dessa forma, considerando um mercado de trabalho livre de obstáculos, a demanda e a oferta de trabalho tendem ao equilíbrio, não havendo desemprego. O desemprego, caso haja, será necessariamente voluntário. Somente é admitida a existência de certo nível de desemprego no curto prazo, produto de imperfeições de informação, o chamado “desemprego friccional”.

Desse modo, no longo prazo, quando todos os fatores variam, não há desemprego, a não ser o voluntário. Quem estiver sem emprego, estará nessa condição por fruto de sua vontade, de sua escolha, ou seja, o desempregado, de maneira racional, considerou seu ócio mais útil do que a utilidade do salário que lhe foi oferecido. No curto prazo, como mencionado anteriormente, pode ocorrer o “desemprego friccional”. A fricção pode ocorrer pelo desconhecimento do empregador, que pode precisar de mais de um trabalhador e, simultaneamente, do desconhecimento do candidato, que pode possuir qualificação e desejar o emprego ao nível de salário oferecido, mas desconhece a vaga oferecida. Nesse contexto, empregador e desempregado necessitam se encontrar, se conhecer e se aprovar mutuamente, o que demanda esforços e tempo. Por isso, é importante e conveniente a ação das agências de empregos, dos classificados de jornais e de outros canais de comunicação, que podem diminuir esses atritos, numa analogia mecânica comum, “lubrificando-os”.

Dessa forma, os desequilíbrios momentâneos entre oferta e demanda de trabalho serão corrigidos pelo próprio mercado, resultando em novos pontos de equilíbrio. Trata-se de um mal benigno, passageiro, que pode estar restrito a alguma região, a determinado setor econômico, embora algumas profissões em decadência ou em carência exijam maior tempo de ajuste. Formar novos engenheiros pode demorar alguns anos; programadores em DBase podem sentir dificuldades em adaptar-se à programação “voltada a objeto”⁹, mas no longo prazo, com o incentivo dos salários em ascensão nos setores avançados e em declínio nos setores obsoletos, o desequilíbrio será corrigido pelo mercado.

---

⁹ DBase é um dos primeiros bancos de dados eficientes (anos de 1980), substituídos posteriormente por uma nova geração, os bancos de dados relacionais (anos 1990), em amplo uso até o momento. Com o avanço contínuo da informática, estão “convivendo” e sendo gradualmente superados por novos bancos de dados “voltados a objeto”. Essa área tornou obsoletos profissionais altamente especializados, em poucas décadas.

Conforme Edmond Malinvaud¹⁰, citado por Ocio (1995, p 7-8):

A profissão de fé na excelência alocativa do mercado (*market clearing*) não impede reconhecer que num mundo de informações imperfeitas, que dificultam a mobilidade do trabalho, a todo instante uma parcela da PEA, em processo de escolha ou mudança de emprego, permanecerá constantemente desempregada. Nessas condições supõe-se que para cada trabalhador desempregado temporariamente, exista uma vaga disponível, que não foi preenchida devido, exclusivamente, às limitações que impedem a perfeita mobilidade do fator trabalho.

Malinvaud observou a questão da fé “na excelência alocativa do mercado” e uma primeira forma reconhecida de desemprego involuntário, o friccional, causado por falhas de informação, “relaxando” levemente os pressupostos do mercado perfeito e racional e sugerindo uma primeira forma de taxa “natural” de desemprego.

Ocio (1995, p 8) apresentou a visão neoclássica do desemprego natural, a que se contrapõe a versões de desemprego estrutural de autores como Krugman, Lawrence e Gintis¹¹. O desemprego natural deve ser aceito, pois normalmente não são taxas excessivas e nem o tempo médio de procura de emprego é ameaçador para a maioria dos desempregados. Dessa forma, governos não deveriam interferir no mercado, pois é o mercado que aloca melhor os recursos e conduz mais rapidamente ao equilíbrio entre oferta e demanda de empregos. Estas posições podem ser vistas mais frequentemente nos Estados Unidos, comparativamente à visão europeia ocidental, onde muitos estão preocupados com os efeitos de novas tecnologias e de mudanças no comércio internacional. O Japão pareceria um caso especial, com a revolução tecnológica convivendo com baixo desemprego (OCIO, 1995, p 8-11).

Para os neoclássicos, os Estados também devem evitar excessos de regulamentação, bem como pagar seguros e auxílios a desempregados, sob pena de introduzir rigidez e de desestimular os trabalhadores, pois esses confortos tendem a elevar os salários de reserva e a tornar pobres em acomodados ao não trabalho, além de prejudicar o equilíbrio fiscal dos Estados.

O trabalho é uma “pena” cuja “desutilidade” marginal é crescente, enquanto a utilidade marginal dos salários é decrescente. Nessa perspectiva neoclássica, o trabalho não é

---

¹⁰ MALINVAUD, E. *Mass unemployment*. New York: Basil Blackewe, 1984.

¹¹ GINTIS, H. The nature of labor exchange and the theory of capital produciton. In: *The Review of Radical Political Economis*, v.6, n. 2, Summer 1976.

KRUGMAN, P.; LAWRENCE, R. Z. Trade, jobs and wages. *Scientific Amerian*, April, 1994.

visto como realização ou gratificação em si. Se o trabalho caracteriza-se por sofrimento crescente, são necessárias coerções e imposições que tirem os trabalhadores do conforto, para que enfrentem o desafio e ajustem suas expectativas salariais. O ócio deve ser castigado de forma tão cruel quanto necessário ou até onde a legislação permita, compensando a “desutilidade” marginal crescente do trabalho. Se castigos físicos não são mais socialmente aceitos, há outras formas sutis que podem assumir semelhante tarefa, sobretudo as psicológicas e sociais. O desempregado pode ser transformado em um egoísta maior do que os empregados, visto como a cigarra que prefere cantar durante o verão para sobreviver do esforço alheio no inverno. Segundo o Gênesis (3,19), “comerá o seu pão com o suor de seu rosto, até que volte para a terra” (BÍBLIA, 2010, p 16). O desempregado que não pode cumprir essa determinação divina não será redimido. O trabalho árduo, como “desutilidade” marginal, assim como a falta dele, lembram um quadro de sofrimento purgador medieval, cumprindo o seu papel de redentor.

1.1.1 Curva(s) de Phillips

A literatura neoclássica preocupa-se com poucas variáveis macroeconômicas e suas relações. Dentre essas, a relação entre desemprego e inflação, entre (des)equilíbrios, entre oferta e demanda de trabalho, resultado fiscal e outros indicadores de política monetária. De maneira surpreendente, para o público leigo e suas famílias, economistas neoclássicos poderão estar indagando se o desemprego não estará baixo demais. Talvez os juros, parte da política monetária, devessem ser elevados, reduzindo a demanda e a atividade econômica, aumentando o desemprego e garantido maior estabilidade de preços.

Podemos observar que em meados de 2013, a economia brasileira registrou índices de desempregos historicamente baixos: 5,8% em maio (IBGE¹²), mas com preocupações acerca da inflação, próximo “ao teto” da meta de 6,5%¹³, de forma que ocorrem questionamentos sobre se a taxa de desemprego não estaria muito baixa e se o Banco Central não deveria aumentar a taxa de juros. Independentemente do desenrolar desse episódio, esse registro

---

¹² Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/emprego/default.asp?t=4&z=t&o=16&u1=26674&u2=26674&u3=26674&u4=26674&u5=26674&u6=26674>

¹³ O país adotou o regime de metas de inflação desde janeiro de 1999, baseado no “tripé macroeconômico”: meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. O Banco Central do Brasil deve perseguir uma inflação de 4,5%, mais ou menos 2%, desde 2006 (www.bcb.gov.br/pec/metastabelametaseresultados.pdf).

mostra uma das questões fundamentais da corrente neoclássica: haveria um *trade-off*, uma troca, entre desemprego e inflação. Uma inflação baixa seria obtida com o aumento do desemprego?

Em seu livro *Macroeconomia* (2004, p 155-95), Olivier Blanchard, macroeconomista, professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e diretor do departamento de pesquisas do Fundo Monetário Internacional (FMI), relatou como, em 1958, A. W. Phillips, ao comparar taxas de inflação e desemprego do Reino Unido entre 1861 a 1957, encontrou evidências “claras” da existência de uma relação inversa entre inflação e desemprego. Dois anos depois, Paul Samuelson e Robert Solow, repetiram o exercício para os Estados Unidos, no período 1900 a 1960, confirmando a relação inversa, exceto para os anos de 1930.

Sem considerar que uma correlação não implica relação de causalidade, a primeira versão da curva de Phillips sugeriu um *trade-off* entre inflação e desemprego, o que impunha um dilema para os governantes e seus economistas: escolher entre inflação baixa e alto desemprego, ou baixo desemprego e inflação alta?

Assim, é justificada uma taxa de desemprego maior para manter uma taxa de inflação baixa ou não acelerada, sem que se pergunte se isso é socialmente justo, se o desempregado pagará um preço demasiado alto ou o quanto pode ser socialmente excludente. Mas como sabemos, a macroeconomia neoclássica preocupa-se mais com os agregados e as médias e menos com a distribuição ou com a justiça social.

Diversos autores, como Ocio e Krugman, veem na primeira versão da Curva de Phillips um conceito que poderia justificar algum grau de desemprego em troca de estabilidade de preços. Há uma taxa de desemprego necessária para manter a inflação baixa, sendo nomeada por Milton Friedman, no final dos anos 1960, como “taxa natural de desemprego” (TND). Essa taxa é um fenômeno medido empiricamente e apresenta grande variação entre países e períodos.

O Japão é comumente apresentado como exemplo de país com baixa inflação e baixo desemprego, o que gera intenso debate entre os economistas. Essa “contradição”, se pensarmos em termos neoclássicos, é explicada por vários fatores, dentre os quais se destacam os aspectos culturais, a estrutura de suas empresas e mercados e outros. Já nos Estados Unidos, a Comissão de Orçamento do Congresso Americano estimava a taxa natural de desemprego em 5,3%, em 1950; 6,3%, no final dos anos de 1970; 5,2%, no fim dos anos 1990 (KRUGMAN; WELLS, 2007, p 675-88).

Blanchard (2004, p 164), em seu livro *Macroeconomia*, no Quadro FOCO - *A teoria à frente dos fatos*, menciona que Milton Friedman e Edmund Phelps questionaram a existência de um *trade-off* permanente entre emprego e desemprego. Para fundamentar essa ideia, exemplifica com o caso brasileiro: quando todos esperavam uma inflação superior a 75% ao ano, não houve um baixo desemprego. O *trade-off* entre inflação e desemprego havia desaparecido.

Friedman concentrou sua questão nas expectativas, introduzindo um argumento “aceleracionista”, segundo o qual a inflação passada induz a reajustes, alimentando a inflação presente. Uma alternância temporária entre inflação e desemprego é causada pelo aumento da taxa de inflação, não pela inflação em si. Dessa forma, uma inflação elevada não implica diretamente em um desemprego baixo (BLANCHARD, 2004, p 164). Essa formulação caracterizou a próxima visão da Curva de Phillips, abandonando a inflação “em si” para a variação da inflação, também conhecida como versão “aceleracionista” da Curva de Phillips. Outra versão incluirá a expectativa de inflação, propondo maior efeito da curva quando a inflação não é esperada. Esses argumentos são amplamente aceitos dentre os economistas ortodoxos, que desconsideram eventos históricos, por vezes, dramáticos¹⁴.

Situações em que a Curva de Phillips (e suas versões) não conseguiu ser demonstrada, como nas longas recessões acompanhadas de inflação, podem ser explicadas pela resistência dos assalariados em reduzirem seus ganhos reais (rigidez de salários), pela inflação que se realimenta e mesmo pelo fato de a taxa natural de desemprego ter sofrido um deslocamento, provocado por mudanças tecnológicas, pela legislação trabalhista ou mudança no perfil das pirâmides etárias.

A TND passaria a ser chamada de “*Non Accelerating Inflation Rate of Unemployment*” (NAIRU) na revisão “aceleracionista” ou “com expectativas”, evitando o incômodo do termo “natural” e passaria a indicar o nível de desemprego que a economia precisaria a fim de evitar a aceleração da inflação.

Ocio (1995, p 8) afirmou:

---

¹⁴ Exemplificando: o Brasil da década de 1960 vinha de crescimento e inflação acelerados. Juscelino Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros, que renunciou inesperadamente, quando o vice, João Goulart, viajava oficialmente à China. O país passou por um curto período parlamentarista e voltou ao presidencialismo. Com o golpe militar de 1964, a inflação foi controlada com controle de reajustes de salários, perda de poder aquisitivo da população brasileira. Fatos como esses são frequentemente omitidos em análises neoclássicas.

Seria a estabilidade dos preços a legitimação do desemprego? Provavelmente sim, para quem acredita que sem o freio do desemprego inexoravelmente ocorrerá um excesso de demanda por bens e por trabalho, que elevará cumulativamente preços e salários. O resultado prático da aceitação da TND ou NAIRU, para aqueles que se recusam a aceitar o desemprego como “natural”, são as políticas recessivas de contenção de demanda, que evidenciam a natureza endógena do emprego e seu papel de variável de ajuste.

E ainda questionou:

A curva de Phillips e o conceito de desemprego a ela associado, se ressentem de fundamentação teórica, pois escolhendo adequadamente os dados é possível derivar curvas de Phillips bem e mal comportadas. É razoável considerar natural os 8.5%, em média, de desemprego que os países da OECD exibiam em 1994 ou será que o empirismo substituiu a teoria por falta de uma melhor compreensão dos fenômenos econômicos?... A recessão mundial dos anos setenta parece ter sepultado as políticas de pleno emprego adotadas no pós-guerra, junto com a confiança até então depositada no instrumental keynesiano. De outro lado, quando o desemprego em massa passa a coexistir com a inflação elevada, os conceitos de TND ou NAIRU também perdem seu sentido (OCIO, 1995, p 8).

Blanchard (2004, p 176-7) explicou outra relação empírica, a *Lei de Okun*, que associou o crescimento do produto (PIB) a mudanças na TND. Um aumento na taxa de crescimento leva a uma redução na taxa de desemprego. Baseado no período de 1970 a 2000, nos Estados Unidos, foi apresentado a seguinte equação:

$$\Delta u = -0,4(g - 3\%)$$

Onde u é a TND e g é a taxa de crescimento do produto (BLANCHARD, 2004, p 177). Assim, para o país manter a taxa natural de desemprego precisaria crescer ao menos 3%. A equação também informa que um aumento adicional de 1% no PIB (um aumento que supere os 3%) reduziria a taxa natural em 0,4%.

Mesmo com as novas interpretações de Friedman, “aceleracionista” e de expectativas de inflação, a ideia básica da Curva de Phillips ainda legitima receituários recessivos e sugere causalidade entre desemprego baixo e inflação alta. Subestima-se a história e a política em sentido amplo, restringindo-se a pensar em termos de política econômica fiscal e monetária. São escolhidas variáveis julgadas significativas e omitidas as demais, num raciocínio des preocupado, o contumaz “*ceteris paribus*” (tudo mais constante).

1.2 O desemprego nas ideias de Keynes

John Maynard Keynes é o mais influente economista do século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial. Mesmo após a ascensão do monetarismo, na década de 1980, ele continua sendo referência nos debates atuais, como se verá mais adiante. No final da I Guerra Mundial, Keynes foi crítico das posições dos vencedores (ingleses, franceses e americanos), pois estes, além de exigirem reparações inviáveis, mantinham posições que não favoreciam a prática da “boa vizinhança” entre os envolvidos, situação que acirrava ressentimentos.

Nas propostas para a saída da Grande Depressão de 1929, passando pelo final da II Guerra Mundial até a primeira metade da década de 1970, houve aumento da influência de partes das ideias de Keynes - apesar de ter sofrido derrotas na Convenção de Bretton Woods, como a não aceitação da criação do *Bancor*, a introdução de mecanismos de equilíbrio comercial que não penalizassem apenas os deficitários ou ainda suas propostas sobre o papel do FMI. Também ocorreram importantes simplificações da teoria keynesiana por parte de seus seguidores (como os novos-keynesianos), que passaram a buscar fundamentos racionais e microeconômicos e abandonaram a *teoria geral*¹⁵, o que enfraqueceu suas posições políticas e morais.

Após o “primeiro choque do petróleo”¹⁶, quando a inflação foi acompanhada de baixo crescimento econômico, os economistas monetaristas voltaram a competir com o pensamento keynesiano, criticando-o e assumindo gradualmente a hegemonia a partir dos anos 1980. Apoiado nas teorias neoclássicas (tradicional, do final do séc. XIX e início do séc. XX), o monetarismo foi associado à Universidade de Chicago e criou a base para as políticas neoliberais.

Apesar do domínio monetarista posterior, as ideias de Keynes retornam periodicamente, principalmente nos momentos de crise e de desemprego persistente. A expressão: “agora somos todos keynesianos”, divulgada amplamente no momento da crise de

---

¹⁵ O texto *Keynes e os novos keynesianos*, de João Sicsú (1999), mostrou o desenvolvimento dos novos keynesianos, culminando com a opinião de Gregory Mankiw, um dos seus principais teóricos, da não obrigatoriedade de retomar a leitura de Keynes, dada as melhores condições de análise da corrente (SICSÚ, 1999, p. 84).

¹⁶ No final de 1973, o preço do barril de petróleo quadruplicou, evidenciando o poder político e econômico da OPEP, Organização dos Países Produtores de Petróleo.

2007/2008, sugere que suas ideias continuaram significativas e não se encontrou outro remédio suficientemente rápido e eficaz para as situações de crises econômicas.

Paul Krugman e Robin Wells (2006) nos contam que em outubro de 1929, quando ocorreu o colapso da Bolsa de Valores de Nova York, o desemprego era de apenas 3,2%. Logo depois, o produto caiu drasticamente (27% entre 1929 e 1933) e o desemprego aumentou dramaticamente, atingindo 24,9% em 1933. “Um trabalhador americano em cada quatro estava sem trabalho, com muitas pessoas obrigadas a depender da distribuição de sopa e outros atos de caridade simplesmente para poder comer” (KRUGMAN; WELLS, 2006, p 471). Famílias foram despejadas, favelas formaram-se por todo o país¹⁷ e ocorreram frequentes protestos de trabalhadores. Os autores observam que a miséria inesperada foi sentida mais intensamente devido a década anterior (1920) ter sido de prosperidade e de crescimento sem precedentes (KRUGMAN; WELLS, 2006, p 471-2).

Robert VanGiezen e Albert E. Schwenk (2003, p 5), economistas do *Bureau of Labor Statistics* e pesquisadores sobre as causas da “Grande Depressão”, discutem as taxas de desemprego da época, expressas na **Tabela 1**. Nela se pode observar que a maior taxa ocorreu em 1933, primeiro ano da gestão de Roosevelt, o que levou o presidente americano a criar programas de ajudas e trabalho, diferindo da política de não intervenção governamental de Hoover, presidente americano anterior. A isso se seguiu uma lenta recuperação e uma “recaída” em 1938, consequência da retirada dos “estímulos” à economia, devido a preocupações então existentes com o déficit governamental. A recuperação só ocorreria com o início da II Guerra Mundial, em 1939.

A retirada dos estímulos em 1937 sugere que Roosevelt continuava ligado aos paradigmas clássicos, admitindo o expediente dos estímulos somente como uma resposta emergencial, mas possivelmente não considerando um bom modelo para a solvência pública. Debate semelhante repete-se atualmente, enquanto esta dissertação é escrita, em torno de quando e como os Estados Unidos deverão retirar os estímulos econômicos, já em pleno segundo mandato do presidente americano, Barack Obama.

Krugman e Wells concluíram que os esforços para entender estes acontecimentos (crise de 1929) e o que fazer para evitar sua repetição levou a avanços nas medições e nas estatísticas utilizadas no acompanhamento da economia. “A teoria econômica mudou

---

¹⁷ Chamadas de Hooverilles, associando a crise ao nome do presidente americano Hoover, o que demonstra a indignação popular à política de não intervenção da época.

drasticamente com a publicação em 1936, da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, [...] um livro que compete em influência com *A riqueza das nações* de Adam Smith” (KRUGMAN; WELLS, 2007, p 471). Para eles, a macroeconomia (e a política) deve muito às interpretações de Keynes e às críticas ao seu trabalho.

TABELA 1 – *Desemprego nos Estados Unidos durante a Grande Depressão (1929-1942)*

Taxa de Desemprego nos Estados Unidos da América	
Ano	Taxa de Desemprego (%)
1923-29	3.3
1930	8.9
1931	15.9
1932	23.6
1933	24.9
1934	21.7
1935	20.1
1936	17.0
1937	14.3
1938	19.0
1939	17.2
1940	14.6
1941	9.9
1942	4.7

Fonte: Bureau of Labor Statistics¹⁸

Adroaldo Moura da Silva¹⁹ (1995, p 5-22), a quem seguiremos pelos próximos parágrafos, relatou que a Inglaterra dos anos 1920 passava por sucessivas crises econômicas, levando Keynes a afastar-se da ortodoxia representada pela Lei de Say²⁰. De acordo com essa lei, não poderia ocorrer “escassez do poder de compra”, já que a produção capitalista gera a renda para a demanda e existem mecanismos automáticos e espontâneos de correção de preços, salários e juros. Assim, não poderia ocorrer falta de demanda e nem desemprego

¹⁸ Disponível em: <<http://www.bls.gov/opub/cwc/cm20030124ar03p1.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

¹⁹ Apresentador de Keynes e da *Teoria geral, do emprego, do juro e da moeda*; Coleção Os Economistas - Keynes, Nova Cultural, 1996, p.9-24.

²⁰ A Lei de Say, comentada também na nota 30, propõe um modelo circular de bens e de serviços produzidos por famílias, e consumidos por eles também, mas não prevê acumulações, perdas, crises de falta de demanda. Assim, toda oferta de bens é consumida.

involuntário; caso este ocorresse, seria passageiro. A primeira tentativa de Keynes de superar a teoria clássica ocorreu com o livro “*A treatise on money*”, de 1930, obra em que admitiu desequilíbrios entre a poupança e o investimento, mas ainda não apresentava uma explicação analítica para o desemprego convincente e nem para a flutuação da produção. Somente em 1936, com a *Teoria geral*, livro controverso, polêmico e “herético” para os economistas ortodoxos (como Hayek, Pigou, Robertson e outros)²¹, iria propor uma política econômica ativa. No trecho abaixo, pode-se observar as ideias e o estilo controverso de Keynes:

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais do que compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J. B. Say. É verdade que a “lei dos mercados” dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico (KEYNES, 1996, p 40).

Somente na *Teoria Geral* o investimento apareceria como função da expectativa de lucros, do rendimento do capital, da taxa de juros e do *animal spirits*, influenciando diretamente o nível de investimento, o emprego e o consumo agregado. Assim, mesmo que os juros baixassem, caso o rendimento marginal do capital caísse ainda mais, o nível de investimento poderia não aumentar ou não se recuperar. Nessa situação, o empresário tenderia a reter seus lucros, não investindo produtivamente. Desse modo, é na *Teoria Geral* que o interesse individual não obrigatoriamente converge para o interesse da coletividade, abrindo possibilidades de recessão, de perda de mercado e de preço, de subutilização de equipamentos e de desemprego.

O Estado tem importância central, pois é o grande agente econômico, aquele que pode agir anticíclicamente, a exemplo do governo Roosevelt, com políticas “keynesianas”, que envolveram ajuda social, salário mínimo, apoio a sindicatos²², leis contra monopólio,

---

²¹ Na *Teoria geral*, Keynes escreveu: “A elaboração deste livro foi para o autor uma longa luta de libertação [...], uma luta de libertação das formas habituais de pensamento e expressão [...]. A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que formam criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes.” (KEYNES, 1996, p. 29).

²² Roosevelt preocupou-se com a queda de salários que afetava o consumo agregado. Para implantar o seguro desemprego, valeu-se da experiência anterior dos sindicatos.

parcerias com estados (unidades subnacionais) e com empresas para a construção de estradas e barragens, amenizando o desemprego. Nesse contexto, defender a intervenção do Estado objetivou resguardar um sistema de produção capitalista, eficiente, mas com problemas estruturais. Keynes não tinha como horizonte o fim do capitalismo ou sua superação (como queria Marx), tinha como objetivo resolver a questão do desemprego. Dessa maneira, tratava-se de atuar para um bom funcionamento do capitalismo e de manter as ameaças, como o “bolchevismo”, afastado.

É assim que, para Silva (1996, p 9-20), interpretando Keynes, favorecer a acumulação e a abundância do capital, manter os juros baixos e demandar produtos e serviços, quando “o mercado” não estiver confiante, são algumas das principais tarefas do Estado.

O próprio Keynes manifestou ter sido formado na tradição ortodoxa, que dominava e lecionava. Também teorizou sobre a psicologia dos consumidores e dos empreendedores, admitindo o subconsumo, a preferência pela manutenção do ativo na forma mais líquida, a moeda, em detrimento do empreendimento e seus riscos. Para ele, a moeda não era apenas o meio que favorece trocas, ela pode ser retida, entesourada. Ele ofereceu explicações e os principais instrumentos para atuar sobre a atividade econômica, amenizando os dramas do desemprego, remediando um dos aspectos mais perversos de nossas sociedades.

O desemprego, que rondou a taxa de 20% nos Estados Unidos na década de 1930, afetou países europeus e subdesenvolvidos (muitas ex-colônias), que não conseguiram vender seus produtos primários, como o Brasil, que administrava “supersafras” de café e terminou por queimar grandes excedentes do seu principal produto de exportação. Ao final, por não terem sido enfrentadas as complexas questões europeias, os ressentimentos étnicos, as relações entre colonizadores e seus (ex) colonizados, a paz não se fez duradora. E como temia Keynes, em as *Consequências da paz* (2002, p 23), outra guerra sucedeu à “Paz de Cartago”.

A II Guerra Mundial permitiu aos Estados Unidos superar o desemprego, fruto da demanda europeia, principalmente de armamentos, que voltou a ser palco de grande conflito. Na Alemanha, a preparação para o confronto, reduziu o desemprego e dinamizou a economia²³. É curioso que, em época de guerra, os déficits governamentais são aceitos e esperados, mesmo antes da formulação da *Teoria Geral*, de Keynes, em 1936.

Terminada a Guerra, começou a polarização leste-oeste, separando e reorganizando os ex-aliados ideologicamente. No lado Ocidental, seguiram-se trinta anos inéditos, chamados de “gloriosos”, por uns, e de “dourados”, por outros, ou mesmo de “período keynesiano”.

---

²³ Assumindo o poder em 1933, o nazismo reduz fortemente o desemprego alemão, mesmo com salários baixos e intenso rearmamento do país.

Progresso técnico, ganhos salariais, baixa inflação e crescimento nos países capitalistas centrais, foram características desse período, cuja política macroeconômica realizada por governos de diferentes matizes foi fortemente inspirada em Keynes. Em especial as propostas econômicas e políticas sociais-democratas europeias tiveram grande influência da visão keynesiana, prevalecendo até o final da década de 1970.

Para Sicsú (1999, p 84 e 96), a quem seguiremos neste trecho, os economistas predominantes na época, apesar do título de “keynesianos” e de “novos keynesianos”, não tinham as grandes preocupações políticas, morais e sociais do economista Keynes. Segundo ele, a intuição e a retórica do autor foram substituídas por gráficos, simplificações e formalização matemática, por disputas por ângulos e curvas, positivamente ou negativamente inclinados, verticais ou horizontais, no curto ou no longo prazo, quase ou bem comportadas, que se cruzavam dentro do mesmo gráfico e da mesma linguagem.

Sicsú argumentou que a questão do desemprego involuntário, flutuações no produto ou a possibilidade de diversos equilíbrios longe do pleno emprego não pressupõe rigidez de preços e salários para Keynes, tampouco a flexibilidade implicaria um equilíbrio no pleno emprego (SICSÚ, 1999, p 85). A crítica de Sicsú distingue Keynes dos novos keynesianos, motivo adicional para retornar à *Teoria geral*.

1.2.1 O desemprego na Teoria Geral

Keynes argumentou, no primeiro capítulo da *Teoria Geral*, que a teoria clássica, entendida como a de Ricardo e seguidores (Mill, Marshall e Pigou), correspondia a um caso especial, no pleno emprego e no limite das situações de equilíbrio. Para ele, era necessária uma teoria geral, que não tivesse valor apenas enquanto no pleno emprego, pois o mundo em que vivemos não é esse caso especial, sendo temerário tomar decisões baseado somente na teoria clássica. Seguiremos Keynes (1996, p 43-349) até o final deste item, exceto quando houver ressalva em contrário.

Os postulados da teoria clássica (salário igual ao produto marginal do trabalho; e utilidade do salário igual à “desutilidade” marginal do trabalho) conduz à ideia de que a “desutilidade” é o motivo que induz o homem a recusar trabalho. Essa forma de pensar é base da ideia do desemprego voluntário. A mão de obra não aceitaria uma remuneração igual à sua produtividade marginal de maneira livre. A presença de sindicatos, por exemplo, permite que ela rejeite certos níveis salariais. Caso aceitassem trabalhar por menos, haveria emprego para

todos. Portanto, esse desemprego deve ser classificado como voluntário, exceto o desemprego friccional, que pode acontecer por imperfeições de informações, mudanças imprevistas ou simples demora de ir de um emprego para outro.

Os postulados clássicos foram questionados por Keynes ao constatar que a população raramente encontra tanto emprego quanto desejaria a salário corrente. Mesmo reconhecendo que a fatura de emprego não é usual, economistas clássicos consideravam o desemprego como voluntário (KEYNES, 1996, p 46-8).

Abordando o princípio da demanda efetiva, Keynes (1996, p 59-66) definiu, no terceiro capítulo da *Teoria Geral*, a renda do empresário (lucro) como a diferença entre a receita e o custo dos fatores. O empresário se esforça para fixar o volume de emprego e espera maximizar sua renda. O volume do emprego poderá crescer enquanto aumentar a renda do empresário, enquanto um novo aumento da demanda efetiva leva a um aumento da produção, condicionado pelo aumento de seu lucro.

Em uma comunidade, o consumo aumenta menos do que o aumento da renda. As comunidades transformam parte desse aumento em consumo e outra parte em poupança. Nas comunidades mais abastadas, menor proporção de empregos é criada pelo consumo, pois as necessidades mais básicas já estão supridas e parte maior do aumento da renda pode ser poupada. Nesse caso, o nível de emprego dependerá cada vez mais de investimentos de empresários. Keynes ainda observou como a própria renda de um empresário, e os empregos, por conseguinte, dependem dos investimentos dos demais empresários (KEYNES, 1996, p 64):

Ao final, a própria riqueza potencial pode cair se o incentivo a investir for fraco. Mesmo tendo bom potencial, os excedentes sobre o consumo diminuirão, ajustando-se à fraca propensão a investir. Keynes parece entender que a “saúde” capitalista depende de consumo e de investimentos²⁴ contínuos, o que o levará a discutir os juros, o rendimento marginal do capital, as expectativas de longo prazo e até aspectos subjetivos.

Na opinião do autor, a essência da *Teoria Geral* é a quantidade de emprego depender do consumo e do investimento, ou seja, da demanda efetiva. Ressaltando a questão do desemprego por falta de demanda:

---

²⁴ que voltará no Livro Quarto – O Incentivo a Investir.

A simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito do fato de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego (KEYNES, 1996, p 64).

Acima, Keynes admite muitos equilíbrios entre oferta e demanda de trabalho “antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego”, o que já representa um desperdício de trabalho humano. O valor do produto marginal do trabalho superior à “desutilidade” marginal do emprego indica que a remuneração média é interessante para muitos trabalhadores, porém eles podem não encontrar trabalho devido à produção estar inibida pela baixa demanda, admitindo o desemprego involuntário.

A ideia da demanda insuficiente havia sido percebida por Malthus, ao questionar a doutrina de Ricardo, na qual era impossível a falta de demanda. Conforme explicou Keynes, a vitória foi ricardiana. “Ricardo conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistara a Espanha” (KEYNES, 1996, p 65), explicando muitas injustiças sociais e crueldades, que são entendidas como inevitáveis na marcha do progresso. Tentativas para modificar esta situação são entendidas como tendo mais chances de ser prejudicial do que benéficas (p 65-6). Nem mesmo a inadequação para a predição científica e a falta de conformidade entre os resultados e as teorias sensibilizaram os economistas ortodoxos. Eles entendiam que tudo caminhava para um mundo melhor ao se andar sozinho e acreditavam que uma sociedade que funcione de acordo com os postulados clássicos tenderia ao emprego ótimo dos recursos (p 59-66).

Na visão apresentada na *Teoria Geral*, a igualdade entre investimento e poupança não é dada de maneira automática, por um diagrama circular de bens e serviços sem vazamentos. A igualdade vem de um processo dinâmico, em que investimentos criam empregos, rendas, lucros e nova capacidade de investir. A falta de investimentos, com poupanças entesouradas (inclusive na forma de dinheiro) produz estagnação, aumento do desemprego e perda de renda, empobrecendo a comunidade e retirando sua capacidade de acumular excedentes. Keynes afirma não querer corrigir um erro com outro, a visão antiga de que a poupança sempre acarreta investimento, defendida pela ortodoxia, não deve ser substituída pelas visões “modernas” de poupanças sem investimentos ou investimentos sem poupança genuína (KEYNES, 1996, p 108).

A ideia de que a criação de crédito pelo sistema bancário permite realizar investimentos, aos quais “nenhuma poupança genuína” corresponde, resulta, unicamente, de se isolar uma das consequências do aumento do crédito bancário, com a exclusão dos demais. Se a concessão de um crédito adicional a créditos já existentes permite ao empresário efetuar uma adição ao seu investimento corrente, que de outro modo não poderia ocorrer, as rendas aumentarão necessariamente e numa proporção que, em geral, excederá a do investimento suplementar. Além disso, salvo em caso de pleno emprego, tanto a renda real como a monetária serão acrescidas. O público exercerá “uma livre escolha” das proporções em que dividirá o seu acréscimo de rendas entre poupança e dispêndio; e é impossível que a intenção do empresário que pediu emprestado para aumentar o seu investimento possa tornar-se efetiva (exceto como substituição dos investimentos de outros empresários que, do contrário, teriam ocorrido) a um ritmo mais acelerado do que o público decide aumentar as suas poupanças. (KEYNES, 1996, p 107).

Acima, Keynes defendeu a visão dinâmica que equilibra poupança e investimento, sendo que o investimento cria sua poupança necessária. Uma rigidez da posição ortodoxa pode desperdiçar trabalho humano pelo desemprego e acabar empobrecendo a comunidade. A poupança gerada dinamicamente é autêntica mesmo em sociedades com sistemas financeiros avançados, situação em que ocorre um aumento de renda real e monetária, salvo se estiver no pleno emprego, quando seria transformado em aumento de preços. Uma aparente desigualdade entre poupança e investimento foi explicada por “uma ilusão de ótica”, um conflito que surge pela falta da visão dinâmica:

Desse modo, o ponto de vista já antiquado de que a poupança sempre supõe investimento, embora incompleto e enganoso, é certamente mais justo que a ideia moderna segundo a qual pode haver poupança sem investimento ou investimento sem poupança “genuína” (KEYNES, 1996, p 108).

Nos capítulos 8 e 9, Keynes (1996, p 113-26) trata dos fatores objetivos e subjetivos que afetam a propensão a consumir. No capítulo 10 (p 133-46), ele trata do multiplicador do investimento, determinado pela propensão a consumir, a qual foi apresentada como fundamental para análise de demanda agregada que, por sua vez, determina o volume de emprego.

A propensão a consumir, baseia-se na natureza e na psicologia humanas. Salvo em situações excepcionais, é relativamente estável quando vista coletivamente. Dentre outros aspectos, ao ressaltar a variação na unidade de salário (e não no salário nominal), Keynes observou que o consumo depende mais do salário real do que do nominal, levando-o a trabalhar com unidade de salário, ao invés do nominal. O consumo depende de quantidades de unidades de salário que um indivíduo pode dispor. Além disso, o consumo individual depende

da renda líquida, o que permite ignorar variações que não a afetem. As variações imprevistas nos valores de capital podem variar o consumo das classes dos proprietários de riqueza, mas não de toda a população.

Também Keynes, ao analisar os fatores objetivos que determinam o consumo, tratou da importância da política fiscal do governo, que considera impostos, gastos do governo e fundos de amortização da dívida do governo²⁵. Para ele, gastos ou fundo de amortização da dívida pública²⁶ fazem grande diferença na demanda efetiva. Na crise de 1929, um aumento no desemprego entre 1932 e 1933 pode ter sido causado pela retirada precoce de estímulos econômicos. Ademais, Keynes observou que, apesar de modificações na expectativa de mudanças nas rendas presente e futura afetarem a propensão individual a consumir, numa comunidade, as variações individuais tendem a se compensarem entre si. (KEYNES, 1996, p 118).

Continuando a refletir sobre a natureza humana (psicologia), Keynes (1996, p 118) observou que “os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar seu consumo na medida em que a sua renda cresce, embora não em quantidade igual ao aumento de sua renda”. Como as mudanças de hábito demandam um período de adaptação, períodos de crescimento de renda são acompanhados de uma poupança inicialmente maior; em períodos de renda decrescente, de uma poupança inicial menor.

Diferenciando-se dos clássicos, Keynes (1996, p 118-9) considera que excesso de prudência, de poupança, pode tornar-se problemático, gerando desemprego e diminuindo a própria poupança, o que inviabiliza a própria prudência! Manter empregos com menor consumo implica a necessidade de investir o valor poupado. Para garantir o futuro, é necessário empreendimentos rentáveis na atualidade. Se esses empreendimentos estiverem esgotados, haverá poucas possibilidades para aplicar a poupança atual. Considerando investimento e poupança temporalmente, Keynes (1996, p 121-6) sugere que um excesso de investimento está fadado a tornar-se desinvestimento no futuro, ou seja, o equilíbrio conseguido hoje, tornará o equilíbrio de amanhã mais difícil. A diminuição da propensão a consumir hoje (aumentando a propensão a poupar), só pode conformar-se com o interesse público se for esperado que, no futuro, haja maior propensão a consumir.

---

²⁵ Num mundo fortemente “financeirizado” e Estados fortemente endividados, há grande preocupação com a consecução de superávit primário do governo, que tem como objetivo pagar juros da dívida pública. Essa meta tem grande impacto econômico, sob o ponto de vista keynesiano.

²⁶ Atualmente utiliza-se os conceitos de “superávit nominal” e “superávit primário” para manutenção da dívida constante, Dívida/PIB constante, mas mantendo a ideia de controlar o crescimento ou diminuir a dívida dos governos.

Assim, a demanda agregada vem do consumo presente, dos investimentos produtivos e de reservas para consumo futuro deduzidos das reservas feitas no passado²⁷ (Keynes, 1996, p 125). Keynes, crítico de especuladores e rentistas, advertiu também que a sociedade não pode prover o consumo futuro por meio de expedientes financeiros, mas sim por intermédio da produção física atual.

Depois dos seis fatores objetivos, Keynes (1996, p 127-8) enumerou oito motivos subjetivos para pessoas absterem-se de gastar ou de consumir: precaução, previdência, cálculo, melhoria, independência; iniciativa; orgulho e avareza. Da mesma forma, considerou motivos subjetivos para consumir: prazer, imprevidência, generosidade, irreflexão, ostentação e extravagância. Keynes (1996, p 128), ainda considerou os fatores subjetivos dos governos, instituições e empresas comerciais para não gastarem: empresa, liquidez, melhoria e prudência financeira. Esses motivos são coerentes com os motivos individuais, reorientados para uma realidade organizacional ou governamental, com dirigentes buscando resultados graduais e acautelando-se defensivamente de críticas e aproveitando-se das dificuldades de distinguir resultados da acumulação de capital com eficiência administrativa.

Esse conjunto de motivos objetivos e subjetivos – dos indivíduos ou das empresas - demonstra parte da complexidade da propensão a consumir, que é uma das preocupações centrais da *Teoria Geral*. A força de cada motivo pode variar também com a organização social de cada país, a educação, as convenções, a religião, a moral corrente, as esperanças atuais, a experiência passada, a escala técnica dos equipamentos de capital, a forma prevalente da distribuição da riqueza e os níveis de vida estabelecidos. (KEYNES, 1996, p 129).

Na *Teoria Geral* as variações na taxa de juros influenciam as quantias poupadas e consumidas, porém, em direção oposta à que lhe é atribuída pela ortodoxia. Um aumento nos juros diminui a propensão a consumir e acaba por levar à redução da quantia poupada. Como a poupança agregada depende do investimento agregado, a elevação da taxa de juros terminará por baixar o investimento e, conseqüentemente, diminuirá as rendas. Keynes concorda que o consumo diminui quando a taxa de juros aumenta, porém, não concorda que a poupança crescerá por isso, sobretudo se o aumento dos juros provocar queda nas rendas da população.

---

²⁷ Interpretando-se como investimento em estoques para uso futuro, líquido de estoques anteriores, do passado. Melhores argumentos na p.120 e seguintes da *Teoria geral*.

A elevação da taxa de juros poderia induzir-nos a poupar mais se as nossas rendas permanecessem invariáveis [...] Quanto mais virtuosos, quanto mais resolutamente frugais e mais obstinadamente ortodoxos formos em nossas finanças particulares e nacionais, mais terão de baixar as nossas rendas quando o juro subir proporcionalmente à eficiência marginal do capital. A obstinação só nos trará um castigo, e jamais uma recompensa, pois o resultado é inevitável.

Com toda certeza, portanto, os montantes reais da poupança e do consumo agregados não dependem da Precaução, da Providência, do Cálculo, da Melhoria, da Independência, da Iniciativa, do Orgulho ou da Avareza. A virtude e o vício não têm papel a desempenhar. Tudo depende da medida com que a taxa de juros seja favorável ao investimento, levando-se em conta a eficiência marginal do capital. (KEYNES, 1995, p 130-1).

Assim, Keynes questionou a visão ortodoxa do papel da taxa de juros e do que seria virtude ou vício. A fraca propensão a consumir poderá implicar menores poupança e investimento, com o curto prazo interferindo no longo prazo.

1.2.1.1 Emprego e investimento

Empregos são influenciados profundamente por investimentos. Mas para entender o impacto que estes exercem sobre o emprego, Keynes introduz o conceito de multiplicador (k), que é, em última análise, determinado pela propensão a consumir.

$$K = 1/(1 - pmc)$$

Assim, considerando que um investimento, além de ampliar o emprego no setor de atividade onde está sendo realizado, tem impacto para frente e para trás na cadeia produtiva (dado que aumenta a demanda em diferentes setores e assim cria emprego e renda). O impacto total de um investimento é dado pelo resultado da multiplicação do mesmo por K: quanto maior a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador.

Diz Keynes (1996, p 137):

Se as tendências psicológicas do público são realmente as que supomos, estabelecemos aqui a lei de que o aumento de emprego consagrado ao investimento estimula necessariamente as indústrias que produzem para o consumo, determinando, assim, um aumento total do emprego que é um múltiplo do emprego primário exigido pelo próprio investimento. Deduz-se do que foi dito que, se a propensão marginal a consumir não está longe da

unidade, as pequenas flutuações no investimento provocarão grandes variações no emprego; porém, ao mesmo tempo, nas indústrias de investimento e nas de consumo, respectivamente. um aumento relativamente pequeno do investimento bastará para causar o pleno emprego. Se, por outro lado, a propensão marginal a consumir está próxima de zero, as pequenas flutuações do investimento ocasionarão pequenas flutuações do emprego; mas, ao mesmo tempo, pode ser necessário um incremento considerável do investimento para produzir o pleno emprego. No primeiro caso, o desemprego involuntário é um mal de cura fácil, embora suscetível de se agravar rapidamente se o deixarmos desenvolver. No segundo caso, o emprego pode ser menos instável, mas tende a fixar-se num nível baixo e a mostrar-se refratário a qualquer remédio, salvo os mais drásticos.

Conforme Keynes (1996, p 137), as grandes flutuações no emprego dificultam a compreensão e, conseqüentemente, a “remediação” do desemprego sem a compreensão das variações do multiplicador k . O economista lembra que as classes sociais menos abastadas possuem elevada propensão marginal a consumir, próxima a um, e que classes que possuem a maior parte de suas necessidades atendidas tendem a poupar, afastando sua propensão marginal a consumir de um (KEYNES, 1996, p 141). Assim, políticas públicas que pretendem ter impacto sobre o emprego devem considerar cuidadosamente a propensão marginal a consumir.

Em comunidades pobres, a propensão marginal a consumir é próxima a um, deixando-as expostas a variações mais bruscas. Em comunidades ricas, com propensão marginal a consumir menor, o efeito do multiplicador será menor, entretanto, terá efeito sobre maiores fluxos de capitais. Nessas comunidades, haverá maior estabilidade, porém demandará investimento maior para afetar a criação de empregos. Keynes (1996, p 143) escreveu:

Assim, em tempos de desemprego rigoroso, as obras públicas, ainda que de duvidosa utilidade, podem ser altamente compensadoras, mesmo que apenas pelo menor custo dos gastos de assistência [...]. Além disso, se for correta a nossa hipótese de que a propensão marginal a consumir diminui constantemente à medida que nos aproximamos do pleno emprego, deduz-se que se torna cada vez mais difícil alcançar novos aumentos do emprego através de investimentos crescentes.

Esse trecho também sugere como intervenções de frentes de trabalho podem ser eficazes em épocas de desemprego elevado e, paulatinamente, menos eficazes à medida em que há aproximação do pleno emprego, quando o aumento de emprego exigirá investimentos crescentes. Uma crítica repetida a Keynes, baseada na frase “até mesmo gastos inúteis é melhor do que nada”, não traduz o desejo do autor, que prefere o uso racional e social de

recursos. Deve ser entendida como solução limite, o que pode ser evidenciado em passagens como estas:

Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.[...]

Da mesma forma que as guerras têm sido a única forma de gastos com empresários em grande escala que os estadistas acharam justificável, a extração de ouro é o único pretexto para abrir buracos no chão que os banqueiros consideram uma atitude financeira saudável, e cada uma destas atividades representou o seu papel no progresso — pelo fato de não se encontrar uma solução melhor (KEYNES, 1996, p 145).

Keynes (1996, p 138) advertiu, ainda, que há fatores que podem inibir o impacto do investimento, a depender de quanto a economia estiver perto do pleno emprego. Dentre os fatores por ele mencionados, estão a taxa de juros e o nível de preços que, ao se elevarem, podem inibir o investimento de outros setores. Além disso, no caso de uma economia aberta, parte do multiplicador do investimento beneficiará os países estrangeiros, simplesmente porque parcela do consumo adicionado resultará em mais importação.

1.3 Marx

Se a ortodoxia entendeu o desemprego como voluntário, dispensando maiores preocupações éticas, se Keynes defendeu os investimentos governamentais para amenizar o drama da falta de empregos, Karl Marx demonstrou as consequências da competição capitalista entre - e internamente - classes sociais, o antagonismo entre o privado e o social, a “funcionalidade” do desemprego, da pobreza e da riqueza. Marx percebeu, também, a exploração destrutiva da natureza pela necessidade de acumulação sem limites do capital, isto é, como podemos esgotar o solo e a vida de semelhantes em nome do capital.

Sendo um investigador profundo, humanista e um crítico “ácido”, Marx não desejou apenas compreender a sociedade, mas transformá-la, mudar as relações entre nações e entre pessoas. Assim, ele não fugiu às responsabilidades morais e políticas e não separou o mundo ideal daquele repleto de interesses, não omitiu os conflitos entre a necessidade de acumulação do capital e a sobrevivência digna; da relação do avanço tecnológico e a escravidão humana; das relações de dominação e a competição.

Em sua principal obra, *O Capital*, a questão do desemprego tecnológico foi abordada no capítulo XIII (A Maquinaria e Grande Indústria); o papel e a criação da superpopulação relativa foram relacionados à necessidade da acumulação capitalista e descritos principalmente no capítulo XXIII (A Lei Geral da Acumulação Capitalista), capítulos de interesse direto desta dissertação.

1.3.1 O desemprego tecnológico

Nas últimas décadas, observou-se um rápido e contínuo avanço nas comunicações e no processamento de informações no mundo, ainda mais bruscamente em nosso país²⁸. Nitidamente, no Estado de São Paulo, o “ativismo” do Sindicato dos Bancários dos anos de 1980 chegou a uma relativa “calma”, uma pacata descrição. Nota-se claramente a diminuição de funcionários²⁹ em agências bancárias e um processo intenso de automação bancária.

Desde os anos 1990, a automação bancária brasileira, beneficiou-se da popularização da *Internet*, dos caixas eletrônicos para operações feitas anteriormente por “caixas humanos”, apresentando semelhanças com as consequências das mudanças tecnológicas descritas em *O Capital* – vol. II, capítulo XIII – A Maquinaria e Grande Indústria (MARX, 1996b, p 7-133), no qual Marx descreveu as consequências sociais do uso de máquinas durante a Revolução Industrial inglesa.

No Brasil, a experiência e a reação às novas tecnologias foram distintas da reação “luddita”³⁰, movimento, visto na Inglaterra do início do século XIX, em que pessoas quebravam teares movidos por motores a vapor. Tendo se industrializado tardiamente, o país pode ter recebido influências e ter acreditado que era necessário adaptar-se às mudanças que vinham de países industrializados. Desempregados relataram sentimentos de impotência, de

---

²⁸ Relembrando que, no Brasil, teve a Lei da Reserva de Mercado de Informática até 1991 e falta de linhas telefônicas até o início do milênio.

²⁹ Segundo Alonço, o setor bancário sofreu baixas expressivas nos três primeiros anos pós Plano Real, regredindo de 571.285 para 446.380 postos de trabalho (queda de 21,95%). Esse declínio se manteve, em menores taxas até o ano de 2004 com uma redução de 33% em comparação com 1994. Apenas em 2005 o setor voltou a contratar, aproximando do número de funcionários existente em 1998 (ALONÇO, 2008, p. 46).

³⁰ Refere-se ao movimento de destruição de máquinas nos primeiros 15 anos do século XIX, que levou ao governo (antijacobino) a medidas reacionárias e violentas, segundo Marx (1996, p. 60).

inadequação à indústria moderna, de autorresponsabilização pela situação do desemprego³¹, sugerindo a força da ideologia neoclássica e neoliberal, que agem por meio de conceitos como *empregabilidade, inevitabilidade e competitividade*.

Observando esses acontecimentos, constata-se a atualidade do capítulo XIII de *Capital*. Além de atual, também é necessário para compreender a distribuição dos benefícios dos avanços tecnológicos e para perceber como esses avanços aceleram a acumulação capitalista. Assim, seguiremos Marx no restante deste capítulo, exceto quando registrado em contrário.

A resposta de vários economistas atuais, como Olivier Blanchard³², Gregory Mankiw³³, José Pastore³⁴, assemelham-se às opiniões dos economistas chamados por Marx de “burgueses”, tais como James Mill, Mac-Culloch, Torrens, Senior e John Stuart Mill. Conforme Marx (1996b, p 69), para eles os empregos deslocados pela maquinaria seriam compensados com a criação de novos, para a construção de novas máquinas, para operá-las, para mantê-las; o menor custo dos produtos levaria ao aumento da demanda, terminando por criar mais empregos e por beneficiar a sociedade como um todo; ocorreriam ganhos de escalas; ex-empregados encontrariam emprego em outras áreas e poderia crescer a produção de bens de luxo.

Marx (1996b, p 69) comentou em uma nota (172) que Ricardo compartilhou inicialmente a ideia dos economistas burgueses, que considerava que toda maquinaria liberava necessariamente capital adequado para empregar em outro lugar os trabalhadores deslocados pela máquina. Essa posição foi retratada posteriormente, indicando a imparcialidade científica de Ricardo.

Segundo Marx, os trabalhadores desempregados, de forma ingênua, dirigiram críticas e furor aos meios modernos de produção em vez de dirigir sua atenção contra a forma social de sua exploração. No século XIX, ainda não podia ocorrer uma distinção clara entre a

---

³¹ Artigos psicológicos relatam esses sofrimentos, como no livro *Desemprego e saúde mental*, organizado por Janine Kieling Monteiro e Daniel Abs, que relatam sentimentos de desvalorização e de culpabilização pelos desempregados de longa duração (MONTEIRO; ABS, 2009, p 12).

³² Segundo Blanchard (2004, p. 269-70), o argumento de que o progresso tecnológico leva inevitavelmente ao desemprego é falso. O autor cita a melhoria de vida no século XX ou a ideia de destruição criativa de Schumpeter.

³³ Mankiw escreveu em seu livro *Introdução à Economia* (2009, p. 382): “A história mostra, entretanto, que a maior parte do progresso tecnológico aumenta a mão de obra.”

³⁴ Segundo José Pastore (2005), no artigo *Evolução tecnológica: repercussões nas relações do trabalho*: “Ao longo do tempo, as inovações tecnológicas aumentaram a produtividade, os lucros cresceram, os recursos foram investidos em setores produtivos e as oportunidades de emprego se multiplicaram não só no setor industrial onde as tecnologias entraram com intensidade, mas, sobretudo, nos demais setores da economia”.

maquinaria e o seu uso capitalista. A questão central não era a máquina moderna em si, mas o uso social dela. Citando John Stuart Mill³⁵, Marx (1996b, p7) inicia o capítulo XIII, *Maquinaria e Grande Indústria*: “É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano”. Em seguida observa que o objetivo da maquinaria foi aumentar a mais-valia³⁶, baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, sobrando mais tempo dado (ou apropriado) ao capitalista. O objetivo não foi encurtar a jornada de trabalho ou minimizar o esforço do trabalhador.

A conveniência da máquina foi avaliada pela capacidade de substituir a força de trabalho humano, mediante a comparação entre os custos do trabalho humano e do equipamento e de sua operação. Marx exemplificou essa comparação (a qual chama de “contabilidade”) com a utilização de trabalhadores agrícolas miseráveis em vez das britadeiras inventadas pelos americanos, pois esse trabalho humano era tão mal remunerado que a sua substituição por maquinaria encareceria a produção. Ao se limitar legalmente o trabalho infantil em meio período, tornou-se interessante o uso de uma máquina de emendar, de modo que um único jovem (maior de 13 anos) passou a substituir várias crianças. Mulheres, em vez de cavalos, puxaram barcos através de canais, por ser quantitativamente mais barato a manutenção de pessoas da população excedente do que a dos animais. Textualmente: “Por isso, em nenhum lugar se encontra desperdício mais descarado da força humana por uma ninharia do que na Inglaterra, a terra das máquinas” (MARX, 1996b, p 27).

Devido à máquina tornar-se a força muscular dispensável, foi possível o uso de trabalhadores corporalmente imaturos ou mais fracos. Crianças e mulheres foram incorporadas à força de trabalho, colocando toda família sob o comando do capital, mas repartindo o valor da força de trabalho em mais membros, depreciando o salário de cada um. Nas palavras do autor: “Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (MARX, 1996b, p 29).

A postura do “cabeça da família”, que antes negociava apenas seu trabalho, passou a negociar o trabalho das crianças e da esposa, “como um mercador de escravos”. Mulheres

---

³⁵ Encontrado ao final do capítulo 6 – A Condição Estacionária, do livro *Princípios de Economia Política*, vol. II, Coleção os Economistas, Mill, Editora Nova Cultural (MILL, 1996, p. 330).

³⁶ Mais-valia (ou Mais-valor) consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador. Como o trabalhador é remunerado pelo custo de sua sobrevivência, que requer poucas horas, a mais-valia virá da parte do tempo dado ao capitalista. Da mais-valia paga-se os juros pagos aos banqueiros, a renda da terra e os lucros do capitalista.

retiraram crianças de *workhouse* para alugá-las; crianças limpavam chaminés, apesar da existirem máquinas para isso; descuidos com crianças quase abandonadas por mães assalariadas; mortalidade infantil mais elevada onde havia sistema industrial (MARX, 1996b, p 30-3), são algumas das evidências que Marx destacou, possivelmente desejando sensibilizar e mobilizar seus leitores.

A jornada de trabalho, já intensa e extensa, foi ainda mais prolongada. Ela foi descrita por Marx como portadora de capital, voraz por trabalho alheio:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio. (MARX, 1996b, p 36).

Para Marx (1996b, p 36-9), a maquinaria também não precisa fazer pausa, distintamente da limitação natural de seus operadores. Mas sendo os limites humanos elásticos, eles foram rebaixados, inclusive servindo-se da docilidade dos trabalhos feminino e infantil para vencer resistências. Sendo o rendimento de uma máquina dependente da sua vida útil ou do desgaste que é depositado em cada unidade produzida ou também do lento, mas constante desgaste quando ociosa, é preferível ao empregador o uso dobrado, prolongando a jornada de trabalho, reduzindo pela metade sua vida útil, mas dobrando o seu retorno e amortizando o investimento na metade do tempo. O “desgaste moral”, o risco da perda de valor de troca das máquinas devido à obsolescência tecnológica foi reduzido com o uso intensivo do equipamento e a consequente amortização.

A máquina visava aumentar a mais-valia relativa, desvalorizando a força de trabalho e barateando as mercadorias necessárias às famílias. Antes de generalizada, a máquina permitiu aos primeiros capitalistas acumularem lucros extraordinários, induzindo-os, em razão de altos lucros, a prolongar a jornada de trabalho. Paradoxalmente, em vez de libertar o homem, como imaginou Aristóteles, a maquinaria transformou todo o tempo de vida do trabalhador, também o de sua família “em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital”, criou uma “população operária excedente” pelo prolongamento do tempo e intensificação do trabalho, compeliu os trabalhadores a aceitarem as leis do capital (MARX, 1996b, p 40-1).

Mesmo quando a legislação impôs limites à jornada de trabalho, a produtividade foi aumentada pela intensificação do trabalho, possibilitada inclusive pela própria jornada menor. O ritmo passou a ser ditado pela mecanização em constante evolução; os movimentos foram acelerados além da resistência humana, ressarcindo a mais-valia ao transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio de exaurir ainda mais a força de trabalho. A mais-valia também foi beneficiada pelas economias de gás e carvão e pelo período encurtado (MARX, 1996b, p 50).

Nas fábricas, foi articulado um sistema de máquinas, subordinado a uma força motriz principal, quase autocrata. Uma divisão de trabalho distribuiu pessoas entre várias áreas, não facilita a cooperação ou a articulação desses trabalhadores, dentro ou entre os departamentos. Superou a hierarquização técnica que havia na manufatura, nivelando os trabalhos que os auxiliares das máquinas deviam fazer, pois a máquina herdou as habilidades e as virtudes que antes eram dos artesões, não exigindo força ou habilidades anteriores.

Conforme Marx (1996b, p 52-5), ao lado desses trabalhadores auxiliares das máquinas, surgiram outros, numericamente pequenos, que se ocupavam do controle e da reparação, como os engenheiros, os mecânicos e os marceneiros. Eles formavam uma classe mais elevada de trabalhadores, externa aos operários (agregada a eles, mas distinta deles) e com formação científica ou artesanal. Tornou-se possível substituir trabalhadores auxiliares sem interromper o processo de trabalho devido à simplificação no manejo da máquina, de modo que os ajudantes puderam ser substituídos sem maiores dificuldades, em parte por máquinas aperfeiçoadas ou por outros operários rapidamente treinados. Na fábrica, os trabalhadores serviam às máquinas.

Assim como hoje há empresas que, desejando mais que força de trabalho, se esforçam para que seus funcionários “vistam a camisa” e comemorem os seus resultados, Marx citou o engenheiro Ure (nota 136, p 57), para quem a maior dificuldade na fábrica automática era a disciplina necessária: fazer os seres humanos renunciarem a seus hábitos irregulares no trabalho e se identificarem com a regularidade do grande autômato. Marx comparou o código fabril a uma Lei Privada, sem divisão de poderes. Em vez do chicote do feitor, o manual de penalidades do supervisor (MARX, 1996b, p 57).

Citando Engels, Marx descreveu ciladas burocráticas em que trabalhadores eram penalizados até por falhas em matérias primas fornecidas a eles. Nessa situação, eram tiranizados por um código fabril, que poderia ser modificado arbitrariamente, e por prisões devido à quebra de contratos que foram “livremente” assumidos. As condições materiais de

trabalho, o calor, o ruído e os resíduos correspondiam a cenário de filmes clássicos, descrito por Marx, como o roubo de espaço, de ar, de luz, proteção contra os perigos de vida e saúde (MARX, 1996b, p 58-9).

Esses exemplos nos levam a indagar se a automação pode visar à libertação do esforço humano e à equidade, em sociedades com instituições criadas para estarem a serviço do capital. Mesmo encontrando alguma evolução na legislação, nos costumes e no discurso de algumas empresas modernas, podemos questionar o alcance da justiça diante das muitas estatísticas de acidentes de trabalho, do desrespeito à legislação trabalhista, das denúncias de trabalho escravo, das condições precárias e insalubres das empresas terceirizadas, das moradias de trabalhadores em favelas ou periferias distantes, que mostram a limitação e precariedade dos compromissos trabalhistas. Torna-se difícil uma proteção real e duradora se as relações de trabalho visam a competição predatória, a acumulação e o perpetuar do capital.

Observando alguns movimentos contra as máquinas dos séculos XVII ao XIX, Marx (1996b, p 60) observou: “É preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista e, daí, aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração”.

Marx questionou a forma de exploração capitalista, que desqualifica a habilidade de artesões, expulsa pequenos proprietários de suas terras e usa as máquinas para acirrar a concorrência entre os trabalhadores. No sistema de produção capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria, assim, a máquina, que poderia ter aliviado os seres humanos, torna-se concorrente deles e os reduz a apêndice seus, possibilitando seu descarte e tornando-os excedentes. Em suas palavras:

O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. (MARX, 1996b, p 62).

Considerando a questão temporal, da velocidade da supremacia das máquinas automáticas, o autor observou que, mesmo em processos graduais, as esperanças tornaram-se vãs, pois a máquina apoderou-se lentamente de setores de produção. Efeitos pensados temporários tornaram-se permanentes:

Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas “temporário” (*a temporary inconvenience*), por outro, que a maquinaria só se apodere paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2 1/2 pence por dia. Em contraposição foram agudos os efeitos da maquinaria algodoeira inglesa sobre a Índia Oriental, cujo governador-geral constatava em 1834/35: ‘A miséria dificilmente encontra um paralelo na história do comércio. Os ossos dos tecelões de algodão alvejam as planícies da Índia’.” (MARX, 1996b, p 62-3).

Assim, Marx (1996b, p 62-4) mostrou a primeira forma de criação de uma população supérflua, trabalhadores que perderam para a concorrência da produção mecanizada, pela evolução tecnológica. Um excedente criado não por falhas morais, inabilidades ou por serem avessos ao trabalho, mas pela antítese da evolução constante das máquinas contra a habilidade do homem, expulsando trabalhadores mais qualificados e valorizando o capital.

Marx considerou outras possibilidades para a máquina: ser uma vitória contra a natureza, ter um papel libertador ou permitir dispensar a necessidade de escravos, como imaginou Aristóteles. Porém, um modo de produzir sob a lógica capitalista usa a ciência para dominar e a tecnologia para libertar os capitalistas dos trabalhadores. O trabalho, tornando-se mecânico, possibilitou a substituição do humano pela máquina. Marx não descartou a máquina em si, mas criticou o uso capitalista dela, que gerou tirania fabril e empobrecimento do produtor:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1996b, p73).

O economista burguês, segundo Marx, desconsiderou essas contradições e imputou a seus adversários o engano de combater a própria maquinaria. Como não vê outra utilização da

máquina a não ser a capitalista, considerou os que se rebelam contra o uso capitalista como pessoas avessas ao uso da maquinaria e ao progresso social.

Contrariamente aos economistas “burgueses”, para os quais a maquinaria elimina trabalhadores, mas libera capital para empregar esses mesmos trabalhadores em outros ramos ou no mesmo ramo com a produção ampliada, Marx observou a transformação do capital variável em constante, fator que afeta os empregos. Mesmo se o capital variável, liberado pela maquinaria, fosse totalmente investido na compra de novas máquinas, essa aplicação implicaria acrescer um novo capital constante e variável; o constante correspondente ao trabalho morto, à maquinaria; o variável, à remuneração do trabalho vivo, humano. Dessa maneira, o capital variável liberado seria apenas parcialmente mantido como capital variável, aumentando a proporção do capital constante. A compensação do emprego com a fabricação e a manutenção de novas máquinas não gerou tantos empregos quanto retirou. Além disso, os meios de subsistência, que deixaram de ser comprados pelos trabalhadores deslocados, levaram a outras demissões; assim, não ocorreu apenas a alegada redução de preços que beneficiaria a todos trabalhadores. Segundo o autor:

[...] os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho, aumentando o número de forças de trabalho já disponíveis para a exploração capitalista [...] os operários postos fora de um ramo da indústria podem, na verdade, procurar emprego em qualquer outro ramo. Se o encontram e, com isso, se recompõe o laço que havia entre eles e os meios de subsistência com eles liberados, então isso acontece por intermédio de novo capital adicional, que procura aplicação; de nenhum modo, porém, por intermédio do capital que já funcionava antes e agora se transformou em maquinaria (MARX, 1996b, p 72).

Houve uma perda do capital variável para o constante, o que representou menos empregos. Marx observou as consequências pessoais, que podem ser extremas, dos deslocados pela maquinaria:

E mesmo então, quão limitada perspectiva têm eles! Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres-diabos têm tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados. Além disso, cada ramo industrial atrai anualmente novo afluxo de seres humanos, que lhe fornece seu contingente para substituição e crescimento regulares. Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição (MARX, 1996b, p 72).

A cada aperfeiçoamento da maquinaria, a fábrica ocupa menos trabalhadores, continuando a lógica concorrencial capitalista. Os antagonismos da utilização capitalista da maquinaria não decorrem da própria máquina ou de seus aperfeiçoamentos, mas reiteradamente, da utilização capitalista. Marx não é contra o progresso técnico, somente não aceita que a maneira capitalista seja a única forma possível de obtê-lo.

Um longo e socialmente dramático processo de “maquinização” ocorrido na indústria algodoeira inglesa no século XIX, foi descrito ainda nesse capítulo de *O Capital*. Um grande ganho de produtividade na fiação mecanizada levou à expansão da plantação de algodão americano³⁷, ao aumento na quantidade e da qualidade dos fios, ao deslocamento de artesões para a tecelagem, aumentando o número de alfaiates, modistas, costureiras, até o advento de outra invenção, a da máquina de costura. A abundância de produtos básicos abriu espaço para o surgimento de produtos de luxo e para expansão de outros ramos, como ferrovias, telegrafia, navegação a vapor, mecânicos, fotografia, usinas de gás, embora numericamente, em termos de empregos, não tão significativo. A capacidade produtiva da grande indústria permitiu o aumento das atividades não produtivas, como criados, militares, clero, juristas, entre outros. Mas também aumentou o número de indigentes, vagabundos, criminosos.

Analisando as consequências da crise da indústria do algodão, Marx constatou que, entre 1770 e 1815, período do monopólio mundial da indústria algodoeira inglesa, ocorreram apenas cinco anos de crises ou de estagnação. Entre 1815 e 1863, foram 28 anos de depressão ou estagnação, num período marcado pelo início da concorrência europeia e dos Estados Unidos. Explicou que, exceto nos tempos de prosperidade, imperou entre os capitalistas uma luta intensa pela participação no mercado e pelo barateamento das mercadorias, sendo uma opção a diminuição forçada de salários. Com essa opção, mesmo nos períodos desfavoráveis, fabricantes conseguiam lucros extraordinários pela redução exagerada do salário abaixo da subsistência. Além de representarem a diminuição de salários maior do que a necessária para reestabelecer a competitividade da indústria de tecidos, essas oscilações levaram a outras práticas como a de misturas de algodão de qualidade inferior, aumento do peso com gomas e condições de trabalho insalubre. A colonização de países estrangeiros permitiu transformá-los em fornecedores de matérias-primas para outros, predominantemente industriais, alterando suas agriculturas. Ainda nesse período (em 1834), uma nova Lei dos pobres³⁸ estimulou a

---

³⁷ Também com efeitos na população escrava americana e posteriormente na guerra civil americana, que influenciou a crise algodoeira inglesa, descrita no item 7 do cap. XIII do *O Capital* (MARX, 1996b, p. 78-89).

³⁸ A *Poor Laws* de 1834, nova Lei dos Pobres, foi uma emenda à Lei dos Pobres, inglesa, de 1601, que manteve o seu caráter repressor contra a mendicância e andarrilhos, reorganizados para um controle centralizado (não mais

migração de trabalhadores rurais para distritos fabris; paralelamente, a busca de crianças em condados rurais tornou-se quase um tráfico de escravos brancos. Desemprego, penúria, emigração esmolos, transformaram ex-trabalhadores em párias da sociedade (MARX, 1996b, p 83-9).

Os processos industriais foram continuamente analisados e otimizados pelos capitalistas. O sistema fabril expandiu a escala de produção e mudou seu modo de produzir com o uso das ciências naturais, aplicando a mecânica, a química etc. Diferentemente do período da manufatura, o sistema fabril utilizou a mão de obra feminina, a de crianças e de trabalhadores não qualificados, resumindo: o trabalho barato (*cheap labour*). Afetou também a empresa domiciliar e a manufatura de trabalho artesanal. A diferença de produtividade entre o artesanato e a grande empresa podia ser avaliada pelo fato de uma única máquina poder tomar o lugar de grande parte da manufatura artesanal. Mesmo se as pequenas empresas artesanais alugassem pequenas máquinas a vapor, seria um paliativo, apenas uma etapa intermediária para a produção fabril, a qual passou a ser hegemônica. “A maquinaria supera a cooperação baseada no artesanato e a manufatura baseada na divisão do trabalho artesanal” (MARX, 1996b, p 90-2).

A indústria familiar tornou-se um departamento externo à grande indústria ou à grande loja; ela perdeu sua autonomia, correu mais riscos de irregularidades legais, concorreu sem a força das máquinas, ficou dispersa, o que dificultou sua articulação, ocasionou pobreza e piorou as condições de trabalho, espaço, luz, ventilação dos ambientes de trabalho; expôs mulheres e crianças à influência de substâncias venenosas. A indústria familiar ainda sujeitou-se a intermediários poucos escrupulosos. Marx diz que “o capital movimenta, como por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores domiciliares espalhados pelas grandes cidades e zona rural” (MARX, 1996b, p 92).

Eis as condições da manufatura moderna, descritas por Marx (1996b, p 95): “superam as mais repulsivas fantasias de nossos romancistas”. Essa situação nos faz indagar como eram restritas as alternativas para tamanha sujeição, em tal escala populacional, na intensidade do trabalho, nas humilhações e nas condições de insalubridade. Marx abordou a conveniência da sobrevivência da atividade artesanal doméstica para a grande indústria, pois aquela teve seus produtos barateados, situação que ocasionou a sobrevivência de grande contingente de

---

controlada por paróquias), com perda de direitos civis, internação em humilhantes *Workhouses* (que mais parecem manicômios ou presídios), e que influenciou outros países industrializados da época. Será abordado no Capítulo 2 desta dissertação, com descrições de Gaudié (1998, p. 70) e Topalov (1990, p. 388-9).

disponíveis. Ao comentar os relacionamentos familiares, Marx (1996b, p 99) escreveu: “Os pais, miseráveis e degenerados, só pensam em arrancar o máximo possível de seus filhos. Uma vez crescidos, os filhos nada mais querem saber dos pais e os abandonam”.

Entretanto, quando se chega próximo do limite físico, psicológico e socialmente tolerável (a exploração brutal), todos esses surpreendentemente elásticos, substitui-se o humano pela maquinaria, havendo investimento em automação. As consequências imediatas e graduais foram assim descritas por Marx:

Seu efeito imediato sobre os trabalhadores é, mais ou menos, o de toda maquinaria que, no período da grande indústria, se apodera de novos ramos de atividades. Crianças de menos idade são afastadas. O salário dos operários de máquinas se eleva em relação ao dos trabalhadores domiciliares, dos quais muitos pertencem aos ‘mais pobres dos pobres’ (*the poorest of the poor*). O salário dos artesãos mais bem colocados, com os quais a máquina concorre, cai. Os novos operários de máquinas são exclusivamente mocinhas e mulheres jovens. Com o auxílio da força mecânica, elas aniquilam o monopólio do trabalho masculino em tarefas pesadas e expulsam, de tarefas mais leves, massas de mulheres idosas e crianças imaturas. A concorrência irresistível elimina os trabalhadores manuais mais débeis. O horrendo crescimento da morte por inanição (*death from starvation*) em Londres durante a última década corre paralelo com a expansão da costura a máquina. As novas operárias da máquina de costura movida com o pé e a mão, ou só com a mão, ficando elas sentadas ou de pé de acordo com o peso, o tamanho e a especialidade da máquina, despendem muita força de trabalho. Sua ocupação torna-se nociva à saúde, devido à duração do processo, embora esta seja na maioria das vezes menor do que no velho sistema. Onde quer que a máquina de costura se abrigue, como na confecção de calçados, espartilhos, chapéus etc., em oficinas já por si acanhadas e superlotadas, multiplica as influências nocivas à saúde (MARX, 1996b, p 101-2).

O autor evidencia que o uso capitalista das inovações tecnológicas afetou não apenas a quantidade de empregos, mas também a qualidade, as condições de trabalho e de sua remuneração.

1.3.2 A aplicação das leis

O papel dos juristas, oficialmente representantes do Estado, desmascara-se de sua aparente neutralidade diante da impossibilidade de conciliar os fatos e as leis de forma isenta, sem pender para os interesses hegemônicos. Nesse sentido, Marx (1996b, p 109-30) expressou

vários exemplos, tais como as questões sanitárias; os acidentes de trabalho; as cláusulas educacionais; o abuso de poder paterno (que pode ser subproduto de outros abusos empresariais); a desigualdade na aplicação de leis entre grandes ou pequenos empresários; o trabalho infantil; o trabalho de mulheres em minas (depois da proibição delas no subsolo, foram para a superfície, mas continuaram submetidas a situações degradantes e tinham salário menor); os julgamentos no caso de acidentes de trabalho com morte; a nomeação dos árbitros por uma das partes, que demonstrava a parcialidade da atuação judicial inglesa em plena Revolução Industrial.

Esse contexto fica evidente em: “Será que vós, trabalhadores, não poderíeis vós mesmos cuidar dos vossos interesses sem apelar para a ajuda do Governo?” (MARX, 1996b, p 130). Segundo o autor, cinicamente, juízes aparentavam acreditar em contratos livres e equilibrados entre partes desiguais, como se não estivessem prontamente disponíveis ao capital, quando eram chamados a julgar e a reprimir greves, ou quando condenavam luddistas³⁹ com penas até de morte. Os juízes dispensavam-se de enfrentar seus conflitos, conservando a aparência de um papel neutro, imparcial, mesmo quando era difícil mantê-lo (MARX, 1996b, p 109-31).

Apesar da aplicação parcial, a legislação fabril tornou-se fundamental para a proteção da classe operária. De acordo com Marx (1996b, p 130-131), ela acelerou a metamorfose de processos de pequena escala para larga escala, a concentração do capital e o domínio do regime de fábrica. Ao regulamentar a jornada de trabalho, impôs a técnica moderna, de maior intensidade do trabalho, e a concorrência da maquinaria com o trabalhador. Inviabilizou o trabalho domiciliar e a pequena empresa. Essa mudança retirou os últimos refúgios dos excedentes, as últimas válvulas de escape da sociedade.

1.3.3 O desemprego como condição de acumulação capitalista

No capítulo XXIII de *O Capital*, volume II, *A Lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 1996b, p 245-76), Marx trata do desenvolvimento capitalista, que envolve acumulação de capital e sua concentração, mudanças de técnicas, emprego de menor número de trabalhadores em relação ao capital, e necessidade de trabalhadores disponíveis. Desse

---

³⁹ Que destruiu máquinas no início do século XIX, sobretudo nos distritos manufatureiros ingleses que sofreram desemprego pelo uso das máquinas a vapor (MARX, 1996b, p 60).

modo, a acumulação capitalista afeta o “destino da classe trabalhadora”, alterando o emprego e o desemprego em relação ao capital.

A acumulação pode precisar de braços subitamente, mais rápido do que o crescimento populacional e a formação dos indivíduos possibilitam. Essa situação cria a necessidade de existir excedentes desempregados ou semiempregados, disponíveis em época de crescimento, pressionando e moderando as reivindicações dos empregados. Trabalhadores podem ser descartados devido a crises, mudanças na técnica de produção, nova concentração de capital e necessidades de acumulação de capital, recompondo uma reserva de desempregados e de empregos parciais, precários, ambulantes, dispostos a empregarem-se assim que a indústria necessitar.

Ideias que ocorriam na época de Marx retornam frequentemente na atualidade. Dentre elas destacam-se: o desemprego é consequência do excesso de crescimento populacional; os acréscimos de capital levam obrigatoriamente a um aumento na quantidade de empregos e sua falta de crescimento produz desemprego; os trabalhadores excedentes são um peso morto e poderiam ser descartados (na época de Marx, poderiam ser levados para as colônias); é necessário que uma classe realize as tarefas enfadonhas (ou repugnantes) para que outras floresçam e tenham dignidade; os desempregados existem em razão de mudanças de tecnologias e avanços da ciência, a qual precisa ser aprofundada. Para tratar dessas questões continuaremos com Marx, pelo capítulo XXIII (vol. II) de *O Capital*.

1.3.3.1 A demanda por trabalhadores, os salários e a valorização do capital

Segundo Marx (1996b, p 246), “Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional será sempre parcialmente utilizada em capital variável”. Entretanto, se “as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam”, favorecendo os assalariados, mas não alterando o caráter básico da produção capitalista, a polarização entre capitalistas e assalariados. Novos assalariados incorporam-se ao capital para valorizá-lo, pois é do “trabalho vivo” que o capital extrai o excedente. A acumulação do capital multiplica o proletariado.

Marx cita autores que entendem que:

- a) os trabalhadores tornam-se ricos (e quanto mais trabalhadores ricos, mais ricos haverá);
- b) são necessários pobres para fazerem o trabalho, devendo estes ser preservados de morrer de fome, mas não remunerá-los a ponto de permitir que poupem; torná-los prisioneiros pelas suas necessidades, que podem ser amenizadas, mas nunca saneadas, sob o risco de torná-los insolentes e preguiçosos;
- c) consideram que a necessidade impele os trabalhadores, assim, para fazê-los felizes, a maior parte dos pobres deve ser mantida tanto ignorante quanto pobre.

Marx (1996b, p 248) observa:

O que Mandeville, um homem honesto e lúcido, ainda não entende é que o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista.

Mandeville, um dos autores citados, estava cumprindo o papel de expressar os interesses da classe que mantém outras sob sua dependência, a capitalista.

Em uma nota de rodapé, Marx (1996b, p 249) lançou a questão: “por quem foram, afinal, criadas ‘as instituições burguesas’?”. O autor confronta a ilusão jurídica, de que as leis não seriam fruto das relações materiais de produção e cita a resposta de Linguet: “*L’esprit des lois, c’est la propriété*” (O espírito das leis é a propriedade), levando a outra questão: a quem servem?

Podemos considerar que a lei garante uma situação favorável ao trabalhador, pois sua dependência será suportável. Com a existência da lei, o trabalhador recebe pagamento maior, o que amplia suas satisfações. Entretanto, ela não lhe permite superar sua relação de dependência: o patrão continuará a ser patrão. Para Marx, essa relação de compra e venda de força de trabalho não visa as necessidades pessoais do comprador, do patrão. “Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa” (MARX, 1996b, p 251).

Na ótica capitalista, empregos terão sentido na medida em que fornecerem trabalho não pago, servindo à reprodução de capital. É admissível o aumento ou a diminuição do

trabalho não pago, mas não a ponto de ameaçar a acumulação capitalista. Se os salários aumentarem a ponto de cair o lucro do patrão abaixo do nível médio, ele deixa de ocupá-los, recontratando somente quando o preço do trabalho cair a um nível correspondente às necessidades de valorização do capital. Marx (1996b, p 252) observou: “não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição de capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço”, colocando a grandeza do salário como dependente da acumulação capitalista, e não o contrário.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 1996b, p 253).

Há espaço para valorização de salários e aumento da quantidade de empregados. Entretanto, a acumulação capitalista não pode ser ameaçada, o que levaria a não transformação de mais-valia em capital ou a liberação de empregados até que os salários se adequassem à necessidade de acumulação. Não é o capital que serve o homem, mas o inverso, o que explica a criação do desempregado.

1.3.3.2 Para o caso do decréscimo relativo do capital variável

Até esse momento, admitiu-se que a parte relativa do capital variável mantém-se constante na composição orgânica do capital⁴⁰, porém, no capitalismo, o desenvolvimento da produtividade do trabalho social torna-se o mais importante instrumento de aceleração da acumulação, aumentando as capacidades produtivas do trabalho e permitindo que uma quantidade menor de trabalho produza uma quantidade maior de produtos.

A divisão do trabalho, a maquinaria, a melhoria no transporte, a adubação mineral e o uso das forças da natureza, da ciência como tecnologia permitiram que mais matérias-primas

---

⁴⁰ Composição Orgânica do Capital é a proporção em que se reparte em capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho, soma global dos salários) (MARX, 1996b, p 245)

fossem processadas, elevando a produtividade do trabalho e diminuindo parte do trabalho relativo aos meios de produção. Mudou-se a composição técnica do capital⁴¹, o que elevou a produtividade do trabalho, observou Marx (1996b, p 254-5).

Para Marx (1996b, p 255-7), não apenas a divisão do trabalho, mas também sua conjugação permitiram avanços na produção. O trabalhador manual isolado, por faltar meios de produzir autonomamente, teve que vender sua força de trabalho como mercadoria. Meios sociais de produção e de subsistência eram apropriados por poucos e foram transformados em propriedade privada de capitalistas. Nesse contexto, a produção em larga escala exigiu uma forma capitalista de produção, com um processo histórico de acumulação prévio e posterior processo de concentração. Assim, depois de uma acumulação inicial, foi acelerada a acumulação de capital, com gradual reinvestimento de parte da mais-valia em máquinas e equipamentos. A acumulação concentrou os meios de produção e o comando sobre o trabalho, tornando-se meio de nova acumulação e acirrando a concorrência entre capitais individuais. (MARX, 1996b, p 258).

Caso a redução da quantidade de trabalho socialmente necessária (decorrente dos ganhos de produtividade) para a produção das máquinas, equipamentos e matérias primas, ocorra em velocidade menor do que sua incorporação no processo produtivo, há aumento da composição orgânica do capital. Em outras palavras, se a alteração na composição técnica do capital favorável ao maior uso de máquinas e equipamentos não for compensada pela redução proporcional, em termos de valor, há aumento da composição orgânica do capital.

Disso decorrem consequências para a demanda por trabalho por parte dos capitalistas:

Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (MARX, 1996b, p 260).

1.3.3.3 Produção progressiva de um exército industrial de reserva

---

⁴¹ Composição Técnica do Capital é como o capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção utilizados e o montante de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 1996B, P 245).

A acumulação de capital, além de ocorrer quantitativamente, é acompanhada por mudança na composição orgânica do capital, com acréscimo do componente constante à custa do componente variável, aumentando a taxa de lucro para os capitais maiores e concentrados.

Como a demanda de trabalho é determinada pelo componente variável, que não avança proporcionalmente ao crescimento do capital global, a demanda por trabalhadores não acompanhará o aumento do capital global. Isso requer uma aceleração na acumulação de capital para empregar mais trabalhadores (ou só para mantê-los), o que posteriormente poderá torná-los parcialmente desnecessários. Marx entendeu um processo progressivo e que se autoalimenta. Segundo o autor, é preciso acelerar a acumulação do capital como condição de empregar, mas criando as condições para mudar novamente a composição orgânica, restringindo um pouco mais o capital variável (MARX, 1996b, p 260-1).

O crescimento do capital global levou, de maneira acelerada, ao decréscimo relativo da parte variável, fazendo parecer que a população trabalhadora cresceu mais rápido do que seus meios de ocupação. Uma parte da população adicional tornou-se supérflua às necessidades de aproveitamento do capital, aumentando a desocupação (MARX, 1996b, p 261).

Além do crescimento de capital, o aumento da composição orgânica do capital e o aumento da composição técnica do capital, também podem repelir os trabalhadores, tornando-os supérfluos. A própria população trabalhadora, necessária para a acumulação capitalista, cria historicamente as condições para torná-la relativamente supérflua em outras etapas. Assim, a população de trabalhadores ocupados sofre fortes flutuações de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1996b, p 262).

Essa população excedente, chamada de “exército industrial de reserva”, foi fruto da acumulação de capital e da conseqüente mudança da composição orgânica (diminui o peso relativo do capital variável, que remunera a mão de obra), que liberou constantemente parte

dos trabalhadores e possui papel essencial para o funcionamento da produção capitalista. Não apenas a valorização do capital comanda e utiliza esse contingente humano tornado supérfluo, também as condições técnicas, os meios de transportes e o crédito avançam sobre antigos ou novos ramos de produção, diminuindo o número de trabalhadores, aumentando a produção, expulsando e em outros momentos demandando massas humanas, que precisam estar disponíveis, independentemente do crescimento populacional. O exército industrial de reserva foi constituído para cumprir estes papéis. Nas palavras de Marx (1996b, p 263-4): “Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados”.

Marx esclareceu que a indústria capitalista não esperaria 16 ou 18 anos para receber mais mão de obra (o capital cresce muito mais rapidamente do que a reposição de mão de obra humana, que pode necessitar de gerações) e nem correr o risco de emigrar a mão de obra excedente nas épocas de maior desemprego, para depois precisar dela. Opôs-se às ideias de que o exército industrial pudesse ser consequência do crescimento excessivo da população (Malthus) ou à ideia cínica que atribui à falta de capacidade dos trabalhadores adaptarem seu número às suas condições de subsistência. A flutuação de necessidade de mão de obra, independente do crescimento natural, pode ser vista também na passagem abaixo:

Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 1996b, p 265).

Mesmo o aumento de capital variável pode não corresponder exatamente ao acréscimo do número de trabalhadores. Caso os trabalhadores passassem a fornecer mais trabalho, aumentando seu salário, o acréscimo do capital variável se tornaria índice de mais trabalho, não de mais trabalhadores empregados. Nas palavras de Marx: “Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores” (MARX, 1996b, p 266).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista possibilitou a exploração de mais trabalho mediante aumento da extensão ou da intensidade dos trabalhos individuais, possibilitou, também, a exploração de desigualdade salarial entre os gêneros e a baixa proteção legal para a exploração do trabalho infantil e juvenil:

Viu-se, além disso, que com capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil.

Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores (MARX, 1996b, p 266).

O sobretrabalho, como meio de enriquecimento do capitalismo industrial que acelera a produção do exército industrial de reserva, forçando mais trabalhadores à inatividade, foi descrito nestes termos:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. O quanto esse momento é importante na constituição da superpopulação relativa prova-o, por exemplo, a Inglaterra. Seus meios técnicos de “poupar” trabalho são colossais. Ainda assim, se amanhã o trabalho fosse limitado e uma medida racional e adequadamente escalonado, conforme idade e sexo, para as diferentes camadas da classe trabalhadora, então a população trabalhadora disponível seria absolutamente insuficiente para levar avante a produção nacional em sua atual escala. A grande maioria dos trabalhadores ora “improdutivos” teria de ser transformada em “produtivos” (MARX, 1996b, p 266-7).

Para Marx os movimentos gerais do salário são regulados pela expansão ou contração do exército industrial de reserva, não pelo número da população trabalhadora. A divisão entre exército ativo e de reserva, a proporção relativa da superpopulação pode ser aumentada ou diminuída de acordo com as necessidades da acumulação. Assim, Marx discorda do dogma econômico que entendia o salário se elevava com a acumulação de capital, estimulando o crescimento populacional até saturar o mercado de trabalho e, posteriormente pressionando o salário para baixo, invertendo o crescimento populacional. Marx argumentou que esse dogma não condizia com o tempo que o crescimento populacional necessita para poder trabalhar. Marx exemplificou com a diminuição de trabalhadores rurais em razão de demanda bélica, construção de estradas de ferro, de fábricas e de minas, que levou os arrendatários a introduzir mais máquinas, tornando novamente a população agrícola redundante, ao nível adequado aos

arrendatários. Com mais capital investido na agricultura, a demanda de trabalho caiu absolutamente (MARX, 1996b, p 268).

A proporção do exército industrial não provém do crescimento populacional desproporcional à valorização do capital, mas diretamente da necessidade do capital, que fixa a relação necessária. Se tivessem emigrado todos do exército industrial de reserva inglês para suas colônias, rapidamente um novo exército tomaria seu lugar. Assim, pregar aos trabalhadores que ajustassem seu número às necessidades de valorização do capital seria ignorar o mecanismo de produção capitalista, que ajusta essa quantidade às suas necessidades, criando uma superpopulação relativa conveniente, a miséria de camadas do exército ativo de trabalhadores e o pauperismo. A manutenção da superpopulação relativa de acordo com a necessidade de acumulação foi enfatizada com uma imagem de cena mitológica:

Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996b, p 275).

Além do dogma do crescimento da população, Marx também questionou a ideia de migração entre setores econômicos, onde trabalhadores migram para setores de melhores salários, saturando os setores posteriormente e levando a emigrarem para outros. Essa visão restringe-se a flutuações locais, à distribuição de população entre setores distintos, de acordo com necessidades mutáveis do capital. Porém são visões que ignoram que o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo durante estagnações e prosperidades, aos limites convenientes à avidez do capital, desconsiderando a introdução da maquinaria, que não libera capital para o trabalhador, mas o trabalhador do capital. Marx escreveu: “A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem” (MARX, 1996b, p 270), questionando a lei da oferta e procura da mão de obra por ignorar o despotismo capitalista.

Marx entende que a consciência do mecanismo que leva mais trabalho a tornar mais precária a vida do trabalhador e que o grau de concorrência entre trabalhadores depende da

pressão da superpopulação relativa. Essa situação levaria à busca de uma atuação organizada, conjunta, entre trabalhadores ativos e inativos, contra as consequências da “sagrada” lei da demanda e oferta de trabalho, que pressupõe a concorrência entre eles. Ele adianta que a reação do capital e dos economistas políticos a serviço do capital, protestarão porque as formas de solidariedade entre empregados e desempregados perturbam as leis da oferta e demanda.

1.3.3.4 Formas da superpopulação relativa

No item 4 do capítulo XXIII, volume II, que seguiremos nos próximos parágrafos, (Marx 1996b, p 270-9) descreveu diferentes formas da superpopulação relativa, indo além do fundamento do controle de salários, da manutenção da extração de mais-valia, da disciplina e da submissão da classe trabalhadora. As formas descritas mostraram algumas contradições, consequências sociais e pessoais. Marx disse haver três formas da superpopulação relativa: a líquida, a latente e a estagnada. Ainda comentou sobre o lumpemproletariado, parte do pauperismo, o mais profundo e dramático segmento da superpopulação relativa.

Todo trabalhador já fez parte da superpopulação relativa, durante o tempo em que está desocupado ou parcialmente ocupado. Trabalhadores que são ora atraídos, ora afastados formam a superpopulação relativa líquida, que acentua-se agudamente em crises ou torna-se crônica em épocas de negócios fracos. Parte dela é formada de mão de obra masculina que ultrapassou a juventude, cuja maioria foi demitida e integrou a superpopulação fluente, pois a moderna divisão de trabalho necessita massivamente de mão de obra masculina jovem, sendo poucos mantidos no mesmo ramo de atividade após ultrapassar a juventude. O consumo da força de trabalho é intenso e rápido, esgotando trabalhadores em mediana idade, na maioria dos casos (MARX, 1996b, p 271).

Parte da população fluente terminou emigrando, seguindo o capital emigrante, verificável também com o crescimento da população feminina na Inglaterra e também pela queixa de carência de mão de obra. A primeira contradição em termos de população trabalhadora é mostrada por Marx: o crescimento natural da massa trabalhadora e a simultânea queixa da falta de braços, enquanto milhares estão na rua. Essa situação é explicada pela divisão de trabalho, que especializa e acorrenta trabalhadores a certos ramos de atividade e que dá preferência ao trabalhador jovem, jogando trabalhadores mais velhos para as fileiras dos excedentes ou para um escalão mais baixo. (MARX, 1996b, p 271).

Sobre a baixa expectativa de vida dos operários, Marx (1996b, p 271-2) cita Dr. Lee, de Manchester, que verificou que a duração de vida dos operários era apenas de 17 anos, o que exigia que fossem repostos constantemente; observou também que parte dos trabalhadores era suprida por casamentos precoces.

Outra fonte de mão de obra veio da área rural, cuja parte encontrava-se continuamente na iminência de transferir-se para a manufatura urbana, à espera de condições favoráveis. Esse fluxo pressupõe que houvesse uma população disponível no campo, surgida pela acumulação de capital na agricultura, a qual liberou grandes contingentes de trabalhadores, independentes de demandas exteriores a ela, fonte de superpopulação relativa latente⁴². O salário do trabalhador rural foi rebaixado para o mínimo e este foi transformado em superpopulação latente no próprio campo (MARX, 1996b, p 272).

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, parte do exército ativo mas com ocupação irregular, com condições de salário e de vida abaixo da média da classe trabalhadora, máximo tempo de serviço e mínimo de salário. A classificação de trabalhador domiciliar absorveria continuamente redundantes da agricultura, da grande indústria e de ramos industriais decadentes. Seu volume também aumentaria pela produção de redundante pela acumulação de capital e também pelos nascimentos e tamanho de família, que lembraria a reprodução de espécies muito perseguidas (MARX, 1996b, p 272-3).

Habitando a esfera do pauperismo, na parte mais baixa da superpopulação relativa, encontra-se o chamado lumpemproletariado. Marx ainda o subclassifica em três categorias: primeiro, os aptos para o trabalho; segundo, os órfãos e crianças indigentes; terceiro, os incapacitados para o trabalho. Os dois primeiros poderiam integrar o exército industrial de reserva, seriam diminuídos em épocas de retomada dos negócios e aumentariam em épocas de crises. A terceira categoria, a de incapacitados, inaptos, constituídos por degradados, maltrapidos, aleijados, viúvas, doentes etc. (MARX, 1996b, p 273).

Dentre os incapazes para o trabalho, Marx (1996b, p 273) especificou os que sucumbiriam devido à sua imobilidade na divisão do trabalho, aqueles que ultrapassaram a idade normal do trabalhador, vítimas da indústria (da máquina perigosa, das fábricas químicas), doentes, viúvas com muitos filhos, aleijados. Esses seriam o peso morto do exército industrial de reserva, mas Marx atribuiu sua existência à necessidade da

---

⁴² Na nota 528 (MARX, 1996b, p. 272): o Censo de 1861 da Inglaterra constatou o aumento populacional nas paróquias rurais de 6,5%, nas cidades de 17,3% e entende que a diferença na taxa de crescimento é devida à migração do campo para a cidade.

superpopulação relativa, pois constituiriam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Apesar da necessidade deles para constituição do exército industrial de reserva⁴³, sua carga é transferida em grande parte do capital para trabalhadores e classe média.

O pauperismo aumentou com o aumento do exército industrial de reserva e da parte “lazarenta” da sociedade, sendo chamado por Marx (1996b, p 274) de “Lei absoluta geral da acumulação capitalista”. Para a produção do exército de reserva colaborou a mecanização, o ganho de produtividade do trabalho social, a divisão do trabalho e a ciência, a qual pressiona a classe trabalhadora cada vez mais:

[...] todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital (MARX, 1996b, p 273-4).

Assim, o capital se serviria do progresso técnico e do trabalhador, não o trabalhador se serviria do progresso e do capital.

---

⁴³ Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*, descreveu a importância do setor de serviço para baratear o custo de sobrevivência da classe trabalhadora e ficar disponível para as necessidades de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2011, p. 53).

CAPÍTULO 2 A IMAGEM DO DESEMPREGADO NA SOCIEDADE PRÉ-INDUSTRIAL E INDUSTRIAL

A imagem e a autoimagem do desempregado moderno, sobretudo as das pessoas desempregadas por longo período, estão associadas a sofrimentos pessoais, a riscos de transtornos psicológicos potencialmente irreversíveis⁴⁴, à violência, à marginalização, a alguma deficiência pessoal grave, como o despreparo para lidar com equipamentos avançados, ao risco de desrespeito à propriedade privada, ao alcoolismo e à degradação do ambiente familiar. Resumidamente, uma ameaça à própria pessoa, à sua família e à coletividade, que estigmatiza o desempregado.

Em nome de evitar esses riscos, foram realizados caros salvamentos de mega-empresas, adjetivadas, durante a crise americana de 2008 (“crise do *Subprime*”), como “grandes demais para quebrar”. Entretanto, nem cidadãos inadimplentes e nem pequenas empresas receberam ajuda direta, sob os argumentos de “risco moral”; de função pedagógica do desemprego⁴⁵, que ensina trabalhadores a se contentarem com seus salários; e ainda acrescido da constante desconfiança em relação aos pequenos assistidos. Esta desconfiança é associada a ideias como: os pobres são “espertos”, as ajudas podem incentivar a indisciplina ou a acomodação dos assistidos e, no caso de empresas, incentivar a ineficiência (exceção feita às grandes demais para quebrar). Esses argumentos não representam novidades, pois foram elaborados e reelaborados desde o final da Idade Média e foram muito relevantes para a formulação da sociedade salarial do século XIX. Como se verá adiante, essas ideias são peças chave de nossa visão moderna sobre o desemprego e sobre o desempregado.

Mas essa imagem moderna do desemprego e do desempregado não é perene, natural, universal, eterna, nem se trata de fenômeno inevitável. Ela é passível de transformação, e seus

---

⁴⁴ O livro *Desemprego e saúde mental: pesquisas e práticas clínicas de atendimentos psicológicos*, organizado por Janine Keling Monteiro e Daniel Abs, relatou experiências e pesquisas na agência do FGTAS/SINE, em São Leopoldo, a partir de 2003, sob o ponto de vista de profissionais da saúde mental. Nele tratou-se da questão do jovem desempregado, do desempregado com curso superior, os sentimentos de impotência, o impacto aumentado quando relacionado com a identidade masculina, dentre outros temas que expõem faces não monetárias e não agregadas, custos não contáveis da questão (MONTEIRO; ABS, 2009).

⁴⁵ Refere-se à ideia da necessidade de algum desemprego para controlar os trabalhadores empregados, fazendo-os, ao se sentirem ameaçados pelo desemprego, submeterem-se à autoridade hierárquica, à disciplina capitalista. Permitirem que as empresas produzam mais com menor custo, num ambiente de competição e seleção “darwiniana”.

limites foram construídos por longos e duros confrontos, por um amplo trabalho reformador, doutrinário e ideológico. Se a imagem pode sugerir que a atual estrutura social ocidental é a única alternativa possível, que apenas o crescimento econômico pode amenizar a inconveniência do desemprego, as investigações e reflexões de autores franceses, como Topalov⁴⁶, Castel⁴⁷ e Gautié⁴⁸, aos quais devemos a maior parte das ideias deste capítulo, lançaram questionamentos sobre o tema, relacionando-o com a metamorfose ou a transitoriedade desse conceito.

O que entendemos como desemprego depende do (re)entendimento das relações de trabalho, da defesa (ou do ataque) das proteções sociais, de reconhecermos pessoas como proprietárias de si e seres livres. Também podemos entender o desempregado como indivíduo (des)protegido ou, ainda, ameaçado ao limite da ruptura social, atomizado, rotulado de “não empregável”, excluído⁴⁹ sem chances de retorno, estigmatizado. Essas abordagens e questionamentos podem divergir do senso comum ou mesmo da ortodoxia econômica, acostumados a índices “naturais”, equilíbrios e ciências positivistas, e pouco interessados nas investigações sobre a construção desses conceitos. O desemprego é um fenômeno social, econômico e político, não é exclusivamente pessoal, situação em que caberia a autoincriminação ou um sofrimento resignado, nem simples consequência da falta de autoinvestimento em “capital humano”⁵⁰.

Robert Castel, em seu livro *As metamorfoses da questão social*, publicado em 1995, nomeia como “sociedade pré-industrial” o período histórico da metade do século XIV ao fim do século XVIII, no Ocidente Cristão, que teve relativa unidade em termos de organização do trabalho. Esse período de mais de quatro séculos conheceu transformações econômicas e sociais que moldaram um sistema de coerção, uma obstinação de eliminar a

---

⁴⁶ Christian Topalov é diretor de Estudos na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS), Paris, França. É associado à sociologia marxista francesa e contribui para a história de objetos da sociologia.

⁴⁷ Robert Castel foi filósofo, sociólogo e historiador. Diretor da EHESS, de 1990 até sua morte, em 2013. É o autor de *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (CASTEL, 2012).

⁴⁸ Jérôme Gautié é professor de Economia da Universidade de Paris 1 e diretor do *Institut des Sciences Sociales du Travail* (ISST) de Paris 1 – Sorbonne.

⁴⁹ Crimes hediondos, ocorridos em Brasília, São Paulo e outras metrópoles, contra indígenas (como ocorreu com o pataxó Galdino Jesus dos Santos, em 1997), trabalhadores rurais ou moradores de rua, impressionam também por frases reveladoras do pensamento elitista e excludente, como: “Foi confundido com um mendigo”. Evidenciando o radicalismo da desfiliação, a desconsideração da condição humana e a despersonalização das vítimas.

⁵⁰ Segundo Mankiw (2009, p. 398-9), são o acúmulo de investimentos nas pessoas, tais como educação, treinamento no emprego e ligação à uma pessoa específica, que normalmente leva a melhor remuneração pelo produto marginal superior. Os trabalhadores, ofertantes de mão de obra, investem em educação pela recompensa obtida.

“vagabundagem”⁵¹. Mas investigando o que foi encoberto com o rótulo de “vagabundo”, Castel constatou que: “Na maioria das vezes, este condena a andança de um trabalhador, que vive a instabilidade do emprego, em busca de uma ocupação que se esquivava” (CASTEL, 2012, p 43). A imagem dos que hoje chamaríamos de “desempregados”, na sociedade pré-industrial, relaciona-se e confunde-se com a do vagabundo - o indigno de receber ajuda porque era válido para o trabalho -, que foi perseguido, estigmatizado e temido. Trata-se frequentemente de um trabalhador que necessitava recorrer ao assalariamento⁵² numa sociedade com tutelas tradicionais e de obrigações sociais, não ainda econômicas (compra e venda de trabalho livremente).

De acordo com Castel (2012, p 60 e 130), o vagabundo é um desenraizado, um forasteiro, portanto, não digno de receber ajuda da solidariedade “proximal”, dos que compartilham o mesmo espaço geográfico, da mesma paróquia. Assim, ele expõe-se a uma dupla vulnerabilidade: o trabalho incerto e a falta de suporte pela proximidade. “A assistência é primeiramente uma proteção próxima. Diz respeito primeiramente, é oportuno que se diga, a um próximo, ameaçado de afastamento social e incapaz de prover suas necessidades por seus próprios meios” (CASTEL, 2012, p 60).

O assalariado era aquele que dependia da venda de seu trabalho, podendo necessitar deslocar-se para outras vilas. No caso de ser especializado, poderia receber ajuda da corporação para esse trânsito. Assim, ele estava mais sujeito à precariedade do trabalho do que à falta de solidariedade proximal, já que não era desenraizado inicialmente, mas poderia acabar misturando-se com os desenraizados, durante o caminho. Apesar da distinção sutil entre aquele que ainda poderia contar com assistência proximal e ser reconhecido e o outro que não contava com testemunho de seu caráter, sendo desconhecido e desenraizado, ambos foram considerados trabalhadores válidos e, portanto, controlados, perseguidos; em momentos mais radicais, presos e “tornados úteis”.

Tentou-se estabilizá-los, em outros momentos, condenando-os a trabalhos obrigatórios ou à emigração. Posteriormente, foram empreendidas ações para separá-los de suas pequenas propriedades rurais ou de suas ferramentas, para comprometê-los com as necessidades da

---

⁵¹ No século XIV, após a peste negra (bubônica) dizimar grande parcela da população europeia, Henrique III (Inglaterra) tenta reter trabalhadores em suas regiões, retornar os salários a níveis pré-peste negra, por meio da proibição de vagantes, dentre eles os agricultores, cujas terras não podiam sustentá-los, os trabalhadores especializados e esfomeados.

⁵² O assalariamento é uma condição inferior, a do artesão arruinado, a do que não chegou a mestre, a do agricultor cujas terras não mais o sustentam. Os que vagavam nas estradas, exceto os peregrinos, após o Estatuto do trabalho (1349) foram caçados (CASTEL, 2012, p. 96-124).

grande indústria nascente, da qual deveriam tornar-se dependentes. Para Jérôme Gauthier (1998, p 69-70), a “vagabundagem” sempre existiu residualmente, entretanto depois da peste negra, no início do século XIV, ganhou amplitude e foi percebida como ameaça à ordem tradicional, emergindo como questão social da época.

Castel (2012, p 96-106) descreveu que, em 1349, Eduardo III, rei da Inglaterra, promulgou o Estatuto dos Trabalhadores, impondo a obrigação de servir, retroagindo o nível salarial aos antigos valores⁵³, proibindo esmolas e doações e fluxo de súditos. Esse estatuto, que se opõe ao código de assistência, foi seguido de outros similares ou mais rígidos, na própria Inglaterra, na França, Portugal, Aragão, Castela, Baviera e ainda cidades-Estados, impondo trabalho obrigatório e imobilidade a populações em um momento em que a fome e os andantes faziam parte da paisagem, e que não poderiam agir de outra forma (CASTEL, 2012, p 96-106).

Para Castel, não é apenas a peste negra, que matou cerca de um terço da população europeia no século XIV, que explica totalmente essa legislação. A falta de cultivadores e de operários levou a aumentos de salários, frequentemente mais que o dobro. Apesar disso, Castel considera exagero falar em “idade de ouro do assalariado”, embora as condições dos que sobreviveram à peste tenham melhorado por algum tempo. Nos primeiros séculos do primeiro milênio, a sociedade medieval passou de essencialmente agrária para uma bipolaridade urbana e rural. Após a peste negra, a propriedade rural se fragmentou, polarizando o mundo rural. Essas mudanças na estrutura agrária deram origem ao pauperismo, que se manifestou intensamente nas cidades, onde algumas pessoas ascenderiam - às vezes, até a burguesia e ofícios - e outras seriam semiassalariados (quando mantinham um pequeno pedaço de terra) ou assalariados integrais (sem terra). Havia uma movimentação de terra, de bens e de homens, dando início a algo semelhante à liberdade, mas sem encontrar um lugar reconhecido (CASTEL, 2012, p 113).

Esse movimento de homens tornou-se um empecilho para o aumento ou a manutenção da produtividade da terra e da indústria. Por isso, o Estatuto do Trabalho de Eduardo III pretendia fixar os trabalhadores, impedindo sua livre movimentação. Nesse contexto, as pessoas que se desprenderam de suas antigas inserções e não se (re)integraram - os desfiliaados - começaram a ser vistas como uma questão social. Assim como a oferta de oportunidades e de salários aumentou, também cresceu o número de pessoas “rejeitadas”. Os trabalhadores

---

⁵³ Após a peste negra, houve falta de mão de obra e elevação dos salários. Eduardo III desejava o retorno aos níveis anteriores (CASTEL, 2012, p. 106-24).

agrícolas desterritorizados não apresentavam qualidades necessárias exigidas pela modernização do aparelho produtivo. A situação era de desemprego em ambiente com aumento de demanda, no qual as pessoas são “livres”, mas carentes de tudo. Havia pessoas desterritorizadas, sem a qualificação desejada, com grande mobilidade, sem lugar na sociedade e com a presença de um código que desejava fixá-las. “A liberdade chega-lhes como uma maldição” (CASTEL, 2012, p 118). Qual o seu lugar? Nenhum, responde Castel (2012, p 110-9). Os desterritorizados eram inúteis para o mundo, selvagens sem fé, ligados ao crime e a atividades ilegais, perseguidos, presos, mortos, condenados a trabalhos forçados e à galera, marcados com a letra “V” com ferro em brasa, deportados, transformados em escravos. Tudo isso acontecia em pleno Renascimento. Nada tendo a perder, essas pessoas tornaram-se uma classe perigosa, criminalizada. Para erradicá-la, seria necessária uma intervenção especializada e dissuasiva. Conforme Castel (2012, p 128-43), o constante fracasso das políticas adotadas trouxe uma lição válida até os dias de hoje: “O cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos”.

Gautié (1998, p 69-70) afirma que a miséria e a pobreza existiram em praticamente todas sociedades, excluindo as primitivas⁵⁴, mas particularmente a pobreza das sociedades pré-industriais, do século XIV ao fim do século XVIII, receberam tratamento que oscilou entre a assistência e a repressão, sempre sobre um fundo produtivista (acentuado a partir do século XVII), que esperava tornar os pobres rentáveis, expectativa quase sempre frustrada. A assistência relacionava-se à caridade cristã (a esmola permitiria a salvação pessoal do rico) e foi regida pela proximidade geográfica (próximo era aquele que estava perto espacialmente) e pela preocupação em apoiar o bom pobre, o que implicou o desenvolvimento de uma atividade classificatória.

No final do século XVII e início do XVIII, conforme Castel (2012), há uma tomada de consciência da vulnerabilidade de massa. Uma massa de pessoas vivia em condições precárias, limítrofes, bastando uma crise para que ficassem dependentes. Conforme o lugar e a época, entre um terço e a metade da população, vivia “pensando só no dia de hoje”, sem autonomia mínima, sem reservas. A precariedade não era restrita aos que não trabalham, aos mendigos e “vagabundos”, mas também aos que trabalham, isso em razão de baixos salários, precariedade, instabilidade e intermitência do emprego. Ser pobre era quase sinônimo de ser

---

⁵⁴ As sociedades primitivas também não conheceram “a loucura”, que é uma criação do final da Idade Média, às vezes associada à vagabundagem, doenças venéreas, lepra, umidade, frio, falta de fé; e que ocupará os leprosários vazios (a lepra desapareceu gradualmente com a segregação desses doentes e o fim das Cruzadas), com outros incuráveis (FOUCAULT, 2010, p. 3-17).

trabalhador. Pagar pouco foi visto como um antídoto contra a ociosidade, um corretivo contra os “vícios do povo”. A representação da indigência não se restringia mais ao mendigo e aos miseráveis. Na Inglaterra, diz Castel (2012, p 222-5): “no fim do século XVII, entre um quarto a metade da população vivia em uma situação próxima da indigência”.

Segundo esse autor, a miséria levou à um enigma na história social do século XIX: as regiões mais pobres possuíam menos indigentes, enquanto as mais opulentas possuíam mais miseráveis. Em Portugal “pré-industrial”, a pobreza era menos visível e mais integrada, enquanto na Inglaterra, a Revolução Industrial multiplicou riquezas e indigência, sendo onipresente, maciça e visível. A indústria foi comparada a Saturno, que devora seus filhos e vive de sua morte, e acusada de utilizar passageiramente pessoas e crianças de maneira insegura, amontoando-as em subúrbios sem higiene e sem bons costumes. O pauperismo, originado pela industrialização, era condição de imoralidade e degradação dos operários e de suas famílias. O medo e o desprezo pelos proletários, uma “classe perigosa” que habitava os subúrbios das cidades fabris, revelou que a consciência de classe não é uma invenção apenas dos coletivistas (CASTEL, 2012, p 283-90).

De acordo com Castel (2012, p 299-314), o surgimento do pauperismo representou uma decepção, o fracasso do otimismo liberal, pois quase a totalidade da população operária parisiense⁵⁵ corria o risco de desfiliação. No entanto, os princípios liberais defendiam uma assistência sem Estado, pois este nada devia a quem não o servia, não devendo, portanto, intervir. Assim, abria-se espaço para uma “política sem Estado”, uma volta da tutela sem o intervencionismo estadual. A política social deveria ser responsabilidade dos cidadãos esclarecidos, de patrões que assumiriam voluntariamente a proteção das classes populares. “A virtude do rico funciona como cimento social que filia novamente esses novos bárbaros que são indigentes dos tempos modernos” (CASTEL, 2012, p 320).

Também a “economia da salvação” trouxe uma vantagem para as duas partes: o rico ganhava a salvação, e o pobre também era salvo, desde que aceitasse sua condição. Houve uma percepção discriminatória da pobreza. Os pobres que se revoltavam contra a ordem do mundo (desejada por Deus) eram heréticos, pecadores. “O ‘pobre ruim’ é antes de tudo uma categoria teológica” (CASTEL, 2012, p 66). Conforme Gaudié (1998, p 70), os pobres que

---

⁵⁵ Segundo Castel, um relatório do governo estima que em Paris há um indigente para cada 12 habitantes. Outro cálculo contesta o índice do governo e chega à relação de um indigente para cada 4,2 habitantes (CASTEL, 2012, p. 300).

mereciam ajuda eram as crianças, os órfãos, os velhos, os doentes⁵⁶ e os inválidos. De outro lado, o pobre válido para o trabalho, uma figura infame, deveria receber a repressão. “Estigmatizam o mau pobre”.

A atitude de assistência e repressão varia no tempo. Em alguns períodos, a assistência é prioritária, em outros, a suspeita sobre a eficiência das políticas assistenciais, somado à desconfiança de encorajar o fenômeno que desejam combater, levaram a atitudes repressivas. Para Gautié, a dupla assistência/repressão, piedade/força, fundamentam as políticas sociais até hoje. As ideias repressivas prevaleceram na Lei dos pobres (*Poor Laws*), que desenvolveram as *workhouses* inglesas, ou no grande enclausuramento francês, na metade do século XVII. Citando Foucault, Gautié (1998, p 70) relata que os hospitais de caridade foram verdadeiras “manufaturas-prisões”⁵⁷ e sua emergência foi associada ao aparecimento da ordem mercantil e da disciplina do corpo, ligado ao objetivo da integração à ordem capitalista. O produtivismo (intenção de transformar assistidos em úteis) e a moral foram marcantes tanto na assistência como na repressão.

Retornando a Castel, o autor descreve que a proteção proximal passou por contradições: da assistencial cristã à racional laica; da família-previdência (o não interdependente priva os indivíduos de proteções); da coerção sobre o vagabundo que devia trabalhar mas não o podia por ter sido desfilado; da questão dos pobres envergonhados⁵⁸ que ficaram livres de trabalhos braçais pelo seu capital social; da impossibilidade de pessoas válidas se autossustentarem, dos miseráveis válidos que desejavam mas não tinham trabalho, ou se o tivessem, não conseguiam o necessário para manter-se.

Essas contradições da história da assistência mostram que a exigência da incapacidade de trabalhar para obter auxílios não foi um critério permanente. Por não conseguirem mantê-lo, tiveram que adaptá-lo. “Tropeçam na impossibilidade de retrabalhar completamente os problemas que a indigência válida suscita dentro das categorias específicas da assistência” (CASTEL, 2012, p 92).

---

⁵⁶ Associando ao texto de Castel: doente preferencialmente incurável e insuportável ao olhar (CASTEL, 2012, p. 68).

⁵⁷ Gautié não especifica qual obra de Michel Foucault se refere. Entretanto, no livro *História da loucura*, Capítulo 2 – *A Grande Internação, do tratamento da miséria, da loucura, pelo trabalho e punição*, Foucault descreve a classificação do bom e o mau pobre. O primeiro de Jesus Cristo e o segundo, revoltado, do Demônio; a caça aos mendigos; a importância de dar trabalho aos presos, alternativa de mão de obra barata, se no pleno emprego, ou como absorção e proteção contra agitações, nos períodos de desemprego (FOUCAULT, 2010, p. 56-74).

⁵⁸ Embora pobres, tiveram boa formação e lugar de prestígios na sociedade. Mesmo arruinados e não podendo manter sua posição original, seu capital social os libera da exigência de trabalhos braçais ou mecânicos. Mais detalhes em *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (CASTEL, 2012, p. 88-90).

2.1 O conceito contemporâneo de desemprego e a ética do trabalho

Para entender a categoria contemporânea do desemprego, Gautié (1998, p 69) considerou necessário retomar as formulações da questão social que a precederam, como a pobreza e o pauperismo. O pauperismo, associado à industrialização nascente do século XIX, antecedeu a invenção do desemprego nas sociedades ocidentais europeias. O julgamento moral desses conceitos influenciou na criação do conceito do desemprego.

Na Inglaterra do fim do século XVIII e início do século XIX, emergiu a economia clássica, que é o paradigma da ciência econômica dominante atual. Uma nova concepção de riqueza e de trabalho deixou de se basear em fundamentos morais, passando a se constituir numa concepção econômica. Adam Smith superou a concepção do trabalho como maldição bíblica, reconhecendo-o como fundamento da riqueza (valor trabalho) e considerando que ele deve desenvolver-se livremente, submetido às leis do mercado (GAUTIÉ, 1998, p 74).

Christian Topalov (1990) enfatizou o conceito (moderno) de desemprego como criação, não com uma descoberta de filantropos, reformadores e administradores que, pelos avanços das ciências, reconheceram problemas sociais já existentes, acarretados pela industrialização e pela urbanização. O conceito moderno de desemprego surgiu pela necessidade administrativa, cuja classificação afeta o dispositivo de intervenção. Foi somente na passagem para o século XX que se admitiu o desemprego de caráter involuntário: “Assim, a partir da virada do século, começou a emergir uma nova concepção de desemprego. A causa deste não mais seria atribuída aos defeitos pessoais dos desempregados; ficou aceito que o desemprego resulta das leis objetivas do mercado” (p. 384), uma abordagem do desemprego que colaborou para superar o moralismo vitoriano, abrindo para a era da administração moderna do social.

Nem o desenvolvimento da industrialização resolveu o problema da pobreza.

À pobreza clássica, ‘resíduo’ composto dos desfilizados da ordem tradicional, vai suceder uma miséria maciça, rapidamente percebida como a consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico: a fábrica produzindo dois artigos, como numa piada de mau gosto, ‘algodão e pobres’. Ao lado do miserável desprovido de trabalho aparece o trabalhador miserável (GAUTIÉ, 1998, p 73).

De acordo com Gaudié (1998, p 74), coube à política resolver essa contradição, pela revolução ou pela questão social, por reformadores ou por conservadores, pelo direito ao trabalho ou pela autorização do trabalho sem distinções. Dominaria até o final do século XIX uma “política social sem Estado”, uma vitória liberal-conservadora, marcada pela assistência personalizada, aos indigentes, e pela assistência da patronagem para os operários.

Segundo Gaudié (1998, p 75), os reformadores também consideraram a necessidade das empresas não sofrerem com a falta periódica de força de trabalho. A ligação dos operários com as empresas era inicialmente fraca, notadamente na França, onde muitos operários eram também agricultores. Uma estabilização relativa foi conseguida com uma construção jurídica, passando de uma concepção do direito civil para o direito do trabalho, de uma relação simples de troca à outra, que cria uma relação de subordinação do indivíduo à empresa, vinculando o trabalhador com o empregador. O emprego passou a ser uma relação social e jurídica, regulando a participação dos indivíduos na produção da riqueza. Escritórios de empregos teriam o papel de separar os bons e os maus desempregados. Os bons seriam aptos, temporariamente desprovidos de emprego; os outros, “não empregáveis” ou preguiçosos, necessitando de assistência ou de repressão.

A passagem da cultura pré-industrial para a ética do trabalho assalariado é descrita por Topalov (1990, p 382) como uma transição dolorosa e pelo afastamento de trabalhadores dos meios de produção, criando o trabalhador livre, aquele que teria que ganhar a vida apenas com “a força de seus braços”. Castel (2012, p 226) acrescenta: a obrigação ao trabalho é a única forma de pagar a dívida social, para aqueles que só têm a força de seus braços. É a contrapartida por estar fora da ordem da riqueza.

Conforme Topalov (1990, p 381-2), a resistência popular a essa nova ética, à fábrica e ao assalariamento pode ser constatada pela queda da taxa de atividade feminina quando “as moças chegam à idade de casar”, pelo apego dos operários camponeses à sua pequena propriedade agrícola, pela mobilidade espacial, práticas de poupanças operárias, absenteísmo e rotatividade de emprego. Quando as condições dos operários de ofício permitiam, o trabalhador desejava trabalhar menos, com mais liberdade para si, ou mesmo não fazer nada. As dificuldades de impor a relação salarial são permanentes no capitalismo. Contraditoriamente, a relação salarial impõe à força o trabalho livre, desejando-o livre e dependente.

Nas palavras do autor:

Assim, as condições gerais de submissão ao regime assalariado precisam ser incessantemente produzidas e reproduzidas na escala da sociedade como um todo, para todos os assalariados potenciais, mesmo que eles não estejam diretamente ligados aos setores-chave da acumulação no período. Tal tarefa está além das possibilidades dos empregadores porque implica a mobilização de meios exteriores à relação imediata entre capital e trabalho. É importante, de fato, que o modo como ganham a vida aqueles que estão momentânea ou duravelmente fora da relação salarial não prejudique nem sua eventual entrada nesta relação quando o capital deles necessitar, nem a submissão às exigências do capital por parte daqueles que são, no momento, assalariados. Para empregar a metáfora de Marx, é preciso que as condições de manutenção do exército industrial de reserva, além de permitir uma mobilização eficaz deste exército para a produção assim que a necessitar, não conduzam à desmoralização do exército ativo, nem a deserções (TOPALOV, 1990, p 282).

Continuando com Topalov (1990, p 283-5), após a Grande Depressão de 1880-90, estabeleceu-se a noção moderna de desemprego, correlato à nova relação salarial imposta pela mecanização e pelo sistema de fábrica. É a definição de desemprego que redefinirá o trabalho. O termo *desemprego*, *chômage*, em francês, no final do século XIX, tinha um sentido amplo, abrangia as folgas dos operários por dias santos, entressafra, greves, doenças, idade. Nos países anglo-saxões, o termo *fora do trabalho* (*out of work*) distinguia-se de *desempregado* (*unemployed*), mas certos sindicatos pagavam o auxílio-desemprego em várias situações de perda de salário, como doenças, invalidez, falta de trabalho, falência patronal, incêndio, *lockout*, greve, pane na oficina, perseguição patronal. Ambos os conceitos, francês e inglês, mantiveram certa confusão de significados durante muito tempo. Mas a formulação teórica por grupos de reformadores, para intervenções distintas junto aos pobres, elaborou classificações mais precisas. Estas, por sua vez, modelaram a realidade a partir das classificações. A obra do reformador social inglês, William Beveridge, “*Unemployment, a Problem of Industry*”, publicado em Londres, em 1909, foi um instrumento para a definição de novas políticas públicas. Admitindo e especificando o desemprego involuntário, classificou também os desempregados e foi aplicado a enormes contingentes de pobres da cidade industrial.

Nas palavras de Topalov (1990, p 285):

É uma categoria intelectual destinada a suscitar saberes positivos, enquetes, contagens estatísticas. Enquanto instrumento cognitivo, ela é um dos produtos do imenso esforço de diagnóstico e de prescrição diferenciados a respeito dos males das grandes cidades, empreendido pelas incipientes ciências sociais, estas por sua vez indissolivelmente ligadas à ação de

tratamento e de reforma das massas operárias. A noção de desemprego é assim, também, uma categoria prática, destinada a informar a ação. Cada classe de pobres que a análise distingue é de fato passível de medidas específicas, implantadas num conjunto administrativo e jurídico adaptado ao ‘problema’ a ser tratado.

Concepções classificatórias como a de Beveridge (e outros, como Marshall) propiciariam a separação entre aqueles que merecem ajuda e apoio, daqueles que não querem ou não possuem energia suficiente para um emprego regular, necessitando de disciplina e de dispositivos de coerção. Beveridge, segundo Topalov (1990, p 387), defendeu a criação de agências públicas de emprego para impossibilitar, gradualmente, o trabalho intermitente e ocasional, definindo o operário nessa situação como *desempregado* e, por isso, colocando-o nas mãos dos reformadores para ser formado e disciplinado. Beveridge desejava transformar trabalhadores intermitentes, irregulares, em assalariados regulares (ou em desempregados), impondo uma relação industrial e salarial, interpretando moralmente o subemprego (emprego intermitente) - mesmo que a mobilidade não tivesse sido escolhida pelo trabalhador - desconsiderando fatos, como a peregrinação forçada de operários no século XIX; a imigração “trans-fronteiras” dos mineiros de ferro de Lorena que voltavam de tempos em tempos à Itália; e os trabalhadores das aciarias da Pensilvânia que retornavam para a Eslováquia, Croácia e Hungria (TOPALOV, 1990, p 388).

Para Castel (2012, p 420), o doutrinador inglês acabou colaborando para produzir a visão do desemprego moderno, desconsiderando a sazonalidade da própria indústria, as crises industriais e as necessidades de famílias operárias urbanas, não mais ligadas à propriedade rural, precisarem subsistir durante todo o ano e toda conjuntura econômica. Foi a partir do julgamento moral e da desconfiança que Beveridge que foram elaboradas classificações que geraram seus próprios diagnósticos e estatísticas e que permitiram ações disciplinadoras. A realidade foi “criada” pelas classificações necessárias ao funcionamento de nossas sociedades salariais. A noção moderna de emprego e de desemprego iniciou-se pela nítida separação entre estes dois conceitos, segundo a qual inativos e semiativos devem ser excluídos ou submetidos aos regulamentos e adaptados ao modelo do disciplinado operário:

A agência de emprego deve efetuar uma divisão do trabalho que consiste em traçar uma linha divisória entre os verdadeiros empregados em tempo integral e os que serão completamente excluídos do mundo do trabalho e passarão para a esfera das formas coercitivas de assistência, previstas para os indigentes válidos. (CASTEL, 2012, p 421).

Segundo Topalov (1990, p 388-91), reivindicações como a celebração da Santa Segunda-feira (França e Inglaterra), do direito de falar, de pausas para beber e fumar, foram algumas maneiras de controlar o tempo ou de reduzir esforços que os trabalhadores especializados encontraram. Isso se manifestava quanto mais eficientes e essenciais fossem os trabalhadores para a produção. Por outro lado, parte dessas reivindicações pode ser vista como amortizadora do desemprego, como opção de repartir o trabalho e a remuneração por períodos mais longos. A contrarreação do patronato ocorreu pela divisão de trabalho - que permitiu a passagem de atividades complexas às menos complexas, feitas por trabalhadores menos qualificados -, pela fixação de prêmios por produção, pela contratação por empreitadas ou por meio de mecanização, quando habilidades outrora necessárias passaram a ser feitas pelas máquinas. O taylorismo pode ser visto como uma componente importante nesse conflito de interesses e como forma de controle.

Para Gaudié (1998, p 76), o conceito de *produtividade marginal* distinguiu empregáveis de “não empregáveis”, na visão marginalista de Marshall. Os não empregáveis possuíam produtividade “fraca demais” para serem empregados ao salário corrente ou mesmo ao de subsistência; dependeriam, assim, da assistência para as desvantagens que não poderiam ser modificadas ou da política de formação para os casos possíveis de correção. Beveridge completou a categoria do desemprego ao distinguir suas causas como conjunturais, sazonais, estruturais ou como fruto de inadequação. Assim, passou-se de uma coleção de indivíduos pobres, indigentes ou desempregados para um fenômeno macrossocial: o desemprego. A partir dos anos 1930, nos Estados Unidos, o trabalho estatístico conferiu “realidade” e caráter operatório a esse conceito. O desemprego pôde, assim, ser monitorado por diversos atores e intenções, ajustando suas intervenções.

O desemprego foi mais do que um nome de uma realidade antiga, conforme Gaudié (1998, p 74-7) foi mais que “a falta de trabalho, que teria adquirido dimensões particularmente importantes com a industrialização”. Ele é antes de tudo uma categoria de ação, feita por reformadores sociais, sendo estes orientados para a intervenção pública, para uma concepção estatística e macrossocial, associando o desemprego a um risco social. Ideologicamente, o desemprego foi marcado pelo durkeiminismo e uma técnica de seguro, ou seja, pelo solidarismo e pela estatística.

O desemprego é a grande questão social desde as últimas décadas do século XX, como foi o pauperismo no século XIX, quando o rápido desenvolvimento industrial piorava as condições de vida do operariado. Para Gaudié (1998), a categoria *desemprego* é uma

construção histórica, cujos principais momentos ocorreram no final do século XIX, início do século XX e nos anos de 1930. “Esquecer a dimensão histórica pode levar economistas a tratarem as categorias e as leis econômicas como gerais no espaço e no tempo” (p. 68).

Desde o trabalho na sociedade pré-industrial até a vitória liberal do final do século XVIII ocorreram profundas mudanças: do trabalho por redes de obrigações sociais para as econômicas; das tutelas aos contratos. Essas mudanças permitiram o surgimento do trabalhador livre, mas também do individualismo e seus riscos, aproximando-se das questões contemporâneas do período pós-industrial, em que o trabalho sofre ameaças de perder seu poder integrador, sendo esta a preocupação desses autores franceses.

A sociedade pré-industrial teve pessoas ligadas por obrigações sociais, pelo trabalho forçado, pela corveia, pela vulnerabilidade de massa, enfim, pessoas sem proteção e não reguladas pelo mercado. Núcleos de trabalhadores livres existiram, mas eram circunscritos e controlados. A questão do livre acesso ao trabalho, para Castel, teve impacto revolucionário, comparável à própria revolução industrial:

A instituição do livre acesso ao trabalho é, sem dúvida, uma revolução jurídica tão importante quanto a Revolução Industrial de que, aliás, é a contrapartida. [...] Quebra as formas seculares de organização dos ofícios e faz do trabalho forçado uma sobrevivência bárbara. A promoção do livre acesso ao trabalho fecha, assim, um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial (CASTEL, 2012, p 44).

Continuando, o autor expõe o fim do trabalho regulado e forçado pela necessidade de liberdade para o trabalho:

A verdadeira descoberta que o século XVIII promove não é, pois, a da necessidade do trabalho mas, sim, a da necessidade da liberdade do trabalho. Implica a destruição dos dois modos de organização do trabalho até então dominantes, o trabalho regulado e o trabalho forçado (CASTEL, 2012, p 232).

A palavra de ordem foi o livre acesso ao trabalho, objetivo da política dos “homens das luzes”, que deveriam reformar o antigo regime. Todo homem deveria ser livre para acessar e usufruir das oportunidades que poderia dispor, das riquezas que seu trabalho poderia criar. As fundações e os hospitais, que tutelavam os indigentes, foram acusados de maltratá-los, além de esterilizar o potencial de riqueza que teriam. Nessa concepção liberal, a política

correta do Estado deveria limitar-se a desenvolver a capacidade de trabalho de sua população, evitando a distribuição de auxílios e de trabalho forçado - exceto aos inválidos, aos demasiadamente velhos, às crianças órfãs, às pessoas que possuíssem desvantagens, grupo que deveria ser assistido integralmente pelo Estado (CASTEL, 2012, p 233-40). O livre acesso ao trabalho, que deveria substituir a regulamentação e o protecionismo do trabalho, pode ser resumido assim:

Demolir o sistema das comunidades de ofício e abolir todas as regulamentações protecionistas que impedem a livre circulação dos trabalhadores é, pelo mesmo ato, assegurar a liberalização da economia e o desenvolvimento da riqueza nacional (CASTEL, 2012, p 246).

Assim começou a se manifestar o otimismo liberal, a crença nas possibilidades do mercado, na solução de problemas pela liberação do acesso ao trabalho.

A partir de agora, o trabalho é uma mercadoria vendida em um mercado que obedece à lei da oferta e da procura. A relação que une o trabalhador a seu empregador tornou-se uma simples ‘convenção’, isto é, um contrato entre dois parceiros que se entendem sobre o salário, mas esta transação não é mais regulada por sistemas de coerções ou de garantias externas à própria troca. O mundo do trabalho vai mudar de base. É uma revolução na Revolução (CASTEL, 2012, p 250).

Castel perguntou por que o liberalismo, para o regular o trabalho e a assistência estatal, revelou-se rapidamente obsoleto? E assim respondeu:

Porque fazia coexistirem implicitamente duas concepções contraditórias do papel do Estado; porque, sobretudo, a associação do voluntarismo político e do laissez-faire econômico liberava antagonismos sociais que seus promotores eram impotentes para controlar e, sem dúvida, até incapazes de prever. [...] O que vai alimentar a história do século XIX é o retorno desse social, liberado e ao mesmo tempo rechaçado pela síntese liberal revolucionária (CASTEL, 2012, p 254-5).

Um discurso “harmonioso” entre modelos de Estados distintos, o mínimo e o social, dissimularam o antagonismo desses modelos⁵⁹. Talvez essa contradição tenha sido

---

⁵⁹ Atualmente, mesmo na grande imprensa, encontramos discursos pregando menor tributação, maior eficiência do Estado, ou seja, um ideal de Estado mínimo. Entretanto, num próximo editorial, poderá ser cobrado a solução das crianças que vivem na rua, melhoria no transporte, tráfego e de vias públicas, solução para o sistemas financeiro e outras medidas de difícil conciliação com o Estado mínimo.

reconciliada com Keynes e superada temporariamente pela síntese neoclássica, enquanto o fazer o social fosse financiável sem grandes impostos. Entre o juridicismo (direitos sociais) e o livre acesso ao trabalho liberal, Castel (2012, p 258-9), analisa que uma maneira ambígua de interpretar o “livre acesso ao trabalho” é elemento chave para compreender o fracasso de articular o econômico e o social. Um otimismo liberal e um pacto social impuseram a necessidade de trabalho para as pessoas serem cidadãs e virtuosas. Porém, não há no pacto nenhuma garantia que assegure esse trabalho. A obrigação pesa unicamente ao indigente, e a criminalização da mendicância relembra-o constantemente de sua condição. Os poderes públicos foram desobrigados de garantir trabalho para os válidos, pelo princípio do livre acesso ao trabalho, de modo que devem impor a necessidade de trabalhar aos válidos, destruir monopólios e corporações, confiando na eficiência do *laissez-faire* econômico, na utopia capitalista⁶⁰ e desconfiando do empenho de um trabalhador com garantias. “O livre acesso ao trabalho, não é, enquanto tal, um direito ao trabalho. Cabe a quem reclama emprego fazer o esforço de encontrar um trabalho” (CASTEL, 2012, p 246-7).

No início do século XIX, o regime de tutela e de coações foi substituído pelo regime de contrato, libertando a condição operária e permitindo o desenvolvimento da condição assalariada. Paradoxalmente, o regime de contrato libertou, mas fragilizou a condição operária por carecer de garantias: “a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, 2012, p 45).

2.2 A questão entre princípios e a virada liberal

A existência de uma tensão constante entre o princípio filantrópico e liberal, “as duas faces da medalha na época do *laissez-faire*” (TOPALOV, 1990, p 388), provocou expansões e contrações do auxílio ao indigente, também ao desenvolvimento de dispositivos repressivos que deveria cercar toda população assistida. O princípio liberal diferia do filantrópico por considerar que o Estado não devia nada a quem não o servia, devendo a sobrevivência do inválido ficar somente a cargo da caridade privada, o que explica fatos como a retirada de ajuda a todas instituições filantrópicas pelo Estado de Nova Iorque, em 1873, segundo Topalov (1990, p 388-9), o qual seguiremos pelos próximos parágrafos.

---

⁶⁰ Castel faz uma leitura conciliadora, não acusa “a burguesia”, mas preferiu ver uma crença de que um progresso industrial, ao final, beneficiará a todos, inclusive o próprio trabalhador.

Workhouse (Inglaterra), *Almshouse* (EUA) e Hospitais Gerais já existiam e, no início do século XIX, essas instituições punitivas começaram a se transformar paulatinamente em “dispositivos de transformação íntima dos seres”⁶¹, com base científica, objetivando reeducar os assistidos, inválidos, pobres, fracos para o trabalho, doentes e vagabundos e evitando que as ações de socorro perpetuassem os efeitos que desejavam combater, ou seja, manter pobreza e debilidades de quem era socorrido. Mas o alto custo e o insucesso recorrente dessas técnicas levaram a reformas nas técnicas utilizadas, preservando a ideia de necessidade da classificação. Contudo, a maioria dos pobres não ficaram nessas instituições, mas sim nos bairros operários, onde a dinâmica de solidariedade permitia a sua sobrevivência.

Uma virada liberal ocorreu com a reforma de 1834, quando a *Poor Laws*, a Lei dos pobres inglesa, só admitiu ajuda aos necessitados mediante seu confinamento em *Workhouses* e com perda de seus direitos civis. Essa diretriz prevaleceria na maioria dos países industrializados, com o afastamento dos Estados e com intenção da produção de trabalhadores livres, prevalecendo a ideia liberal. A assistência foi deixada à filantropia sustentada pelo patronato, que por sua vez, esperava reconhecimento e fidelidade por parte de seus assistidos. O triunfo do capitalismo liberal tentou eliminar a “economia moral”, em que a consciência popular entendia que o provento só poderia vir pelo trabalho assalariado, mas o pobre deveria ser socorrido pelo “poderoso” (TOPALOV, 1990, p 388-9). Cheia de contradições, a assistência patronal desejava criar um patronato com sua clientela.

Entretanto, a concorrência entre as forças sociais socorristas - como a Igreja, a prefeitura, as elites das grandes cidades americanas - desejava criar suas próprias massas urbanas obedientes e ter seu domínio político. Essa situação ocasionou tensões entre interesses distintos e gerou a possibilidade de o pobre procurar auxílio em patronatos concorrentes, “obtendo mais do que precisa” ou mais do que conseguiria antes com as autoridades locais. A resposta liberal foi a criação da filantropia científica ou a caridade organizada, centralizando sistematicamente os pedidos de auxílios (evitando a duplicidade de ajuda e eliminando os indesejáveis), disciplinando, inspecionando, classificando e tendo como propósito um caráter reformador (para não perdurar as causas que tornou o auxílio necessário).

---

⁶¹ Foucault e Goffman são alguns dos autores que questionam a psiquiatria convencional, associando-a ao poder, ao uso político, ideológico, de uma prática estigmatizante, despersonalizante, humilhante, isolacionista, que desrespeita a vontade e a autodeterminação de pacientes. Questionam as bases científicas da instituição psiquiátrica, apesar de sua pretensão positivista e objetiva. Topalov remeteu a Foucault e, em nota, ao livro *Vigiar e punir*.

Para os homens válidos, os auxílios ficam subordinados ao trabalho. Para mulheres e famílias, as inspeções regulares do domicílio, ao controle do orçamento, à adoção de práticas de higiene. Para as moças, à participação em atividades educativas adaptadas à sua idade. Categorias particulares deverão ser tratadas em instituições especializadas: à noção de debilidade ou a de delinquência surgem então como instrumentos de intervenção concreta (TOPALOV, 1990, p 399).

A virada liberal não significou que o Estado tivesse se tornado distante. Ele esteve sempre presente para criar as coerções necessárias para muitas intervenções filantrópicas: implantar a repressão legal, proibir “a vagabundagem” ou retirar o pátrio poder das crianças quando deveriam ser “protegidas de seus pais” e irem para o internato. O Estado também estaria presente sob forma de assistências públicas ou subvencionadas, ou nos momentos de depressão cíclica. O Estado e a filantropia sustentariam o esforço de racionalização disciplinar.

Porém, a depressão dos anos de 1880-90 levou multidões à municipalidade e ao Estado para conseguirem trabalho em obras públicas. Respostas como obras de Exposições Universais de 1889 e de 1900, em Paris, e empreendimentos nos parques de Nova Iorque permitiram a percepção de que obras são feitas com mais economia nos períodos de depressão, diminuindo o desemprego. Estas ações antecipou as sistematizadas por Keynes na *Teoria Geral*.

A confusão, o questionamento da eficácia educativa da assistência organizada e seus custos, a incapacidade de atingir grandes multidões e de classificá-las e o subemprego crônico representaram o fracasso da caridade organizada, concluída em 1909, pela Comissão Real sobre a Reforma da *Poor Law* britânica (TOPALOV, 1990, p 399-400).

Gautié (1998, p 74) acrescentou que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial marcaram a virada liberal, desmantelando regulações rapidamente na França e mais progressivamente na Inglaterra, criando um mercado de trabalho e uma nova concepção de trabalho. O livre acesso ao mercado de trabalho permitiria resolver a questão da falta de emprego. A Lei de Chapelier suprimiu as corporações, decisão entendida como condição necessária e suficiente para resolver a pobreza involuntária, por favorecer a liberdade de trabalho. Nesse contexto, a mendicância voluntária foi considerada um delito social.

O peso da supressão das corporações pela Lei Chapelier, do início da Revolução Francesa, também pode ser avaliado por diversas considerações feitas por Castel (2012, p

154-6). O poder real apoiava-se nas corporações e nas comunidades de ofício. No século XVI, ampliar o sistema corporativo para todo reino foi uma aliança tática entre realeza e maestria. A participação em ofício de corporação garantia privilégios, estatutos e dignificação. Antes de ser um trabalhador que vende sua força, o sujeito era membro de um corpo social, reconhecido no conjunto. Para Castel, as regulamentações das profissões não têm somente um papel técnico, elas garantem um mercado e um estatuto, regulam concorrência e controlam a produção e a circulação de trabalhadores. A corporação funciona pela exclusão dos outros, os de fora da corporação, faz do ofício uma propriedade coletiva, emprego reservado a um número limitado de membros. Em épocas de crises, companheiros poderiam ser impossibilitados de chegar a mestre por maiores rigores regulamentares (como exigir uma obra prima), formas de restrições internas; se tentaram estabelecer por conta própria, clandestinamente e chamados de “*chambrelans*”, foram perseguidos impiedosamente. No século XVIII, muitos *chambrelans* foram presos por carta régia.

Além desses disfuncionalismos internos, o corporativismo não antecipou uma organização do trabalho capitalista industrial. Como as atividades artesanais, as corporações foram superadas e dominadas pela dinâmica que as cercou, a grande indústria, a dependência de mercados, as coerções e as “importações de mão de obra”⁶² (CASTEL, 2012, p 157-8). Havia a percepção de que as corporações eram obstáculos ao livre mercado da mão de obra, à promoção de uma condição salarial, explicando em parte, as tensões, os avanços e recuos de ofícios tradicionais, proteções e disputas pelo mercado de trabalho. A modernidade liberal terá o seguinte papel:

Ela deverá impor o livre acesso ao trabalho contra as regulações anteriores: fazer com que o trabalho ‘livre’ não seja mais pensado por falta, como aquilo que escapa aos estatutos reconhecidos ou impostos, mas, sim, que se torne o próprio estatuto da condição de assalariado a partir do qual se reestrutura toda a questão social (CASTEL, 2012, p 209).

Castel (2012, p 209) ainda ressaltou que é necessário resistir à tentação de ler a história do assalariado como uma continuidade. Certamente o assalariamento desenvolveu-se por séculos, mas a modernidade liberal se introduz como ruptura, não como mero desenvolvimento.

---

⁶² Pode ser exemplificado pela história industrial francesa: “Por toda a parte é quase impossível recrutar no próprio local uma mão de obra suficiente, ao passo que se ‘importam’ operárias italianas para enquadrar os autóctones”. Lavasseur, E. *Histoire des classes ouvrières et de l’industrie en France*, 1900, citado por Castel (2012, p. 168).

2.3 Seguro social: alívio de tensão e redefinidor do conceito de desemprego

Nos debates da Constituição francesa de 1793, era discutida uma visão de que a propriedade faria o cidadão, o patriota, e que daria segurança aos infortúnios. As propriedades coletivas, não sendo apropriáveis individualmente, não dariam suporte suficiente às necessidades. A questão fundamental era como oferecer igualdade de fato, sem cair na reforma agrária ou na partilha das fortunas. Essa questão foi explicada por Castel, em seu livro *As metamorfoses da questão social*, em quem basearemos os próximos parágrafos.

A questão foi respondida por uma mudança de interpretação: a segurança é dada por uma construção coletiva, por um seguro obrigatório, em vez da difícil propriedade, que implicaria divisões de fortunas, de reformas agrárias que retirariam trabalhadores da indústria nascente, da relativização da propriedade, com entendimentos que ressaltariam a função social da propriedade ou reconheceriam o caráter social da propriedade. A constituição francesa de 1793 reconheceria o direito de propriedade, punindo de morte qualquer pessoa que propusesse reforma agrária. Para solução da questão social, criou-se um seguro obrigatório, com regras de funcionamento social, mas de usufruto individual, aproximando-se do funcionamento de um patrimônio privado. Esse seguro representou um incentivo à poupança (o poupador já era um minúsculo proprietário), promoveu a seguridade, não ameaçou a propriedade e nem as relações de produção (CASTEL, 2012, p 392-8). Em uma nota (número 128), o autor observou que a previdência do trabalhador rural ficou presa à propriedade da terra, um núcleo mais arcaico. O papel do seguro social, no caso da falta de propriedade própria, caso da maior parte da população francesa, pode ser esclarecida pelo trecho seguinte:

A tarefa de uma política social a partir do século XIX será, realmente, escorar esta estrutura muito friável do livre contrato de trabalho. [...] A liberdade e o individualismo triunfantes comportam uma face sombria: a individualidade negativa de todos aqueles que se encontram sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e de qualquer reconhecimento (CASTEL, 2012, p 45).

Com o fracasso da filantropia sem o Estado, nas épocas pré-Revolução Francesa, surgia a expectativa de que o Estado Social pudesse dar respostas, garantias e evitar a ruptura do tecido social. Castel (2012, p 345-52) descreveu duas posições antagônicas: os partidários da luta de classes e os moralizadores filantropos. Os primeiros, revolucionários, possuíam perspectiva da luta entre explorados e exploradores; enquanto os segundos, conservadores,

tinham visão da mansidão de pessoas de bem, relacionando-as com miseráveis, assistencialmente e paternalisticamente. O Estado Social, terceiro elemento entre esses “atores”, abriu um espaço de negociação, buscando uma ação pública que evitasse intervenção sobre a propriedade e a economia. Para Castel, embora constituído lentamente, foi inovador o advento do seguro. A propriedade social reelaborou o conflito secular entre o patrimônio privado e o trabalho, admitiu e contornou o antagonismo de classes, criou o direito ao trabalho, como o direito de viver trabalhando e para os abastados, o direito à propriedade. A República propôs proteger o trabalho e a propriedade de seus cidadãos, não considerou o coletivo, opondo-se ao indivíduo.

Os primeiros beneficiários do seguro foram aqueles que apenas possuíam seu trabalho para sobreviver, no começo do século XX, não eram proprietários (classes mais baixas, que corriam risco de serem assistidas). Nesse contexto, teve início na França um complexo processo de mudar o seguro propriedade para o seguro direito. “O seguro atualiza um modelo de solidariedade, mesmo que os acionistas não estão conscientes disto. [...] Um trabalhador não compra um seguro para ser solidário com os outros cotistas, mas o é. [...] Um risco individual é ‘coberto’ pelo fato de que está assegurado no quadro de uma participação num grupo” (CASTEL, 2012, p 382-6). Assim, a segurança mudou a relação propriedade-trabalho, tornou-se o primeiro passo para a sociedade salarial e contornou a oposição trabalho-propriedade, elaborando uma propriedade coletiva que seria justaposta à propriedade privada e compensando a falta de propriedade. Ocorreu a mutação da seguridade-propriedade para a seguridade-direito. Como alguns indivíduos estavam expostos aos riscos, enquanto seu trabalho representava o interesse de todos, indenizar vítimas ou suas famílias é um ato de justiça. A velhice também deveria ser assegurada, depois que um trabalhador tivesse gastado suas forças em empreendimentos de interesse coletivos (CASTEL, 2012, p 382-7).

Apesar do surgimento do seguro social, continuou a existir divergência entre empregadores, empregados e desempregados, e também a desconfiança no uso de auxílio desemprego. Topalov e Gautié mostram a “saída social” com um novo conceito de desemprego, que exige a permanência no mercado de trabalho. O seguro social evitaria o risco do abuso dos maus pobres e preservaria a sobrevivência do bom pobre que estaria temporariamente sem emprego.

O seguro social, por seu lado, permitirá conferir uma realidade a essa solidariedade sem cair no socialismo, resolvendo assim a equação política do

século XIX. Como nota Ewald⁶³, ‘o seguro permite a cada um beneficiar-se das vantagens do todo, deixando-o livre para existir como indivíduo’. Ele parece reconciliar esses dois termos antagônicos que são a sociedade e liberdade individual (GAUTIER, 1998, p 77).

Topalov (1990, p 396) relatou como Beveridge defendeu um seguro desemprego que protegesse os trabalhadores estabilizados no regime assalariado, que poderiam estar desempregados independentemente de suas vontades, mas deixando os instáveis sem proteção a serem tratados “como convém”, pela emigração, nos centros de reeducação pelo trabalho voluntário e, às vezes, até obrigatório.

O seguro-desemprego separou o joio do trigo, estabilizando a relação salarial em uma instável economia baseada na concorrência. Apoiando-se em regras, evitando o arbitrário do “corpo a corpo filantrópico”, tendo como intenção favorecer o empregador e o operário regular, exaltar a poupança e a previdência. Separou quem tinha direitos (porque trabalhavam) dos outros, instáveis ou fora do mercado de trabalho. No entanto, as únicas instituições que praticavam o seguro-desemprego eram os sindicatos operários. Nelas os reformadores inspiravam-se, porém adaptavam-na para servir a outros interesses, permitindo sua estatização.

A noção moderna de desemprego, ligado à permanência no mercado de trabalho e à ideia do trabalhar como obrigação, permitiria a introdução de certas práticas, como a interrupção do seguro-desemprego quando deixasse de ser involuntário e sua distinção com relação a outras causas que ocasionam perda de salário, como a doença, greve, *lockout* ou falta. Mudaria também o modo de financiar o seguro, destacando-se das contribuições sindicais e com clara definição do risco coberto. Uma recusa a um emprego proposto, implicaria a suspensão do seguro desemprego controlado pelo Estado, ao contrário do seguro desemprego do sindicato que permitia que o trabalhador recusasse uma oferta com salário abaixo das normas sindicais.

A intervenção do Estado no auxílio-desemprego foi um dos fatores do declínio da atuação dos sindicatos na administração desse seguro. Topalov (1990, p 400-6) viu o auxílio-desemprego pelo sindicato como um instrumento de luta social, estratégico para a manutenção do nível salarial, que podia consolidar a solidariedade de um grupo operário. Não era somente um instituto de previdência.

---

⁶³ EWALD, François. *Histoire de l'État Providence*. Paris: Grasset, 1986. p. 177.

Para Gautié, em termos de intervenção pública, a construção da categoria *desemprego* só terminaria com a crise de 1929. Keynes, abordado no item 2 do Capítulo 1 desta dissertação, teve papel central para dar base teórica e justificação para as ações de intervenção pública. A grande força do keynesianismo foi reconciliar o econômico e o social - que o século XIX tratava como contraditórios - e o estímulo da atividade econômica ao direito ao trabalho, reunindo o econômico ao Estado Providência. Keynes inspirou as políticas de pleno emprego dos países ocidentais nos “trinta anos gloriosos”⁶⁴ seguintes após o final da II Guerra Mundial (GAUTIE, 1998, p 77). Por esse motivo, a desconstrução da categoria *desemprego* afeta a ciência econômica como referência da intervenção pública, conforme visto no neoliberalismo a partir das últimas décadas do século XX.

Segundo Castel (2013, p 22), a criação de um seguro social criou um novo compromisso coletivo, uma propriedade social, reabilitou os não proprietários, os somente assalariados, oferecendo a seguridade em reconhecimento ao trabalho assalariado, à sua submissão e disciplina. As relações de trabalho puderam ser estruturadas em torno do Estado Social, permitiram o exercício da cidadania, o desenvolvimento de estratégias pessoais, a liberdade de escolha, a apropriação do corpo, do tempo, do destino, pois tinham alguma segurança. Dessa forma, ficar sem emprego tornou-se mais do que perder renda, significa o risco de não ter garantias sociais.

Castel também considerou que o desemprego não é um risco como outros: acidentes, doenças, velhice. “Caso se generalize, acabará com as possibilidades de financiamento de outros riscos e, portanto, também com a possibilidade de se ‘cobrir’ a si mesmo” (2012, p 511), só conseguindo proteger o desemprego por tempo limitado, revelando o “calcanhar de Aquiles” do Estado Social, seu limite de proteção e de sustentabilidade, e ainda sendo ameaçado pela financeirização internacional, que pede um país competitivo, poderoso, concorrendo mundialmente com regiões com mão de obra barata.

2.4 A sociedade salarial, a coesão social, a precarização e o futuro do trabalho

---

⁶⁴ Gautié (1998, p. 77) atribui o termo “trinta anos gloriosos” a Jean Fourastié e ele refere-se ao período de 1945 a 1975.

Castel explica que a condição de assalariado deixou de ser exceção, a condição indigna, inferior, tornando-se regra para a maior parte da sociedade, pelo processo de criação do seguro social. Compreender a questão, o processo, é importante para o agir de hoje, quando o trabalho e o assalariamento não representam apenas renda, mas também segurança e um lugar na sociedade.

Nos primórdios da industrialização, nas primeiras concentrações proletárias, por volta de 1830, as populações flutuantes, miseráveis, foram vistas por Augusto Comte como não integradas, pois foram cortadas do seu vínculo rural e não foram socializadas. Eram rudes, flutuantes, contaminados pela miséria e pela desgraça. Poderiam transmitir essa condição a todo corpo social, como uma doença. Elas ameaçavam a ordem social pela subversão, pela violência revolucionária ou como uma gangrena que poderia comprometer todo o corpo. A ameaça, a questão social da primeira metade do século XIX, foi descrita como “pauperismo”.

De acordo com Castel (2012, p 30), na Revolução Francesa houve um divórcio entre uma ordem política, reconhecimento dos direitos dos cidadãos e uma ordem econômica, que acarretou miséria e industrialização selvagem. A diferença entre a organização política e o sistema econômico indicou o lugar do “social”, um sistema de regulação não mercantil, um conjunto de dispositivos montados para promover a integração. Começou com a tomada de consciência da existência de populações que são agentes e vítimas da revolução industrial, simultaneamente. Era necessário encontrar um remédio eficaz ou preparar-se para a desordem. O social consistia em regulações não mercantis que tentavam integrar as “franjas mais dissocializadas”, buscar o espaço que eles poderiam ocupar na sociedade industrial, reestabelecer laços que não obedecessem a lógicas puramente econômicas, nem puramente jurídicas ou políticas.

Mesmo antes da invenção do social, no século XIX, já havia o social no período pré-industrial. Havia práticas, distinções em instituições de assistência a indigentes, repressão à vagabundagem, controle de circulação de mão de obra; havia o social-assistencial. Era a resposta a pressões de todos que não encontraram lugar na organização social do trabalho.

Os “vagabundos” antes da Revolução Industrial, os miseráveis, no século XIX, ou os “excluídos”⁶⁵ de hoje, são os representantes da periferia da estrutura social, a franja social, mas todos fazem parte da dinâmica social. Estavam à margem, mas questionaram o conjunto.

---

⁶⁵ *Excluídos* pode ter uma conotação dissociada da ideia de processo, da dinâmica. Castel prefere trabalhar com o termo *desfiliação*. Na Introdução do livro *As metamorfoses da questão social*, ele usou o termo entre aspas.

O problema dos que fracassam, levados para as margens, questiona os que estão dentro. “Integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem a um conjunto, mas cuja unidade é problemática” (CASTEL, 2012, p 34). A passagem dessas categorias depende de orientações tomadas no centro, na gestão de empresas, na política econômica e social, “da busca de competitividade”. Castel preocupou-se com decisões e processo de invalidação social, com o preço de por “fora do jogo” grandes parcelas da população, que tenciona a unidade social. O autor ainda questionou qual seria o limite de invalidação social tolerável em uma sociedade democrática. O autor tem pensamento distinto das visões neoliberal e revolucionária, considera fundamental o papel regulador e integrador do Estado social, da possibilidade de pactuar trabalho, cidadania e solidariedade, embora reconheça a complexidade dos vínculos.

Para Castel (2013, p 290), a grande inovação ocorrida a partir do século XIX foi a transformação do trabalho em emprego e, a partir do final do século XIX, de emprego em emprego com proteção. Antes, o trabalho era a atividade do escravo, do servo ou do camponês. Pessoas de bem não precisavam trabalhar com as mãos. O assalariado é antes alguém que não possui propriedade, têm apenas a força dos braços, que é vendida, normalmente, de maneira miserável, e busca sair da situação o mais breve possível.

Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não chegava a mestre [...].
Estar ou cair na condição de assalariado era instalar-se na dependência, ser condenado a viver ‘da jornada’, achar-se sob o domínio da necessidade. (CASTEL, 2012, p 21-2).

Antes da sociedade salarial, estar protegido era ter bens, ser proprietário. Não ter significava ficar à mercê da assistência social quando não pudesse trabalhar mais. Os trabalhadores com conhecimentos e ferramentas detinham algum controle sobre sua vida, mas quando separados de suas ferramentas e de sua pequena propriedade rural, suas habilidades eram substituídas por máquinas, retinham pouco além de sua força de trabalho, perdendo gradativamente sua autonomia e controle sobre seu trabalho e seu futuro.

De acordo com Castel (2013, p 22), com a urbanização e o desenvolvimento da indústria, o assalariado instalou-se e consolidou-se. O assalariamento não era mais uma condição provisória, da qual se buscava sair o mais rápido possível. A sociedade salarial não era apenas um lugar onde a maioria de seus membros é assalariada, mas representava uma forma de inserção social, ligada ao lugar que ocupavam no salariado. O assalariamento

proporcionava não apenas renda, mas *status*, proteção, identidade, distintamente de antigas relações em que a proteção estava relacionada à propriedade de bens. Ser assalariado não era mais uma situação indesejada. A segurança diante das incertezas da vida deixava de ser privilégio dos que possuíam posses. Ao assalariado foi prometido, pela seguridade, poder controlar seu futuro, superando a desvantagem inicial e o descrédito, tornando-se, nos anos 1960, a base da sociedade salarial moderna, consolidada juridicamente.

Segundo Castel (2013, p 287-94), a proteção e a regulação passaram a ser um novo atrativo, dignificavam e consolidavam o assalariamento. A proteção ligada ao trabalho tornou interessante para os trabalhadores independentes, também para os representantes da burguesia e de fortunas, que colocavam seus filhos no mercado de trabalho, geralmente por meio de grandes escolas, diplomados e em posição superior. Essas proteção e regulação foram desenvolvidas na negociação conflituosa entre diferentes parceiros, não representaram a superação da exploração, da competição entre grupos sociais e da forte hierarquia, mas significaram a possibilidade de garantir um mínimo a todos, uma promessa de vantagem futura ao controlar incertezas.

Castel (2012, p 493) constata uma sinergia entre o crescimento econômico e o quase pleno emprego, durante os “trinta anos gloriosos” (1945-1973), entre proteção social e direito do trabalho, que asseguraria o enriquecimento coletivo por meio de desenvolvimento e regulação estatal, passando a impressão de que a questão social seria resolvida pelo crescimento indefinido. Nesse período, após a II Guerra Mundial, a expectativa de obter mais no futuro, possibilitou desenvolver estratégias de longo prazo: “meu filho irá à escola, diplomará e ascenderá”. Mesmo permanecendo as desigualdades, os bolsões de pobreza, as injustiças, pensava-se que seriam reduzidos. “O futuro será melhor que hoje”, acreditavam. Acreditava-se no progresso social, “um ideal socialdemocrata”, que a mundialização financeira e a flexibilização do trabalho fez parecer mais sombrio (CASTEL, 2013, p 294).

Para Castel, as visões do empregado e do desempregado moderno foram moldadas pela construção da sociedade salarial, pelas suas proteções que complementaram a solidariedade proximal, aquela que não dependia de relações mercantis, mas da proximidade geográfica. As mudanças ocasionadas pela globalização e pela financeirização econômica não objetivam a coesão social, mas sim maximizar o lucro, o mercado, a competição, a concorrência. Ameaçam as pessoas que se encontram individualizadas, atomizadas, depois do pacto da sociedade salarial que durou 30 anos após a segunda guerra mundial e possivelmente tenha atingido seu ápice na Europa Ocidental da década de 1970.

Conforme Castel (2012, p 31-3), os operários, dos especializado aos braçais, faziam parte das trocas sociais. Eram explorados, mas eram necessários. Numa visão durkheimiana reformista, as políticas de redução de desigualdades, de oportunidades sociais, seriam capazes de integrá-los . E outra visão durkheimiana “revolucionária” seriam integrados por uma mudança da estrutura social, garantindo a todos uma real igualdade de condições.

Mas os ‘supranumerários’ nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social (CASTEL, 2012, p 33).

Continuando com Castel (2012, p 33-4), mesmo não sendo atores e não tendo um lugar, os operários “estão bem presentes e são numerosos”. A nova questão social era como torná-los discretos, imperceptíveis, como fazer políticas de inserção social (no contexto francês, no caso) que ratificassem a separação social, mesmo denunciando a exclusão.

Castel (2012, p 34) questiona a redefinição de eficácia econômica, das “competências sociais”⁶⁶, que invalida 10, 20 ou 30% ou mais da população. A seu ver, essa é a nova questão social: o que é possível fazer para recolocar em jogo essas populações invalidadas pela conjuntura?

Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da solidariedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas. Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições da inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, ‘fazer sociedade’ (CASTEL, 2012, p 35).

Assim, Castel (2012, p 522-3) reapresenta o papel integrador do Estado Social, como regulador e fiador do pacto do trabalho, da cidadania. Não é possível exigir dos empregadores “fazer o social”, sobretudo na nossa época, a de exigência de competitividade e de rentabilidade. Mesmo a filantropia patronal do século XIX teve o sentido de defender seus interesses, da mesma forma que hoje os planos sociais divulgados por empresas são acompanhados por bons balanços comerciais.

---

⁶⁶ Competências que podem ser transformadas em valor, em serviços, cujo reconhecimento social pode variar conforme necessidade ou disponibilidade de mão de obra. Pode levar a formas de discriminação negativa, como falta de escolaridade, falhas comportamentais, pouca experiência.

Para Castel (2013, p 287), o primeiro proletariado, subversivo e miserável, tornou-se uma classe operária relativamente integrada. Por isso, este autor preocupa-se com retrocessos em uma sociedade salarial, questionando a desmontagem e as ameaças de um sistema de proteção, a desestabilização de empregos, que foram vinculados às proteções e garantias.

As sociedades atuais enfrentam um novo desafio, a mundialização da economia, o retorno forçado do mercado autorregulado, a competição e a concorrência aguerrida intra e entre os Estados. Castel (2013, p 284-5) entendeu que a Europa Ocidental defendeu-se melhor, pelo menor nível de pressão sofrida e pelo nível de desenvolvimento das proteções atingido no início dos anos 1970. Na América Latina, a situação foi mais grave e teve suas proteções deterioradas mais rapidamente. Entretanto, foi essencialmente mais uma questão de grau do que de natureza, ou seja, todos sofreram o mesmo questionamento, embora em intensidade diferentes. Esse processo levou novamente à questão do risco de ruptura e de desfiliação nessas sociedades.

Um processo de precarização atingiu desigualmente as diversas categorias sociais, afetando mais os trabalhadores pouco qualificados; embora também afete os quadros superiores, já que nenhuma categoria escapou da reestruturação do trabalho. Alguns indivíduos podem eventualmente sair-se melhor, possivelmente por serem mais qualificados ou competitivos. Entretanto, numerosos encontram-se perdidos, isolados, atomizados, afastados de seus antigos pertencimentos.

A nova questão social, hoje, parece ser o questionamento dessa função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2013, p 287-8).

Além de afetar indiscriminadamente qualificações e categorias sociais, esse processo buscou a desestabilização dos estáveis e instalou a precariedade, principalmente entre jovens, e produziu sobrantes. Trabalhadores que possuíam posições sólidas na divisão clássica do trabalho, foram desestabilizados e afastados do circuito produtivo. Operários com 45 anos exemplificam a desestabilização, ao serem considerados muito velhos para serem reciclados (CASTEL, 2013, p 300).

As transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente. O resultado é a invalidação dos

‘trabalhadores que estão envelhecendo’, demasiado idosos ou não suficientemente formados para serem reciclados, mas jovens demais para se beneficiarem da aposentadoria. Na França, a taxa de atividade da faixa etária dos 55 aos 60 anos caiu para 56%, uma das mais baixas da Europa (é de 76% na Suécia), e a maioria dos trabalhadores não passa diretamente da plena atividade à aposentadoria segundo o modelo clássico do trabalho protegido [...]

Mas a empresa falha igualmente em sua função integradora em relação aos jovens. Elevando o nível de qualificação para a admissão, ela desmonetiza uma força de trabalho, antes mesmo que tenha começado a servir. Assim, jovens que há vinte anos teriam sido integrados sem problemas à produção acham-se condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro. Porque a existência de qualificação não corresponde sempre a imperativos técnicos. Muitas empresas tem tendência a se precaver contra futuras mudanças tecnológicas contratando jovens superqualificados, inclusive em setores pouco valorizados. (CASTEL, 2012, p 519).

A instalação da precariedade foi mais recente na Europa do que no Brasil e pode ser exemplificada pelo aumento do desemprego entre jovens, levando-os a atividades temporárias, intermitentes, sem registro formal. Castel (2013, p 300-4) chamou esse efeito de “cultura do aleatório”, pessoas vivendo o dia-a-dia, como se dizia no século XIX. Constatou, sem pretensão de ser exaustivo, que as pessoas que não encontram lugar criam inquietude na sociedade. Não são nem úteis e nem explorados: “Estão lá como inúteis, inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais”. São pessoas que foram invalidadas pela conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos⁶⁷. No período anterior, teriam sido integrados nos circuitos produtivos.

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. É consequência da estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade (CASTEL, 2012, p 516-7).

Castel ainda observou a homologia entre os “inúteis para o mundo”, representado pelos vagabundos antes da Revolução Industrial, e diferentes categorias de ‘inempregáveis’ de hoje, constituindo os supranumerários de outrora e atual (CASTEL, 2012, p 27). Mesmo isso sendo um fenômeno massivo, não gerou movimentos reivindicatórios devido à situação de atomização, “rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social” (CASTEL, 2013, p 304). O autor sugere que uma unidade, uma identidade ou mesmo uma

---

⁶⁷ Como *A metamorfose da questão social*, de Robert Castel, foi publicado em 1996, a dissertação entende os “últimos 20 anos” como o período entre a metade da década de 1970 até a metade da década de 1990.

consciência cívica, depende da inserção na sociedade salarial e de seus suportes, suas garantias. Sem esses, as pessoas tendem a manter-se despolitizadas e desarranjadas. Essa seria outra consequência do desemprego e da falta de espaço na sociedade salarial, em termos de consciência e de direitos. O desemprego, a flexibilização do trabalho e a subcontratação de terceirizados com poucos direitos, tendem a não integrar os locais de trabalho, ameaçam diretamente os direitos sociais conquistados, agravam o próprio desemprego e ainda a consciência cidadã.

Para os economistas clássicos, as transformações técnicas são acompanhadas por um derramamento de capital para outros setores de atividade. Contudo esse raciocínio pode falhar se os progressos apresentarem fracos ganhos de produtividade e suprimirem mais empregos do que criarem. Atualmente, vemos a criação de uma periferia precária, um processo de desestabilização dos estáveis, de instalação da precariedade⁶⁸, e o ressurgimento dos supranumerários, exemplificado pelo jovem, que parte de emprego em emprego e opta por viver o dia a dia, e pelo trabalhador envelhecido. “Os inúteis para o mundo podem escolher entre a resignação e a violência esporádica, a ‘raiva’ que na maioria das vezes se autodestrói” (CASTEL, 2012, p 531).

Castel (2012) contou que uma visão otimista levou a pensar que melhorando a qualificação seria possível precaver-se contra o desemprego. Também objetivos como elevar 80% o nível de graduação são falsas soluções, já que não há 80% dos empregos que exijam tal nível de qualificação dos desempregados. Para ele, é legítimo e democrático atacar as baixas qualificações, mas é ilusório pensar que os não empregados possam encontrar emprego simplesmente pela elevação do nível de escolaridade. “Mas este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível não empregabilidade dos qualificados” (p. 521).

A ameaça aos direitos conquistados, o desemprego, a precarização dos empregos, que acompanharam o avanço da autorregulação do mercado, formaram um cenário em que Castel (2012) vê questões angustiantes: “teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição do assalariado, etapa em que sua odisseia se transforma em drama?” (p 496), ainda: “Será que a flexibilização deve ser paga a qualquer custo, pela precarização ou ausência de status?” (CASTEL, 2013, p 312).

---

⁶⁸ Refere-se ao desemprego recorrente, sendo parcela significativa representada por jovens.

Profundamente preocupado com a precarização do trabalho, admitindo desconhecer o amanhã, Castel (2012), tentou desenhar desdobramentos baseados em escolhas de políticas econômicas, organização do trabalho e intervenção do Estado Social, supondo quatro possibilidades.

A primeira é acentuar a degradação da condição salarial pela aceitação da hegemonia do mercado, em nome da modernização e da flexibilização da relação trabalhista. Essa degradação da condição salarial teria consequências imprevisíveis, fabricando a segregação e a violência. A lógica do mercado desregulado poderia destruir a ordem social que preexistiu. Formas de solidariedade proximal - aquela relação informal que não passava pelo mercado e ajudava a sobrevivência em bairros populares⁶⁹ - foram diminuindo gradualmente com a instalação da sociedade salarial, fragilizando a sociedade e reiterando a importância das proteções sociais construídas pelo Estado. Se retiradas as proteções legais, expõe-se ao risco do “quase vazio”, pois o mercado não comportaria os elementos necessários à coesão social. Não seria apenas retrocesso de conquistas sociais, mas quebra da forma de coesão moderna, onde a solidariedade informal foi substituída pelas proteções organizadas pelo Estado Social, sobretudo em países “mais desenvolvidos”. “Um dos paradoxos do progresso é que as sociedades mais ‘desenvolvidas’ são também as mais frágeis” (CASTEL, 2012, p 560-4).

Uma segunda possibilidade seria controlar o processo de desagregação da sociedade salarial com políticas de inserção, tratamento social do desemprego, o que atenuaria os efeitos das transformações em curso e ajudaria vítimas e ameaçados de serem atingidos mortalmente pelas transformações em curso. Entretanto, manter a situação atual implica grandes esforços. Castel não duvidou da utilidade destes esforços, mas observou que ocorre aumento do desemprego, mostrando que esses tratamentos não estão na medida da gravidade do problema. Para o autor, taxas de 10, 12 ou 15% de desemprego indicam uma sociedade doente e de negação dos fundamentos de uma sociedade democrática.

A potencialidade do serviço público para lutar contra a exclusão é extensa, mas é subutilizada e pouco coordenada. “Uma das maiores causas das dificuldades encontradas em alguns bairros decorre da pouca presença dos serviços públicos” (CASTEL, 2012, p 565). Castel entende que “o Estado poderia fortalecer seu papel de fiador da coesão social a um custo que não seria exorbitante” (CASTEL, 2012, p 565). Entretanto, isso permitiria uma

---

⁶⁹ Castel exemplifica com uma organização em que a “caderneta” do empório (crédito), venda de roupas usadas, pequenos serviços, a cotização para o enterro, o acolhimento aos despejados, a solidariedade dos bairros, permitem a sobrevivência dos proletários.

versão otimista, que entende ser necessário suportar alguns anos ou decênios até que haja a consolidação de um novo sistema de regulação na sociedade pós-industrial. Também permite outra visão “cínica”, que “não acha escandaloso que uma sociedade possa prosperar, aceitando certa proporção de rejeitados” (CASTEL, 2012, p 566). O autor adverte que a prática da ajuda e garantias ao desempregado, necessárias enquanto a sociedade não conseguir oferecer outra opção de inclusão, não deve limitar-se à atenuar efeitos, deixando o questionando político e da organização da sociedade (CASTEL, 2013, p 306-7).

Os supranumerários de hoje não estão organizados, não possuem projeto em comum e nem o sentimento de ser indispensável. De forma atomizados, eles dificilmente podem organizar-se e fazer reivindicações (o movimento operário, para comparação, possuía militantes e aparelhos, projetos de futuro e era o principal produtor de riquezas na sociedade industrial). Os jovens podem não se inserir, indo de estágio em estágio, menos protegidos que os aposentados, que podem contar com proteções construídas durante os “trinta anos gloriosos”; são idosos garantidos mas preocupados com pessoas próximas. A “anomia” suscita violência, que quando manifesta, frequentemente volta-se contra o próprio autor ou contra símbolos exteriores de riqueza, como pilhagem em supermercados ou destruição de carros. Estas manifestação, na maioria das vezes, não tem projeto claro, e sendo difícil de controlar, já que não tem nada a negociar. A sociedade torna-se vulnerável e por não encontrar outra resposta que a repressão ou o fechamento em guetos (CASTEL, 2012, p 568-71).

A terceira possibilidade seria o reconhecimento da perda de centralidade do trabalho, a perda de relevância do trabalho assalariado. Nessa opção podem ser propostas alternativas, como a economia social, o terceiro setor, a mercantilização de tudo (como pagar para alguém levar o cachorro para passear) e até “o fim do trabalho”.

Castel observou o desenvolvimento de um mercado paralelo de trabalho subpago e subprotegido e exemplificou essa situação com a construção de uma parede, que tomaria cerca de quatro dias, mas mal remunerada e sem proteções, que começou a ser vista na França (Castel relatou isto em 1995). Observou também o surgimento e o aumento da economia não mercantil, a busca em atender a necessidades não satisfeitas pelo mercado, transformando serviços em mercadorias. Mas essas atividades do chamado “terceiro setor” não ocorrem em escala suficiente para absorver a queda do trabalho industrial tradicional e tem remuneração bastante inferior ao emprego industrial extinto. Também viu o aumento da dependência da

Renda Mínima de Inserção (na França), com seu estigma, outro custo não monetário (CASTEL, 2012, p 571-9).

O autor ainda analisou criticamente a questão de “O fim do trabalho”, muito discutida na época em que escrevia o livro *Metamorfoses da Questão Social*. Concordou com a diminuição do trabalho socialmente necessário, que ainda poderá acentuar-se com a automatização, a robótica e a informática, mas não com o seu fim. Poderia ser visto como uma emancipação, se considerar que nem todo trabalho é prazeroso, mas por outro lado, é ameaçador e angustiante, pois o fundamento da identidade nos últimos duzentos anos, para o sentimento de pertencimento para as proteções, é o trabalho. O trabalho não acabou e nem teria apenas como papel prover o salário, a renda. O trabalho continua sendo uma referência não apenas econômica, tem importância psicológica, cultural e simbólica, comprovadas pela reação dos que não o tem. O autor observou que se questionássemos os desempregados e os jovens, constataríamos que eles continuam a reivindicar trabalho, emprego, demonstrando, mais uma vez, o quanto é necessário para a autoestima, ao sentimento de pertencimento, à segurança, uma identidade na sociedade do trabalho. Castel defende o emprego, a segurança social, que foram criadas e conquistadas penosamente e ao longo de muito tempo. Considera a regulação do Estado necessária, observando as condições atuais e enquanto não houver outra forma de criar identidade, inserção social. Essas regulações são a única opção capaz de limitar o mercado, evitar o aprofundamento das desigualdades sociais e evitar a ruptura do tecido social, o processo de desfiliação (CASTEL, 2013, p 304-7).

A quarta possibilidade é a distribuição do trabalho socialmente necessário. Castel, propõe a divisão do trabalho socialmente útil, do recurso raro, alertando que não se trata de uma operação simples ou contábil, solicitando uma negociação e aceitação pelos diferentes interessados. Ele considera ser necessário se colocar no mesmo plano de igualdade a defesa da remuneração do trabalho e do capital. Entre os Estados, é necessária a instituição de uma convergência no domínio social, pois não se trata apenas de uma questão interna a um país (CASTEL, 2012, p 580-9). Observando que a jornada de trabalho já foi de sessenta horas semanais, chegando a quarenta (ou menos, em alguns países europeus), o que permitiu ao ser humano desenvolver outras atividades, indaga-se sobre a importância dessa solução. Isso permitiria que mais pessoas tivessem empregos e os empregados tivessem mais tempo livre, o que beneficiaria a todos. Mas se mantivermos a mesma jornada, estaremos onerando os mais vulneráveis da sociedade, os que ficam sem empregos, os jovens que não conseguem inserir-se na sociedade do trabalho. (CASTEL, 2013, p 304-7).

Para esse autor, o poder público é o único capaz de construir pontes entre os dois polos de individualismo, de impor um mínimo de coesão à sociedade, de evitar a ruptura entre trabalho e proteção. O Estado não deve omitir-se diante da proposta do mercado autorregulado e da globalização, que seguem uma lógica que desperdiça pessoas, condenando-as à inutilidade, e não comporta o mínimo de coesão e preservação da sociedade (CASTEL, 2012, p 590-610).

Castel (2012) entendeu que o trabalho assalariado tornou-se a relação padrão, protegida e regulada pelo “direito do trabalho”, comprometendo empregador e empregado, também condição necessária para a própria identidade em nossa sociedade. Descreveu a situação europeia, onde até os anos 1960, as pessoas estavam habituadas ao quase pleno emprego, ao crescimento econômico, aos progressos de integração e generalização das proteções sociais. Naquele período, acreditou-se ter superado a existência “de inúteis para o mundo”, mas, atualmente, redescobrem-se os supranumerários, diante da agenda neoliberal, questionando o Estado de Bem-Estar e valorizando os lucros e a financeirização mundial.

Castel pensa na sociedade salarial como o alicerce de democracias ocidentais, com seus méritos e lacunas. Essa sociedade não é eterna, não obteve consenso, mas regulou conflitos; não conseguiu a igualdade de condições, mas compatibilizou diferenças. Tampouco conseguiu promover justiça social, mas reduziu a arbitrariedade de poderosos. São heranças que não devem ser dilapidadas, enquanto não se constrói uma alternativa digna para a sociedade salarial (CASTEL, 2012, p 580).

CAPÍTULO 3 O CONCEITO DE DESEMPREGO E SUA MEDIÇÃO NO SÉCULO XX

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919 (época da construção e consolidação dos papéis de assalariado, de empregador e do Estado Moderno), foi fundamental para realização de avanços, conciliação e conservação da relação salarial.

Os avanços podem ser exemplificados na produção de conhecimento sobre as relações de trabalho; no questionamento do trabalho como uma simples mercadoria; na proposição de metas sociais; no combate ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e às condições degradantes de trabalho. O aspecto “conservador” da OIT decorre da busca pela conciliação de interesses divergentes, por admitir o conceito de *trabalho*, que preserva a relação salarial básica. A Organização ocupa-se de modelos quantitativos - muitas vezes, em nome de uma comparabilidade estatística ou de dificuldade de medições de conceitos refinados que ignora o trabalho doméstico, não assalariado, das “donas de casa”. Não por acaso, ela tem uma estrutura tripartite, formada por empregadores, governo e empregados.

Na origem da definição de *desemprego*, pesou a preocupação classificatória, discriminatória (entre os bons e maus desempregados) e moralizante dos doutrinadores, como William Beveridge e Max Lazard. Ao se enfatizar as estatísticas, arrisca-se a abandonar a discussão sobre o fenômeno, podendo dar à OIT um papel de um classificador, burocratizador e até legitimador. Números, aparentemente precisos e seguros, implicam definições, em escolhas influenciadas pela cultura hegemônica, pelas políticas e técnicas, não em algo certo, imutável e bem determinado. Eis uma exemplificação pela definição de população ativa por Castel:

A definição moderna da condição de assalariado supõe a identificação precisa do que os estatísticos chamam de população ativa; identificar e mensurar aqueles que estão ou não ocupados, as atividades intermitentes e as atividades de tempo integral, os empregos remunerados e os não remunerados. Empreendimento de grande fôlego e difícil. Um proprietário de terras, um latifundiário e uma pessoa que vive de rendas são “ativos”? E a mulher e os filhos do artesão ou do agricultor? Que estatuto conferir a esses numerosos trabalhadores intermitentes, sazonais, que povoam tanto as cidades como o campo? Pode-se falar de emprego e, correlativamente, de não emprego, de desemprego, se não se pode definir o que verdadeiramente significa estar empregado? (CASTEL, 2012, p 420).

A estatística pode dar a impressão de precisão onde não há clareza de definição ou segurança do que está sendo respondido. Também é possível alterar conclusões manejando índices ou induzindo a interpretações inconsistentes⁷⁰. Ainda, é possível definir pragmaticamente que um fenômeno é o que foi medido na escolha de um cômodo raciocínio circular. O desemprego passa a ser o que é divulgado em pesquisas, pouco sendo esclarecido sobre a natureza, os métodos (amostragem, por pesquisadores, região, de resposta obrigatória ou espontânea etc.) e os critérios escolhidos pelas pesquisas (ex.: qual o período máximo de não procura).

3.1 Criação da OIT e de um conceito de desempregado aceitável

Ingrid Liebeskind Sauthier (2009, p 5-12) define *desemprego* como uma construção jurídica e estatística sobre uma nova categoria social, traduzida pelas normas internacionais e pela reflexão do funcionamento da economia, que ocorreu simultaneamente à criação da OIT e durante o conturbado entre guerras (1918-1939). Ele foi o resultado de um compromisso entre o intervencionismo do Estado, os sindicatos e a grande empresa, que perseguia a racionalização do trabalho. O *Bureau Internationale du Travail* (BIT), secretariado permanente da OIT, teve papel central nesse processo, integrando uma dimensão social à reflexão econômica.

Continuando com os argumentos de Sauthier (2009, p 5-6), a primeira etapa na construção do conceito de *desemprego/desempregado* ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Foi realizada por reformadores sociais a partir de necessidades legais e de estatísticas das instituições de seguro de desemprego. A Grã-Bretanha foi o primeiro país a criar uma assistência ao desempregado obrigatória.

Brayn (2006, p 44-6), citando Galeson⁷¹, aponta que, para muitos autores, a “A OIT constitui uma resposta dos países da Europa Ocidental à ameaça de disseminação do bolchevismo”. Tratava-se de responder ao sentimento de que, se nada fosse feito pelos

---

⁷⁰ Muitos casos de mau uso da estatística, com consequências graves, foram exemplificados no livro: *Os números (não) mentem*, de Chales Seife (SEIFE, 2012). Comparações com períodos atípicos, exploração da sazonalidade, amostras viesadas (ex.: fazer uma pesquisa pela *Internet* sobre a adesão de compras *on-line*), conceitos ligeiramente diferentes, como procurar emprego na última semana ou nos últimos 30 dias, mudam os valores, tendências e conclusões.

⁷¹ GALENSON, W. *The international labour organization, an American view*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1981.

trabalhadores, “a ameaça comunista” poderia assumir grandes proporções. Assim, a representação de trabalhadores em uma organização internacional, parecia menos nociva ao capitalismo do que a política comunista. Ao mesmo tempo, Brayn (2006, p 44-6), agora citando Liang⁷², afirma que a generalização de normas do trabalho, propiciada pela OIT, evitou que as indústrias mudassem para países mais pobres em busca de vantagens competitivas (BRAYN, 2006, p 44-6). Nesses países, como a organização sindical e política dos trabalhadores era pouco expressiva, dificilmente normas de trabalho adequadas seriam seguidas se não fosse pela determinação da OIT.

O seguro social, que precedeu ao seguro desemprego, contornou a desconfiança que havia em relação ao desempregado, pois representou uma resposta reformadora que evitou o risco de abuso por maus pobres e preservou a sobrevivência do bom pobre, aquele que estaria temporariamente sem emprego.

O seguro social, por seu lado, permitirá conferir uma realidade a essa solidariedade sem cair no socialismo, resolvendo assim a equação política do século XIX. Como nota Ewald⁷³, ‘o seguro permite a cada um beneficiar-se das vantagens do todo, deixando-o livre para existir como indivíduo’. Ele parece reconciliar esses dois termos antagônicos que são a sociedade e liberdade individual (GAUTIE, 1998, p 77).

Segundo Sauthier (2009), no período entre guerras, o seguro desemprego (obrigatório ou facultativo) se generalizou, em grande parte devido às convenções e recomendações da OIT. A OIT defendeu que a luta contra o desemprego necessitava de definição internacional aceitável, possível de normatização estatística e jurídica. Ao mesmo tempo, não foi necessário esperar a *Teoria Geral* de Keynes (de 1936), pois a OIT propunha, também, a realização de investimentos públicos, objetivando manter os empregos e melhorar a economia internacional.

Conforme Sauthier (2009, p 6), o tripartismo da OIT (Estados, empregadores, trabalhadores) foi importante para tornar a instituição um espaço de negociação, dar legitimidade a suas recomendações, dar voz aos trabalhadores e avançar na luta contra o desemprego, drama do período entre guerras. Ela permitiu, ainda, certa reconciliação entre o social e o econômico, sobretudo nas sociedades industriais ocidentais.

---

⁷² LIANG, O. *Governing globalization: paradigms and International Labour Standards at the International Labour Organization, 1919-1998*. Geneva: ILO, 2006.

⁷³ EWALD François. *Histoire de l'État Providence*, Paris, Grasset 1986, p.177.

O conceito de desemprego continuou a se desenvolver depois da II Guerra Mundial, em um contexto de quase pleno emprego e de consolidação do emprego salarial “fordista”. Uma política de pleno emprego deveria ter o engajamento dos países, a fim de prevenir crises econômicas e elevar o bem estar da população. Assim, o que era defendido era o desenvolvimento de um sistema que integrasse o crescimento econômico, o quase pleno emprego e o desenvolvimento do direito do trabalho na estruturação de uma sociedade industrial (SAUTHIER, 2009, p 7-8).

Talvez possamos acrescentar a isso, a esperança na manutenção da paz e da segurança, após duas grandes, destrutivas e sangrentas guerras. Como sabido, essa paz foi somente alcançada de forma precária e parcial no período seguinte, a partir de um equilíbrio de poder destrutivo entre as duas grandes potências dominantes no período da Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética.

3.2 Visão da OIT e medindo o desemprego

Segundo Sauthier (2009), a quem seguiremos até o final deste item, a definição de desemprego moderno deveria permitir a mensuração e dar conta de uma “nebulosa reforma”, elaborada entre 1880 e 1910, com o crescimento de grandes cidades e de um assalariado desprotegido, sujeito ao desemprego em massa, sobretudo nas crises econômicas. Os reformadores sociais, que se empenharam nessa questão, procuravam identificar e classificar desempregados e definir as causas do desemprego. Durante esses 30 anos (1880 a 1910), o conceito evoluiu na medida em que a sociedade industrial ia mudando, contemplando aspectos estatísticos e semânticos.

Sauthier (2009, p 8) relatou que Charels Booth, reformador e estatístico inglês, na década de 1880, categorizou os sem-empregos em verdadeiros desempregados e em inaptos para o emprego, utilizando para essa categorização fontes, como enquetes de autoridades, recenseamentos e estatística. Isso mostra parte do legado classificador que a OIT recebeu no momento de sua fundação. Os estatísticos passaram a ter um grande papel na medição do desemprego, pois ao usarem números absolutos e de índices (taxas) de desempregos, forneceram nova linguagem que permitia aos reformadores “ler” a realidade, desenvolver políticas e influenciar a relação do Estado com o mercado.

O desenvolvimento das Ciências Sociais permitiu a análise do desemprego como fato social; essa perspectiva foi marcada por duas obras: *Desemprego - um problema da indústria*⁷⁴, de Beveridge, e *O desemprego e a profissão*⁷⁵, de Max Lazard. A partir desses autores, o desemprego deixou de ser tratado como um problema moral e individual e começou a ser visto como consequência da atividade industrial, da mobilidade espacial, da falta de qualificação e da mobilidade de empregos, aspectos passíveis de serem monitorados por índices. O desemprego passa, portanto, a ser um problema objetivo, captável pela estatística. A partir daí, seria possível a criação de nova forma de administração ou de gestão do “problema”, que beneficiava os trabalhadores regulares e os desempregados verdadeiros (involuntários). Isso foi concretizado mediante a introdução do seguro desemprego financiado por contribuições (SAUTHIER, 2009, p 8-9).

De acordo com Sauthier (2009), a OIT, herdeira dos reformadores sociais, tinha como tarefa inicial construir normas sociais no campo do trabalho para o conjunto de seus países membros, os quais apresentavam diferentes graus de industrialização, dentre esses, alguns tinham seguros; outros, não. Contudo, em 1919, quando foi realizada a primeira Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, a discussão foi centrada na discussão sobre as formas de prevenir o desemprego e remediar suas consequências, sendo que a Convenção n. 2 estabeleceu que cada país membro deveria informar regularmente, à OIT, as estatísticas sobre o desemprego.

Em 1920, foi composta uma Comissão Técnica sobre o Desemprego, cujo objetivo era melhorar as estatísticas e, se possível, normalizar seus critérios de apuração. Após consultar governos e especialistas, incluindo William Henry Beveridge, Max Lazard e Lucien March, a Comissão apresentou três propostas:

- 1ª) a definição de desemprego involuntário: o desemprego involuntário é situação em que um trabalhador, capaz e disposto a ser contratado, está desempregado devido ao estado do mercado de trabalho;

---

⁷⁴ BEVERIDGE, W. *Unemployment: a problem of industry*. London, 1930.

⁷⁵ LAZARD, M. *Le chômage et la profession*. 1909.

- 2ª) uma classificação de indústrias e profissões baseada no modelo francês, mas sujeito aos governos dos países membros e passível de ser adaptado⁷⁶;
- 3ª) propostas de modelos e quadros estatísticos a serem preenchidos periodicamente por diferentes países, reunindo estatísticas fornecidas por sindicatos, centros de emprego e sistemas de seguro-desemprego.

Os critérios propostos foram:

- a) contagem regular para refletir mudanças no desemprego e acompanhar flutuações;
- b) diferenciação entre os ramos (listas distintas por indústria ou profissão e, se possível, por sexo e grupos etários);
- c) obtenção de magnitudes absolutas e relativas, tanto para a população ativa total, de empregos e de desempregos.

Sauthier (2009) observou que, embora essas exigências possam parecer simples, levaram anos para começarem a ser implantadas. Isso se deu porque a categoria *desemprego* era nova, vivia num contexto de rápidas mudanças, havia diferentes definições e métodos estatísticos adotados por diferentes nações, situação que era ainda agravada pela qualidade e imprecisão dos dados. Inicialmente foi tomada uma decisão pragmática: aceitar as estatísticas fornecidas pelos países, mesmo sabendo que elas não estavam construídas a partir de um mesmo conceito de desemprego e mesmo sem que tivessem sido construídas a partir de iguais critérios de apuração.

Em 1925, antes da Crise de 1929, portanto, ocorreu a Segunda Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, cujo objetivo era melhorar as estatísticas nacionais e as medições. Tal como na Primeira Conferência, sua resolução poderia ou não ser ratificada por seus membros, ela serviu antes como referência, como guia para governos e seus estatísticos.

---

⁷⁶ A classificação de indústria pode diferir da classificação sobre ocupações; também pode variar internamente em um país (diversos órgãos de pesquisa utilizam classificações próprias, leis que se basearam em classificações de sua época) e, sobretudo, entre países diferentes, o que dificulta as comparações. Classificações podem ter efeitos em tributação, proteção contra doenças e acidentes do trabalho, tempo de aposentadoria, idade mínima e máxima para exercício de certas profissões, condições de saúde etc. Houve um esforço de padronização por parte da OIT desde sua fundação, mas tentando respeitar a diversidade entre os países membros. Mais detalhes podem ser vistos em diversas páginas do site da OIT, como o <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/intro2.htm> (OIT, 2014).

A resolução considerou que cada país deveria mencionar as alterações ocorridas no funcionamento do seguro desemprego, medir seus efeitos utilizando estatísticas e garantir a comparabilidade no tempo (implica alterações metodológicas cuidadosas, ou no recálculo de valores passados com as novas metodologias, se possível). Nela ficou evidente a relação existente entre a estatística e a legislação, bem como as dificuldades de comparar números obtidos por diversos institutos, em diferentes épocas, que utilizam (utilizavam) diferentes critérios e objetivos.

A Resolução de 1925 definiu o desemprego excluindo os trabalhadores que não estavam trabalhando por motivo de doença, invalidez ou por terem sido demitidos por participação em disputas sindicais (considerados “voluntários”). Por outro lado, para o trabalhador ser considerado *empregado*, era suficiente ter trabalhado uma vez no mês. A Resolução considerou, portanto, que o desemprego a ser medido seria aquele decorrente da falta de emprego (geral ou específico da profissão), involuntário. Sauthier (2009, p 9-10) observou que, na época, as estatísticas não representavam a totalidade dos desempregados, pois incluíam somente os trabalhadores registrados. Os números serviam mais para mostrar se o desemprego havia aumentado ou diminuído do que para estabelecer o peso exato do fenômeno.

3.3 Visão da OIT após a crise de 1929

Após a experiência da crise iniciada em 1929 nos EUA, conforme Sauthier (2009, p 10), a compreensão e a prioridade sobre o desemprego mudaram profundamente. Os estudiosos do tema passaram a tratar o desemprego dentro de um quadro mais amplo, contemplando também políticas de emprego com o intuito de atingir o pleno emprego. Para isso, houve esforço no sentido de entender as causas do desemprego e os meios para remediá-lo, bem como uma necessidade de desenvolver métodos para adaptar a mão de obra disponível para oportunidades de emprego. As estatísticas passaram, então, também a ter como intenção servir para antecipar e refletir as mudanças no mercado de trabalho.

Em 1947, segue Sauthier, ocorreu a VI Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, em Montreal. A Resolução V, relativa às estatísticas de trabalho, emprego e desemprego indicou que o número total de desempregados deveria incluir todos trabalhadores

capazes que estivessem desempregados e à procura de trabalho por um período não superior a uma semana.

Hoffmann e Brandão (1996, p 6) destacam que, embora a VI Conferência (1947) tenha continuado em sua trajetória de construção de parâmetros internacionais para as estatísticas de emprego (iniciada em 1925), sua ênfase deslocou-se do desemprego, enquanto problema social, para o emprego como objetivo do planejamento econômico. Nela foi introduzida a noção de força de trabalho centrada na atividade produtiva, o que influenciou as recomendações posteriores.

Em 1954, na VIII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, a OIT adotou as definições de *trabalho*, *emprego* e *desemprego* nos Estados Unidos. A definição de *desemprego* adotada na Conferência 1947 foi ampliada: agora o desempregado necessitava ter uma idade mínima, que fosse capaz de trabalhar, que estivesse à procura de um trabalho remunerado e que estivesse disponível para trabalhar imediatamente. Segundo Sauthier (2009, p 10), o emprego por ele procurado poderia ser o primeiro, situação que envolvia ex-empregadores. Hoffmann e Brandão (1996, p 6) observam que existia uma precedência do emprego na classificação da força de trabalho como empregados, de modo que uma pessoa empregada em tempo parcial, mesmo à procura de outro emprego em tempo integral, seria considerada empregada.

Na 11ª Conferência, em 1966, houve intensa discussão a respeito da subutilização de mão de obra. Segundo Hoffmann e Brandão (1996, p 6), apesar de a discussão ter sido inconclusa, foram definidas variáveis associadas ao conceito de *subemprego*: jornada de trabalho, renda, qualificação e produtividade.

3.4 O conceito de desemprego na década de 1980

Na 13ª Conferência, realizada em 1982, consolidou-se os conceitos básicos de 1954, mas foi agregada a recomendação, estabelecida em 1966, relativa ao subemprego. Ela pretendeu contemplar as mudanças ocorridas no cenário internacional desde 1954, com destaque para a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, os avanços metodológicos e técnicos na área de pesquisas e a crescente interdependência entre os países. Conforme Segundo Hoffmann e Brandão (1996, p 6-7), nessa conferência foram definidos: a) a população usualmente ativa e a correntemente ativa (ou força de trabalho), a partir do tempo

de procura de emprego; b) o subemprego, quando o emprego de uma pessoa é inadequado em relação a sua qualificação (em termos de treinamento ou experiência de trabalho); c) na categoria “empregados” passou a contemplar, também, os familiares sem remuneração, independente do número de horas trabalhadas, os estagiários e os aprendizes, desde que recebessem remuneração.

Sauthier (2009) comenta sobre duas definições de *desemprego* que foram propostas: a) a primeira é uma definição padrão, *standard*, na qual seriam consideradas “desempregadas” todas as pessoas acima de determinada idade que durante o período de referência permaneceram sem trabalho, disponíveis para trabalhar e à procura de emprego; b) a segunda era mais ampla, com base no critério de disponibilidade e incluía o desemprego de longa duração. Essa definição era aplicável a países com um mercado de trabalho desorganizado.

Conforme os critérios estabelecidos, cada país poderia escolher uma definição de desemprego, de acordo com suas condições nacionais, sem obrigatoriedade de adotar ambas as definições, que apresentavam em comum uma visão do desemprego como parte da mão de obra não utilizada. A OIT reconheceu que as controvérsias surgidas durante a Conferência deviam-se à contraposição entre a complexidade do real e a necessidade de critérios precisos para as medidas dos fenômenos. Também considerou que a formalização do desemprego era mais “adequada” aos países industrializados.

Segundo Hoffmann e Brandão (1996, p 13), era reconhecido que, nas economias mais avançadas, havia: predominância do trabalho assalariado com jornada completa, regido por contratos com duração indeterminada, com cláusulas definidas em negociações coletivas; existência de seguros-desempregos; garantia de que a classificação da população em idade ativa (empregados, desempregados e inativos) fosse uma descrição bastante próxima da realidade vigente. Também era considerado que em mercados de trabalho organizados, com oferta adequada de postos e ampla disponibilidade de informações, não seria necessário longo tempo para que pessoas demitidas conseguissem outro trabalho. Já em países com mercado de trabalho desorganizado, era entendido que as pessoas demitidas poderiam demorar a encontrar novo emprego e que a inexistência de proteção (seguro-desemprego) poderia levar os desempregados a fazerem “bicos”, a desenvolverem atividades esporádicas ou ficarem numa situação de subemprego mascarado.

A diversidade de conceitos, de métodos e práticas foi observada por Hoffmann e Brandão (1996). Ao analisarem 18 países (Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Irlanda, Itália, Japão, México, Paraguai, Peru,

Portugal, Reino Unido e Suécia), observaram que predominavam levantamentos com cobertura nacional, exceto no caso de México, Paraguai e Peru⁷⁷, que captavam informações em suas principais áreas metropolitanas. Na Suécia, para 99% do universo pesquisado, a entrevista era feita através de telefone, procedimento adotado, de forma complementar também no Canadá, Alemanha e Estados Unidos. No Japão, os questionários foram enviados pelo correio e preenchidos pelo próprio informante. Para determinar a População Economicamente Ativa (PEA), a maioria dos países adotou os critérios sugeridos pela OIT, a idade de 15 anos para inclusão na PEA. Porém, quatro países (Espanha, EUA, Reino Unido e Suécia) adotaram 16 anos. A Índia adotou a idade de cinco anos, menor limite dentre todos os países divulgados pela OIT.

No que diz respeito ao período de referência da pesquisa, continuam os autores, todos adotaram uma semana, que pode ser a anterior à entrevista ou uma específica do mês (ex.: última semana do mês) exceto a Irlanda, que trabalha com a noção de condição usual do respondente. Quanto ao período de procura de trabalho, a maioria dos países optou por quatro semanas ou o mês anterior à entrevista. Chile e México, optaram pelo critério de dois meses que antecederam a coleta das informações; a Costa Rica preferiu o critério de as cinco semanas anteriores. Índia, Japão, Paraguai, Peru e Reino Unido adotam períodos idênticos: a semana anterior, tanto para referência da pesquisa como para a procura por trabalho.

Conforme Hoffmann e Brandão (1996, p. 16-20), na maioria dos países analisados, são considerados “trabalhadores familiares sem remuneração” aqueles que trabalharem 1 hora ou mais na semana, mas no Chile, nos Estados Unidos e no Peru, espera-se uma jornada mínima de 15 horas semanais como condição para a inclusão entre os empregados. No Paraguai espera-se um terço da jornada normal; no Reino Unido, esse segmento é classificado como inativo, pois se exige o recebimento de remuneração para classificá-lo como “empregado”.

Hoffmann e Brandão (1996) explicam que o critério de procura de emprego adotado pode impedir descrição das condições de empregos em determinados países. Isso levou à flexibilização do critério nos países onde os meios convencionais de procura de emprego fossem insuficientes, o mercado de trabalho desorganizado, limitado em tamanho e na absorção de mão de obra, ou, ainda, onde houvesse o predomínio de autônomos. A adoção de um curto período de procura, pode levar a que não sejam considerados como

---

⁷⁷ Considerando-os como representantes dos países mais pobres, para esta dissertação, sugere-se que o custo de pesquisa representam esforços significativos, mesmo para os governos desses países.

“desempregados” aqueles que se desencorajaram (o chamado “desemprego oculto”, provocado por desalento). A dicotomia emprego/desemprego é mais visível em economias desenvolvidas e não captam o papel da economia informal ou semiformal dos países não ricos.

Ainda durante a década de 1980, houve visível diminuição de Resoluções e Convenções realizadas pela OIT, o que, para Hoffmann e Brandão (1996, p 13), não significou superação das ambiguidades dos conceitos, das estatísticas e muito menos da superação do problema do desemprego, que somente se agravou. As autoras chamam a atenção para o fato de que essa diminuição ocorreu no período em que o desemprego dobrou nos países desenvolvidos e “explodiu” nos países em desenvolvimento e endividados. Também as formas precárias de trabalho aumentaram nos países em desenvolvimento.

As recomendações da 13ª Conferência indicam a manutenção da dificuldade de construir um conceito internacional e também a constante preocupação classificatória, cujo objetivo é “separar os bons dos maus desempregados”, temendo que os pobres possam se passar como desempregados involuntários, oportunisticamente. Como observou Sauthier (2009, p 11), o conceito de *desemprego* é uma construção histórica e social própria das sociedades ocidentais. A proliferação de conceitos, a incapacidade de mostrar a realidade total do que se propõe medir, a postura conciliadora e reformista, mas também a de manter compromissos entre o social e o econômico, entre as realidades distintas de seus membros, mostram alguns dos desafios e contradições da instituição OIT.

3.5 A década de 1990 e o dimensionamento do crescente setor informal

Segundo Brayn (2006), os anos 1990 foram críticos para o OIT. Frente à desregulamentação do mercado de trabalho e ao aumento da insegurança do trabalhador, provocados por políticas neoliberais implantadas em um cenário globalizado, o papel da OIT passou a ser questionado e sua estrutura foi alterada. A autora destaca o entendimento da OIT sobre a nova realidade do mercado de trabalho, baseada na 87ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em 1999, nestes termos:

Na visão da OIT, a orientação predominante no mundo atual, em termos de política econômica, é a liberdade dos mercados – neoliberalismo - que se dá pela combinação de privatizações, liberdade de mercado, de capitais, de

trabalho e estabilização financeira. A política macroeconômica, sobretudo dos países que mais sofreram as crises financeiras na década de 1980, é orientada para a estabilidade das moedas e queda da inflação, para garantir a emergência de uma economia global.

Especificamente em relação ao mercado de trabalho, a flexibilidade tornou-se uma palavra-chave, como forma de responder rapidamente aos ajustes na demanda. Abriram-se caminhos para introdução de novas tecnologias e novos métodos de gestão empresarial. As empresas, pressionadas pelo aumento da competição, passaram a orientar suas estratégias para a diminuição de custos, sobretudo aqueles relacionados à mão de obra, o que normalmente leva à diminuição do emprego e da renda (BRAYN, 2006, p 3).

A flexibilização significou o aumento de empregos precários, sobretudo nas empresas satélites das grandes empresas, sujeitas à intensa concorrência, sem condições de negociar preços e margem de lucros, situação que aumentou o contingente de pequenas empresas dependentes e com seus funcionários sub-remunerados. A quantidade de trabalhadores “precarizados” ou com rendimentos abaixo da linha da pobreza são múltiplos dos desempregados, tornando a medida do desemprego apenas “a ponta do *Iceberg*” do mundo do trabalho. A globalização e a flexibilização do trabalho trouxeram desvantagens para a imensa população assalariada, tanto em termos de rendimentos como nos de segurança e de direitos trabalhistas. Brayn (2006, p 38), ao se referir ao relatório da OIT, *World Employment Report 2004-2005*, destaca que, em 2004, 1,39 bilhões de trabalhadores (sete vezes o número de desempregados) estavam em situação miserável, com renda familiar *per capita* de US\$ 2 ao dia.

Para Hoffmann e Brandão (1996), a quem seguiremos os próximos parágrafos, com o aumento do desemprego e da informalização, sobretudo nos países menos desenvolvidos e com menor proteção aos desempregados, a noção de *setor informal* começou a ser objeto de muitos estudos e interpretações. Segundo as autoras, foi e é importante buscar medidas alternativas para o problema do emprego em estruturas produtivas heterogêneas, com grande disponibilidade de mão de obra e nas quais o desemprego aberto⁷⁸ é um indicador imperfeito do grau de utilização da força de trabalho.

Na 15ª Conferência dos Estatísticos do Trabalho, em 1993, houve a preocupação em buscar homogeneização dos procedimentos das variadas tentativas de dimensionar o setor informal, a fim de permitir a comparabilidade entre países e avaliação da importância do

---

⁷⁸ *Desemprego aberto* diz respeito às pessoas que procuraram trabalho em determinado período (como 30 dias anteriores à pesquisa) e nem exerceram atividade nos dias anteriores (7 dias, no caso da PED-SEADE). *Desemprego oculto* se refere às pessoas que fizeram alguma atividade nos 7 dias anteriores à pesquisa ou não procuram mais emprego por desalento; neste caso, as pesquisas tradicionais os colocam fora da PEA.

segmento na geração de emprego e de renda. Também houve a preocupação de evitar associação entre setor informal e ilegalidade, presente em vários estudos sobre o tema.

De acordo com Hoffmann e Brandão (1996, p10-1), o setor informal foi definido como o conjunto de unidades dedicadas à produção de bens ou à prestação de serviços, com a finalidade de gerar emprego e renda para os trabalhadores dessas atividades. Essas unidades seriam tipicamente de pequena escala, com organização rudimentar e com pouca separação entre o trabalho e o capital como fatores de produção. A contratação de empregado baseia-se, em geral, em relações familiares e/ou pessoais e informais. Foram classificadas como *empresas informais* as empresas sem registros e sem formalização de empregados, bem como os trabalhadores por conta própria, que podiam empregar familiares e empregados ocasionalmente. Nessa oportunidade, foi recomendada a realização de pesquisas domiciliares, de estabelecimentos, ou mistos, para tentar captar essa realidade. Essa definição contrastou com conceitos tradicionais, como o *tributário*, que considera *informais* as empresas que não estão cadastradas e inscritas e, por isso, não prestam contas por meio de escrituração padronizada. Em razão disso, essas empresas consideradas como sonegadas de impostos. Assim, a Conferência inovou ao admitir que o objetivo da atividade informal é a de gerar renda e emprego para seus donos e familiares, não o de burlar leis ou regulamentos.

Segundo Hoffmann e Brandão (1996, p13), em relação à jornada convencional de trabalho, a Conferência considerou que esta deveria ser definida a partir das legislações nacionais, que variam de um país para outro e relativizou a construção de indicadores internacionalmente comparáveis. Por sua vez, o desemprego e a inatividade foram considerados como a negação do trabalho, não constituindo categorias com definição autônoma. Mantida a precedência dada ao emprego, emprego e desemprego tornam-se mutuamente excludentes, simplificando o fenômeno pela conveniência operacional. Assim, continuaram a não ser considerados como *desemprego* os casos, por exemplo, de pessoas que trabalhavam muito menos do que desejavam e que buscavam ocupação em período integral.

As autoras observam, ainda, que a utilização do critério de horas trabalhadas (na semana de referência) para medir o subemprego continuou a conciliar os conceitos de *emprego* e de *desemprego*, não rompendo com a precedência do emprego (se a pessoa trabalhou uma hora na semana, era considerada *empregada*). Segundo as autoras, esse é um critério aplicável basicamente aos empregados do setor industrial, é pouco adequado para medir o subemprego de categorias não assalariadas que, em princípio, deveriam ser o objeto principal da medição e análise do subemprego. A ênfase no trabalho como insumo da

produção e como fonte de geração de renda pode limitar a capacidade descritiva de mercados de trabalho heterogêneos, precarizados e desarticulados.

Anita Kon (2011, p 14) relatou que a 16ª Conferência Internacional de Estatística do Trabalho, ocorrida em 1998, considerou como *peças subocupadas* aquelas que trabalhavam menos de uma determinada jornada na semana de referência, desejavam trabalhar mais e estavam disponíveis para tal. Os ocupados foram classificados em: empregados, por conta própria, empregador e trabalhador não remunerado. Na categoria de *empregados*, incluiu-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório, o clérigo, o aprendiz e o estagiário (que recebe somente o aprendizado ou treinamento como pagamento). As pessoas ocupadas na semana de referência, mas em período inferior a uma jornada, que estavam disponíveis para assumir um emprego nessa semana e procuraram trabalho nos últimos 30 dias, não foram consideradas *empregadas*, apesar de exercerem algum trabalho.

A categoria *subemprego* foi criada como intermediária entre o emprego e o desemprego, herdando os problemas de comparação estatística internacional das categorias originais, pois continuaram a depender da legislação específica de cada país. Embora tenha sido adotado um critério com pouca ambiguidade estatística (número de horas), não foram resolvidas todas as questões, dentre as quais, a de quem procura outro emprego para complementar uma carga de trabalho parcial ou a de quem trabalha abaixo de sua formação ou capacidade, mesmo em jornada integral.

A questão do subemprego ganhou maior relevância nas épocas de aumento de desemprego e de desalento, como as décadas de 1980 e 1990. Muitos profissionais, que perderam seus empregos e não conseguiram recolocar-se, foram levados a “emprender”, independentemente da viabilidade de suas pequenas empresas e de seu preparo administrativo. Outros foram incentivados por seus antigos empregadores a se transformarem em prestadores de serviços, autônomos ou “terceirizados”, podendo ser requisitados em períodos de grandes atividades, mas desconsiderados em outros de menor demanda. Isso aumentou a flexibilidade da mão de obra, aproximando o mercado de trabalho do ideal neoliberal divulgado como solução econômica do final do século XX. A situação vivida por incontáveis trabalhadores não é facilmente captada pelas estatísticas do trabalho. Assim, o subemprego, enquanto realidade intermediária entre o emprego e o desemprego, pode levar ao questionamento dos tratamentos puramente quantitativos da questão.

3.6 O desemprego na proteção social dos países

A visão sobre o que é o trabalhador começou a ser construída desde a Revolução Industrial, atravessou o tempo e as instituições, sobretudo a proteção social (peça chave para dignificar a condição de trabalhador assalariado) e terminou por construir os conceitos e valores dos indivíduos e membros da sociedade salarial. A caridade privada organizada, que temia o abuso de “maus pobres assistidos”, criou regras e critérios morais. Diversos institutos modernos aplicam suas regras em versões modernizadas, burocráticas e com ajuda de novas técnicas, como a perícia médica, a assistência social e a terapia psicológica.

A desconfiança com relação aos desempregados, a preocupação em classificá-los e exigir contrapartidas continuam presentes ainda hoje nos sistemas de proteção social de vários países. A classificação do “bom assistido” exige a aceitação e o empenho em aceitar as regras das “fábricas”, sendo momentaneamente impossível aplicá-la quando a desocupação tem origem em doença, em acidente ou decorre de conjuntura econômica setorial desfavorável. Mas a exigência de um período de carência (tempo de trabalho anterior ao evento) comprova ou indica que o assistido é um “bom trabalhador”. As perícias médicas periódicas, no caso de doença, evitam simulações. A submissão a reabilitações como fisioterapia ou terapias médicas e psicológicas também colaboram para que o assistido seja considerado merecedor da solidariedade institucionalizada. Além disso, o fato de ele ter mantido a condição de segurado é prova de que não é um desempregado de longa duração ou contumaz. O tempo de serviço elevado indica que contribuiu, tal como os demais trabalhadores e membros da sociedade, durante a maior parte de sua vida, merecendo ser tratado de forma distinta daqueles que abandonam o trabalho.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), em seu livro *A Previdência ao redor do mundo* (1997), programas de proteção contra o desemprego existem em muitos países, principalmente nos industrializados. Muitos deles são obrigatórios e têm grande cobertura. Esses programas concedem benefícios mediante condições, tais como corte de renda, demissão sem justa causa (mau comportamento) e inserção em ramos de atividades protegidos (industrial, comercial, serviços, construção, marinheiros, cais) pelo sindicato ou pela instituição de governo. Desse modo, os trabalhadores de alguns ramos podem não estar amparados, como o trabalhador rural. Alguns programas são de adesão voluntária, geralmente aqueles administrados por

sindicatos do ramo industrial, ou de adesão obrigatória, geralmente aqueles geridos por governos ou mesmo por outros sindicatos que não os inseridos na indústria (ANFIP, 1997, p 48).

Para que tenha direito ao benefício por desemprego, o trabalhador, além de cumprir os requisitos anteriormente descritos, precisa, nos sistemas financiados basicamente por contribuições (Espanha, França, Portugal, dentre outros países), ter efetuado um mínimo de contribuições, estar apto e disponível para aceitar um trabalho imediato. A recusa de uma oferta de trabalho adequado (condizente com sua qualificação), sem bons motivos, pode interromper o benefício temporariamente ou definitivamente. Por isso, o recebimento do seguro-desemprego exige quase sempre que o trabalhador se apresente a uma agência de emprego. A isso, pode ser somado o cumprimento de um programa de treinamento e remanejamento, principalmente em áreas consideradas em declínio econômico ou afetadas por mudanças tecnológicas. O tempo de concessão do benefício depende, em geral, do tempo de contribuição anterior, sujeito a um limite, que varia entre 8 e 36 semanas, a depender do país (ANFIP, 1997, p 48-51).

Entre os países, o entendimento do que seja um emprego apropriado varia muito, mas em geral é considerado o valor da remuneração do emprego ofertado em relação ao rendimento anterior do trabalhador, bem como a distância entre o local de trabalho e sua casa, a relação entre o emprego e a sua profissão e se o emprego envolve atividade perigosa ou prejudicial à saúde. Isso permite que o trabalhador desempregado aguarde um emprego mais compatível com suas aptidões e situação, embora não por tempo indeterminado.

Alguns países amparam não segurados ou que não tenham exercido ainda uma profissão, como é o caso de recém-egressos da escola secundária, principalmente os oriundos do ensino técnico. Essa modalidade surgiu em períodos de recessão, mas não é regra entre países (ANFIP, 1997, p 48). A concessão de um seguro desemprego é regida pela exigência de trabalho prévio, como se isso comprovasse qualidade e disposição do desempregado para trabalhar.

Na busca por maior eficiência e controle na concessão do seguro desemprego, as agências de emprego estão vinculadas aos órgãos previdenciários em alguns países. Além disso, desenvolvem ações para promover a mobilidade profissional e geográfica, subsidiam treinamento e remanejamento dos trabalhadores das indústrias em declínio ou em reestruturação, incentivam as indústrias a se instalarem em locais com maior desemprego,

dentre outras iniciativas. Em muitos países, é exigido ainda que os empregadores paguem indenizações aos trabalhadores demitidos.

A partir dessa breve descrição sobre o seguro desemprego, pode-se afirmar que a proteção à situação de desemprego atual é coerente com as ideias e preocupações da caridade privada do final do século XIX e início do século XX, analisadas por Castel (2012, p 95-143). É isso que se depreende do fato de a concessão ser feita somente àqueles que são classificados como bons trabalhadores, isto é, como desempregados involuntários, distinguidos dos intermitentes, fracos demais, indisciplinados, classificados como maus, espertos ou aproveitadores.

Houve, entretanto, avanços, principalmente propiciados pela influência das Resoluções da OIT. Exemplo disso é a introdução da ideia de emprego adequado e a necessidade de os países executarem ações contra o desemprego, subsidiarem a formação do trabalhador e incentivarem a instalação de empresas em regiões de maior desemprego.

3.7 Definição de desemprego do IBGE, do DIEESE e do SEADE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realiza uma Pesquisa mensal de emprego (PME), nas principais regiões metropolitanas brasileiras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A PME iniciou-se em 1980 e em 2001 passou por ampla revisão metodológica, adequando-se às recomendações da OIT.

Conforme o manual metodológico do PME, *Indicadores IBGE* (IBGE, 2002, p 7-8), os principais conceitos trabalhados pelo IBGE são:

População economicamente ativa (PEA) - o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, as *Pessoas ocupadas* e as *Pessoas desocupadas*;

Pessoas ocupadas - aquelas que, na semana anterior à consulta, trabalharam pelo menos uma hora, ou tinham trabalho (estavam em férias ou em licença saúde). Podem ter exercido trabalho com ou sem remuneração. São subclassificadas como *Empregadas, Empregadores, Por conta própria, Não remuneradas*.

Pessoas desocupadas - aquelas que não tinham trabalho, num período de 30 dias anteriores à consulta, mas estavam dispostas a trabalhar, e, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.).

Pessoas não economicamente ativas - aquelas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

População em Idade Ativa (PIA) - compreende as pessoas economicamente ativas e as pessoas não economicamente ativas.

Embora não conste do manual, o conceito de *Marginalmente ligados à PEA* é relevante e representa parte de outro conceito, o desemprego oculto, que será explicado com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁷⁹ e da Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)⁸⁰. As pessoas incluídas nessa categoria já fizeram parte da PEA e estariam disponíveis para trabalhar, mas não foram contabilizadas como *Desocupados* (desempregados) porque não procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Na definição de *Pessoa ocupada*, novamente observamos a prevalência do emprego, pois o fato de ter trabalhado apenas uma hora durante a semana pesquisada incluiu o pesquisado como empregado. Além disso, a complexidade do mercado de trabalho brasileiro é simplificada em categorias excludentes – ocupados e não ocupados –, não dando conta do fenômeno do subemprego, por exemplo. Segundo Anita Kon (2012, p 12-3), a definição oficial brasileira de *ocupados* permite a inclusão de pessoas em situações de emprego não adequadas e em subemprego.

Observamos, ainda, que a inclusão na PIA ocorre a partir da idade de 10 anos, abaixo do limite legal brasileiro de 18 anos; de 16 anos quando cumpridas condições de segurança e sem prejuízo da formação e desenvolvimento do trabalhador; de 14 anos como aprendiz, conforme o Decreto 6.481, de 12/06/08 (BRASIL, 2008). Isso sugere que as transformações

---

⁷⁹ O DIEESE foi criado pelo movimento sindical brasileiro, em 1955, e desenvolve pesquisas que fundamentam reivindicações dos trabalhadores. Mantém permanentemente: o Índice do Custo de Vida (ICV) no Município de São Paulo e o preço da Cesta Básica Nacional, em 16 capitais; a PED, realizada em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal; entre outros. Mais informações no endereço: <http://www.dieese.org.br/>

⁸⁰ A Fundação SEADE teve origem na Repartição da Estatística e Arquivo do Estado, criado no final do século XIX, em março de 1892. Atualmente é vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, é referência na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas, sobre a realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios. Mais informações em: <http://www.seade.gov.br/>

econômicas e culturais são mais lentas do que a legislação trabalhista, obrigando os institutos a investigarem as condições de trabalho que de fato ocorrem. Além do IBGE, que inclui na PIA trabalhadores com 10 anos de idade, chama atenção a Índia, que considera a idade de 5 anos como a ideal para integrar a PIA.

Enquanto a PME do IBGE estima o desemprego aberto, referente aos que procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa, a PED, realizada pelo DIEESE e pela Fundação São Paulo, procura captar também o desemprego oculto.

A PED teve início em 1984, quando era apenas uma pesquisa realizada no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo. Decorreu da necessidade de ser construída uma resposta à crise de credibilidade que havia em relação aos índices oficiais de desemprego quando se agravou profundamente a situação do mercado de trabalho de São Paulo, estado brasileiro mais industrializado e atingido pela crise econômica do início dos anos 1980.

Desde 1987, a PED passou a ser realizada em mais cinco regiões metropolitanas (Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza) e no Distrito Federal. A partir da demanda de algumas prefeituras e Regiões Metropolitanas, são também levantadas as taxas de desemprego de regiões específicas, como o ABC paulista, ou estudos pontuais em municípios de médio porte (DIEESE,[s.d.]). A PED baseia-se nas recomendações da OIT e no Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC).

A **Tabela 2** resume as principais definições metodológicas do DIEESE, segundo informações que constam do portal de *Internet* do DIEESE⁸¹.

Para o DIEESE, é de suma importância demarcar as diferenças existentes entre desemprego de longa duração e desemprego oculto, de modo à reproblematicar questões não captadas pelas taxas de desemprego comumente utilizadas pelos países. Dentre essas questões, destacam-se a expressiva quantidade de trabalhadores sem registro formal, a alta rotatividade, os baixos e instáveis salários e a instabilidade da jornada de trabalho. Estudos sobre a condição de emprego da mulher, da mãe, do jovem, da população negra, dos empregos domésticos, da baixa escolaridade, a distribuição de renda, são outras preocupações da DIEESE.

---

⁸¹ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>). Acesso em: 20 nov. 2014.

Tabela 2 - Conceitos utilizados pela PED

Desempregados	São indivíduos que se encontram na situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Esses desempregados podem ser separados em: aberto, oculto por trabalho precário e por desalento.
Desemprego aberto	Pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista e que não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias anteriores à pesquisa.
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Pessoas que realizam trabalhos precários, como um trabalho remunerado ocasional, um trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes, procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou procuraram trabalho sem êxito até 12 meses anteriores à pesquisa.
Desemprego oculto pelo desalento	Pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa..
Ocupados	São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista: possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; nesse período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de outro trabalho.
Inativos (dez anos ou mais)	Parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada. Incluem pessoas sem procura de trabalho mesmo que tenham realizado algum trabalho de forma excepcional nos últimos 30 dias.
Procura de trabalho	Corresponde à busca de trabalho remunerado. A procura de trabalho inclui a busca por trabalho assalariado, a tomada de providências para abrir um negócio ou empresa. A procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.
Situação de trabalho	A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

Fonte: DIEESE

A entidade ressalta que, em relação a emprego e desemprego, é necessário se considerar as particularidades históricas de cada país, a dinâmica de seu mercado de trabalho, bem como o grau de industrialização. Defende, assim, que pode haver desemprego mesmo quando o trabalhador estiver exercendo trabalho ocasional e estiver procurando emprego e o período de referência para procura de emprego deve ser superior a uma semana, para captar parte dos trabalhadores desalentados (DIEESE,[s.d.]).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar da sociedade contemporânea sobre o desemprego teve um longo processo de construção, com vários embates e consequências. Longe de ser um fenômeno claro, determinado, neutro, que as estatísticas poderiam definir e medir, seu conceito variou em função do pensamento econômico hegemônico do momento. Este pensamento dominante, ao representar interesses, afetou a distribuição da riqueza, a acumulação e a rentabilidade do capital, e também as ações para amenizar o desconforto dos sem emprego ou para reprimir o desempregado.

O debate sobre o desemprego centrou-se, num primeiro momento, na discussão sobre o pauperismo inglês, que expressava a contradição entre a pobreza do povo e a riqueza do país. Marx (1996b, p 7-20), no Capítulo XIII de *O Capital*, também sintetizado no terceiro item do primeiro capítulo desta dissertação, mostra que, na Inglaterra, país pioneiro na Revolução Industrial e mais avançado economicamente, era onde havia o maior número de miseráveis. Marx descreve como, no país das máquinas, a grande indústria venceu o modo de produzir artesanal, domiciliar e de pequena escala. As máquinas automáticas substituíram a habilidade do artesão e do trabalhador especializado, reduzindo-os a uma força de trabalho substituível e desqualificada. Ao invés de libertar o homem de trabalhos pesados, arriscados e degradantes; o uso capitalista das máquinas tornou a grande indústria livre das habilidades e das ferramentas dos especialistas, tornando possível o uso de contingente de trabalhadores disponíveis menos hábeis, porém rapidamente treináveis para operar as máquinas. Nesse processo, criou um segmento de trabalhadores redundantes, isto é, desempregados. Nos momentos de baixa demanda ou quando não tinham mais saúde, este contingente de pessoas descartadas, foram descritos por Castel (2012), como as pessoas “deixadas à margem”, rejeitadas pelo novo modo de produzir e também sem mais o acesso às terras comunais e às pequenas propriedades.

Castel, Gautié e Topalov, comentados no Capítulo 2, explicam que a indústria precisava de trabalhadores continuamente disponíveis e disciplinados. A necessidade disciplinamento de trabalhadores intermitentes levou à criação de uma nova relação jurídica, a do contrato e da justiça do trabalho. Assim as questões do trabalho deixaram de se resolver pela justiça civil, onde eram vistas como uma relação de compra e venda, transformando-se em relações trabalhistas, com obrigações, normas e disciplinas. A intermediação de agências de empregos, esforçando-se por centralizar a demanda de trabalhadores e para selecionar

somente os bons e assíduos empregados, tinha como intenção definir quem era o trabalhador e transformar os intermitentes em desempregados. O desemprego nasceu da necessidade da nova relação industrial e salarial, concluem os autores.

A crise de 1929 implicou o reconhecimento do desemprego involuntário, dada sua escala, o impacto sobre a maior economia do planeta e a propagação internacional. Governos foram chamados a atuar, reconhecendo a existência do desemprego involuntário como decorrente de falta de demanda. Os Estados Unidos terminaram por aplicar políticas que poderíamos chamar de “keynesianas”, se não tivessem sido implantadas antes da publicação da Teoria Geral (1936). A partir da Teoria Geral de Keynes, comentada no item 2 do Capítulo 1, houve uma mudança de olhar em relação aos desempregados. Agora estes poderiam ser considerados vítimas do mau funcionamento da economia e dos mercados, que nem sempre atingia equilíbrio no pleno emprego ou em situação socialmente aceitável. Até trinta anos após a II Guerra Mundial, o desemprego foi preocupação dos governos. O trabalhador ganhou em termos de renda, consumo e proteção social. Houve um período de prosperidade e certo abrandamento dos conflitos entre trabalhadores e empresários (entre trabalho e capital), especialmente em países europeus e nos Estados Unidos. O desemprego foi visto também como um problema econômico.

Para Gautié (1998), a grande força do keynesianismo foi reconciliar o econômico e o social, que o século XIX tratava como contraditórios. O keynesianismo compatibilizou o estímulo da atividade econômica ao direito ao trabalho e inspirou as políticas de pleno emprego dos países ocidentais nos “trinta anos gloriosos” seguintes após o final da II Guerra Mundial.

Mas, depois de um período discreto até a metade da década de 1970, a visão neoclássica retomou a hegemônica e trouxe de volta os valores liberais, também chamados de neoliberais. O período de inflação e baixo crescimento após o primeiro choque do petróleo, em 1973, construiu condições para aparecer os argumentos monetaristas de Friedman e Phelps. A visão neoclássica sobre o desemprego havia voltado e disputou espaço com a do keynesianismo. Teorias neoclássicas, descritas na primeira seção do Capítulo 1, com curvas que se interceptam e equilibram-se, sugerem um mecanismo imparcial, racional, sem preconceitos e por méritos, entendendo o desemprego como voluntário.

Economistas ortodoxos viram um trade off entre desemprego e inflação, uma das interpretações da curva de Phillips. Governos deveriam optar por um desemprego baixo, com alguma inflação, ou um desemprego mais alto, com inflação baixa. Outra interpretação da

curva de Phillips, a “aceleracionista”, entendia que se um governo perseguisse um desemprego abaixo do neutro, o NAIRU, ele aceleraria a inflação. Já segundo a Lei de Okun, o desemprego relaciona-se com o crescimento econômico, sendo que a taxa natural ou NAIRU poderia diminuir com o crescimento econômico (entendido como crescimento do PIB), possibilitando uma visão conciliatória entre interesses de empresários e de empregados pelo crescimento econômico, tornando-o ainda mais desejável.

A teoria neoclássica conta com a pressão dos desempregados sobre os empregados, mas somente considera desempregados aqueles que vão persistentemente, de empresa em empresa, à procura de uma ocupação. As pessoas que deixaram de procurar empregos, por desalento, por exemplo, não são consideradas. A teoria considera os sofrimentos dos desempregados justificáveis, entendendo o desemprego como necessário para a substituição de operários adoecidos, rebeldes e indolentes; e para controlar as reivindicações salariais e de outras naturezas.

Interpretações neoclássicas consideram o desemprego como uma forma de controle sobre os sindicatos, um moderador de salários e uma proteção contra a inflação. O desemprego pode ser consequência de um desequilíbrio provocado pela rigidez de salário e pela da demora de capacitação da mão de obra, que prejudicam o ajuste automático do emprego. A rigidez de salário pode ocorrer, segundo essas interpretações, por excesso de legislação, pela existência do salário mínimo, por intervenções do Estado, por protecionismos de toda a ordem e pelo estabelecimento de compromissos com sindicatos. Nessas visões, o desemprego tornou-se antes de tudo uma variável de controle macroeconômico, deixando de ser uma questão social ou um drama humano. Por isso o Estado não deve intervir para manter o desemprego baixo; deve deixar o mercado atingir o seu equilíbrio natural. O desemprego também atua como uma forma de controle social.

A precariedade de trabalho entre os jovens, apontado por Castel (2013, p 300-7), cuja taxa de desemprego atual pode ser o dobro da média geral (o que pode ser agravado pela origem social, gênero, etnia, bairro de moradia, religião, aspectos físicos, escola que emitiu seus eventuais diplomas, entre outros fatores), sugere que as sociedades estão longe de prover igualdade de oportunidades, apesar dos discursos ou suposição de livre concorrência, livre mobilidade social e meritocracia.

Para Castel (2012, p 514), o contrato de trabalho por tempo indeterminado está em via de perder sua hegemonia. Esta modalidade na França, de 80%, em 1975, caiu para 65%, próximo de 1990. Segundo ele, a partir da construção da sociedade salarial, o trabalho é a via

a obtenção da autoestima, da segurança, do sentimento de pertencimento e da autovalorização. Para chegar a essa situação foi um longo caminho. Numa primeira etapa, (CASTEL, 1998, p. 495) “o salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade”; posteriormente, foi se instalando na sociedade, mas de forma subordinada. Na terceira etapa, ele se difunde de tal forma que situa e classifica o indivíduo na sociedade, a partir da vivência de um pilar sólido de direitos vinculados ao trabalho.

As precariedades dos empregos e dos direitos dos últimos tempos trouxeram o sentimento de angústia e levou Castel (2102, p. 496) a questionar se “teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição do assalariado, etapa em que sua odisseia se transforma em drama?”. O autor considerou a autorregulação pelo mercado como o pior cenário possível, pois a lógica econômica desregulamentada não possui os elementos necessários para fundar uma ordem social e poderia destruir a preexistente.

As questões comentadas acima também puderam ser vistas em vários conceitos e estatísticas de trabalho desenvolvido no século XX, que também influenciaram as proteções sócias e foram comentados no Capítulo terceiro. A mesma desconfiança de liberais sobre desempregados, já descritas por Castel, foi visível nos critérios de desemprego sugeridos em várias recomendações da OIT: como o critério da necessidade de estarem procurando trabalho, de serem capazes e estarem disponíveis, mesmo ao risco de desconsiderar pessoas desalentadas ou que recusam um trabalho muito inferior à sua formação, degradante ou de pequena duração. As proteções sociais, com períodos de carência e condições de manutenção “da condição de segurado” , permitiram a classificação e separação de bons e maus desempregados, exigindo a comprovação da disposição a trabalhar pela carência e eliminado os desempregados de longa duração ou intermitentes que podem perder “a condição de segurados”. Assim, foi conciliada a necessidade de proteção social do trabalhador com a desconfiança que recaía sobre eles.

Ao mesmo tempo, se uma sociedade funda-se na meritocracia, como a neoliberal, o (des)empregado assim o será por seus (de)méritos e por uma lógica circular. Quem estiver empregado, assim estará por sua competência; quem não estiver, está por lhe faltar a competência necessária, por definição.

A simples diversidade de visões sobre o desemprego poderia acautelar-nos sobre “respostas definitivas” e “diagnósticos racionais” que podem acompanhar objetivos políticos e ideológicos. O discurso de cada visão pode revelar seus valores, desejos e indicar um projeto de sociedade; cada grupo coleciona seus argumentos técnicos, éticos, lógicos,

racionais, naturais, históricos, empíricos, para convencer-nos e, talvez, convencer-se. Constroem uma retórica moldando o olhar de acordo com a classe social a qual pertencem, desejavam pertencer ou supõem pertencer. Independentemente do discurso dominante ou alternativo, as diversas crises econômicas, as muitas pessoas reais que não encontram um lugar, a violência rural e urbana, o desespero e o desalento, as crianças nas ruas, insistem em pedir respostas para o que não foi visto. O desemprego é uma das questões que ecoam e não desaparecem, por mais ignorados ou reduzidos por metodologias e estatísticas. Como uma questão pode ser mais importante do que uma resposta, mesmo premiada, a história não teve fim e exige nossas reflexões.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. P. (Org.) *et al.* *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ALONÇO, P. S. C. *A dinâmica do sistema bancário e seus impactos nos circuitos da economia urbana*. PÊMIO DE ECONOMIA BANCÁRIA FEBRABAN, 2010. Disponível em:

<<http://www.febraban.org.br/arquivo/Servicos/Eventoscursos/peconomia2010/novo/vencedores.html>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

AMADEU, E. J. A economia política de J. M. Keynes. *Revista de Economia Política*, v. 40-4, p. 355-362, out. 1986. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/371/6711>. Acesso em: 17 ago. 2013.

BALL, L. M.; LEIGH, D.; LOUNGANI, P. *Okun's law: fit at fifty?* 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp1310.pdf>>. Acesso em: 18 ago.2013. (Working Paper IMF).

BERG, J.; RIBEIRO, J. e LUEBKER, M. (Orgs.). *Perfil do trabalho decente no BRASIL*. Brasília, DF: Escritório da OIT no Brasil, [2009]. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcm_041773.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*: edição pastoral. São Paulo: Paulus, 2010.

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 3.ed. São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2004.

BRAYN, A. S. A. *Trabalho decente: uma avaliação das possibilidades de aplicação do conceito*. São Paulo. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BRUNHOFF, S. *Finança, capital, Estados*. In: BRUNHOFF, S. *et al.* *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 10.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

CASTEL, R. *As transformações da questão social*. In: *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. São Paulo: EDUC, 2013.

_____. *A discriminação negativa*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. *In*: BRUNHOFF, S. *et al.* *A Finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Sistema PED – Origem da Pesquisa*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em 17 ago. 2014.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. *Macroeconomia*. 5.ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

DOWBOR, L. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GAUTIE, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2014.

HOFFMANN, M.P.; BRANDÃO, S. M. C. Medição de emprego: recomendação da OIT e práticas nacionais. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 22, nov. 1996. Campinas: UNICAMP-IE-CESIT, 1996. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/22CadernosdoCESIT.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em perspectiva*, v. 12, n. 2, 1998.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, J. M. *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora UnB, 2002.

KON, A. Pleno emprego no Brasil: Interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MANKIW, N. G. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. t.1.

_____. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. São

Paulo: Nova Cultural, 1996b. t.2.

MILL, J. S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.2.

MONTEIRO, J. K.; ABS, D. (Orgs.). *Desemprego e saúde mental: pesquisas e práticas clínicas de atendimento psicológicos*. Viamão: Entremeios, 2009.

MORAES, A. C. O projeto neoliberal e o mito do Estado mínimo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 1, 1996. Disponível em : <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_moraes.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2014.

MORAES, R. C. C., *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OCIO, D. Z. *O emprego na teoria econômica*. São Paulo: FGV-EAESP-NPP, 1995.

OLIVEIRA, F. M. C. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASTORE, J. *Evolução tecnológica: repercussões nas relações do trabalho*. In: CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO, Angra dos Reis (RJ), 2005. Disponível em <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_246.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PRADO, E. F. S. A construção das diferenças entre os economistas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 9, dez. 2001. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista/download?id=87>. Acesso em: 03 jul. 2013.

_____. A Ortodoxia neoclássica. *Estudos Avançados*, v.15, n.41, p 9-20, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100003>. Acesso em: 07 nov. 2014.

PEREIRA, L. C. B. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAUTHIER, I. L. Histoire de la définition du chômage. *Courrier des Statistiques*, n. 127, p. 5-12, mai-août 2009. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs127b.pdf. Acesso em: 08 ago. 2014.

SEIFE, C. *Os números (não) mentem: como a matemática pode ser usada para enganar você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SICSÚ, J. Keynes e os novos keynesianos. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.19, n.2, abr./jun. 1999.

SILVA, A. M. Apresentação Keynes e a *Teoria geral*. In: A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. *A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1.

TOPALOV, C. A invenção do desemprego: reforma social e moderna relação salarial na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos no início do século XX. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 1990.

VANGIEZEN, R.; SCHWENK, A. E. *Compensation from before World War I through the Great Depression*. U.S. Department of Labor - Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <<http://www.bls.gov/opub/cwc/cm20030124ar03p1.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2013.